

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

ARLETE NESTLEHNER CARDOSO DE ALMEIDA

**Memórias da Paisagem: cotidiano e espacialidade dos comerciantes de tropas  
do Rio Ribeira de Iguape por meio da recuperação toponímica**

**Versão Corrigida**

São Paulo

2023

ARLETE NESTLEHNER CARDOSO DE ALMEIDA

**Memórias da Paisagem: cotidiano e espacialidade dos comerciantes de tropas  
do Rio Ribeira de Iguape por meio da recuperação toponímica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patricia de Jesus Carvalhinhos

**Versão Corrigida**

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

ALMEIDA, Arlete Nestlehner Cardoso de  
Memórias da Paisagem: cotidiano e espacialidade dos comerciantes de tropas do Rio Ribeira de Iguape por meio da recuperação toponímica.  
/Arlete Nestlehner Cardoso de Almeida; Orientadora - Patricia de Jesus Carvalhinhos. São Paulo, 2023. 222 f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Toponímia. 2. Vale do Ribeira. 3. Iporanga. 4. Eldorado. 5. Tropas. 6. Canoas.

I. Carvalhinhos, Patricia de Jesus, orient. II. Título.

ALMEIDA, Arlete Nestlehner Cardoso de. **Memórias da Paisagem: cotidiano e espacialidade dos comerciantes de tropas do Rio Ribeira de Iguape por meio da recuperação toponímica.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filologia e Língua Portuguesa.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Patricia de Jesus Carvalhinhos

Instituição: FFLCH USP \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr.<sup>o</sup>. Eduardo de Almeida Navarro

Instituição: FFLCH USP \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr.<sup>o</sup>. Mario Eduardo Viaro

Instituição: FFLCH USP \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Karylleila dos Santos Andrade Klinger

Instituição: UFT \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_



Ao meu avô viajante Luiz Nestlehner que chegou em Furnas, lavra de chumbo a meio caminho entre Iporanga e Apiaí, ao longo de uma antiga trilha de tropas que vence as escarpas de Paranapiacaba. No alto da serra encantou-se. As montanhas lembravam sua terra natal na Áustria, resolveu ficar descobrindo lugares, explorando cavernas, mapeando minérios e paisagens, desenhando sonhos. Um dia desceu a serra até Iporanga e enamorado, casou-se com Leonor de Oliveira Lima, filha de Antonio José de Lima, dono de armazéns, tropas, canoas, e de Cecília de Oliveira, mãe de muitas mulheres que tiveram muitos filhos os quais habitam sobrados de pau a pique erguidos nas barrancas da Ribeira ao redor da igrejinha, que se projeta em direção as escadarias do porto de baixo, abençoando os navegantes.

## **AGRADECIMENTOS**

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patricia de Jesus Carvalhinhos.

À colega e amiga Adriana Tavares Lima.

À minha filha Ana Beatriz Nestlehner Cardoso de Almeida.

À família de Ismael Julio da Silva.

*Nos confins de Iguape e da Serra  
do Mar, entre as Minas, agora  
quase abandonadas, de  
Parapanema e de Piauí, há um  
grande distrito aurífero que  
promete muito, cujo centro é o  
território de Iporanga.*

José Bonifácio de Andrada  
e Silva e Martim Francisco Ribeiro  
de Andrada, 1827

## RESUMO

ALMEIDA, Arlete Nestlehner Cardoso de. **Memórias da Paisagem: cotidiano e espacialidade dos comerciantes de tropas do Rio Ribeira de Iguape por meio da recuperação toponímica.** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

O tema desta pesquisa é a toponímia do Vale do Rio Ribeira de Iguape, território localizado ao Sul do Estado de São Paulo, na fronteira com o Estado do Paraná. O objetivo é o resgate dos condicionantes históricos que o processo de investigação toponímica alcança, uma vez que dados linguísticos costumam corresponder aos dados históricos de formação de uma região. Trata-se de um território habitado inicialmente por povos nativos de origem Tupi, que na metade dos séculos XVI foi porta de entrada de exploradores europeus à procura de metais preciosos, provocando o surgimento de diversos arraiais de mineração e originando o primeiro ciclo econômico, o do ouro. Avançando serra acima, exploradores rumaram ao Planalto do Paranapanema, por meio dos vales dos rios e de antigas trilhas indígenas, estabelecendo rotas terrestres e fluviais que abarcavam uma malha de caminhos interligados aos portos da Planície Litorânea. Esta dissertação ainda descortina, por meio dos topônimos, um segundo ciclo econômico, o tropeirismo. Em um percurso metodológico e teórico que comprova a complexidade com a qual o toponimista se depara constantemente, também ele pesquisador com formação que se deseja complexa e interdisciplinar, coletamos 4.355 topônimos em diversas fontes primárias e secundárias, cartográficas e textuais (datados de 1869 a 1998). Não afastando a pesquisa tradicional, esta dissertação dialoga com a história, a geografia e sobretudo a etimologia para a composição de seu escopo teórico. Após a coleta e filtragem do corpus, deliberamos analisar não cada topônimo, mas reuni-los sob mecanismos de nomeação e motivações. Os procedimentos metodológicos, não exatamente canônicos para esta disciplina onomástica, consistiram na criação de um instrumento capaz de manusear dados contidos nos topônimos e suas variáveis de forma mais eficiente. Tais procedimentos permitem complementar estudos de leitura da paisagem por meio de resultados quantitativos dos topônimos, derivados de programação matemática e interpretação de gráficos. Como resultados, apresentamos uma identificação sistematizada de padrões tais como concentração, dispersão, recorrência, intersecção e variações de motivações ao longo do tempo e espaço, contribuindo para conservar e revelar valores históricos, culturais e linguísticos da sociedade que viveu, sobreviveu e nos legou sua visão de mundo, interesses, conflitos e imaginário por meio dos nomes de lugares do Vale do Ribeira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Toponímia. Vale do Ribeira. Iporanga. Eldorado. Ouro. Tropas. Canoas.

## ABSTRACT

ALMEIDA, Arlete Nestlehner Cardoso de. **Memórias da Paisagem: cotidiano e espacialidade dos comerciantes de tropas do Rio Ribeira de Iguape por meio da recuperação toponímica.** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

The subject of this research is the toponymy of the Ribeira de Iguape River Valley, a territory located in the south of the state of São Paulo, on the border with the state of Paraná. The study aims to retrieve historical conditions through toponymic investigation, which stems from linguistic data corresponding to a region's historical developments. Indigenous people of Tupi origin initially inhabited the Ribeira de Iguape River Valley region, and later, in the mid-16th century, the region became the gateway for European explorers searching for precious metals. The European migration into the area, catalyzed by a gold rush, led to several mining settlements and the first region's economic cycle. These explorers advanced uphill and reached the Paranapanema Plateau. They hiked river valleys and ancient indigenous trails and established commercial routes. These extensive routes reflected complex networks leading to the ports of the Coastal Plain. Notwithstanding the above, this dissertation also reveals, through the toponyms, a second regional economic cycle supported by muleteers. This research collected 4,355 toponyms from primary and secondary cartographic and textual sources (century XIX and XVIII). It delivers a methodological and theoretical journey that constantly proves the complexity that the toponymist faces as a researcher – while keeping an academic theme that intends to be complex and interdisciplinary. Without departing from traditional research methods, this study dialogues with history, geography, and etymology to compose its theoretical scope. After collecting and filtering the corpus, we decided not to analyze each toponym but to bring them together under their naming mechanisms and motivations. The methodological procedures, not strictly canonical for this onomastic discipline, consisted of developing an instrument capable of handling data contained in toponyms and their variables more efficiently. Such procedures make it possible to complement landscape reading studies using quantitative results of toponyms derived from mathematical programming and interpretation of graphics. As a result, this dissertation offers a systematized identification of patterns such as concentration, dispersion, recurrence, intersection, and variations of motivations over time and space, contributing to preserving and revealing historical, cultural, and linguistic values of the society that lived, survived, and bequeathed us its worldview, interests, conflicts, and imagery through names of places in the Ribeira de Iguape River Valley.

**KEYWORDS:** Toponymy. Ribeira Valley. Iporanga. Eldorado. Gold. Muleteering. Canoes.

## LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1: recorte da carta de Iporanga, dados coletados em 1981.</i> .....	24
<i>Figura 2: recorte do mapa da região de Iporanga no “Mappa da Ribeira de Iguape, província de São Paulo”</i> .....	25
<i>Figura 3: recorte do relatório da exploração do rio Juquiá e seus afluentes de Arthur H. O Leary descrevendo a motivação que o levou a nomear o elemento geográfico como “Cachoeira do Diabo”</i> .....	32
<i>Figura 4: capa do registro digitalizado do borrador n.º 24, pertencente ao Capitão José Julio da Silva, datado de 1890 a 1896</i> .....	36
<i>Figura 5: registro digitalizado do borrador n.º 24, pertencente ao Capitão José Julio da Silva, datado de 1890 a 1896</i> .....	37
<i>Figura 6: registro digitalizado do borrador n.º 24, pertencente ao Capitão José Julio da Silva, datado de 1890 a 1896</i> .....	38
<i>Figura 7: registro digitalizado do borrador s/n.º de Antonio Julio da Silva, datado de 1947 a 1969 — Antonio Julio anotava em seu borrador todos os eventos públicos e privados</i> .....	39
<i>Figura 8: registro digitalizado de recorte de escritura de 1948 do sítio Barro Vermelho, sem data</i> .....	40
<i>Figura 9: registro digitalizado de certidão de auto de inventário de Madalena Crisostomo da Silva de 1939, —sítio Barro Vermelho, sem data</i> .....	41
<i>Figura 10: registro digitalizado de escritura do sítio Barro Vermelho de 1942</i> .....	42
<i>Figura 11: registro digitalizado de carta de adjudicação do Juízo de Órfãos da Villa de Xiririca de 1869 (sítio Barro Vermelho)</i> .....	43
<i>Figura 12: registro digitalizado de documento de declaração de posse realizado em Iporanga em 1882 (sítio Barro Vermelho)</i> .....	44
<i>Figura 13: registro digitalizado de recibo da Coletoria do município de Iporanga, referente à compra do sítio Barro Vermelho, efetuada pelo Capitão José Julio da Silva</i> .....	45
<i>Figura 14: registro digitalizado de certidão de transcrição de transmissões do cartório de Eldorado (Xiririca) em 1977, sítio Barro Vermelho</i> .....	46
<i>Figura 15: recorte de registro digitalizado de carta da Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo: Exploração do rio Ribeira de Iguape — São Paulo. Planta do rio Ribeira de Iguape e seus afluentes de 1908. 2ª ed. 1914. Escala 1:50.000</i> .....	47
<i>Figura 16: recorte de registro digitalizado de Carta do Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, folha topográfica de Iguape, edição de 1954. Escala 1:250.000</i> .....	48

<i>Figura 17: croqui recuperado em 1998, na Fazenda Passagem, propriedade de Ismael Julio da Silva, sem data.....</i>	<i>49</i>
<i>Figura 18: croqui recuperado em 1998, na Fazenda Passagem, propriedade de Ismael Julio da Silva, sem data.....</i>	<i>50</i>
<i>Figura 19: registro digitalizado das Posturas Municipais de Iporanga do final século XIX e início do século XX.....</i>	<i>51</i>
<i>Figura 20: registro digitalizado de ofício de 1887. Alguns ofícios são muito produtivos em topônimos .....</i>	<i>52</i>
<i>Figura 21: registro digitalizado de relato de Luiz Nestlehner do ano de 1930.....</i>	<i>53</i>
<i>Figura 22: registro digitalizado da certidão de nascimento de Ismael Julio da Silva do ano de 1909 .....</i>	<i>54</i>
<i>Figura 23: mapa dos municípios paranaenses e paulistas que pertencem à Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira .....</i>	<i>55</i>
<i>Figura 24: mapa da Província de São Paulo, mandado organizar pela sociedade promotora de imigração de São Paulo em 1886.....</i>	<i>58</i>
<i>Figura 25: Arraial de Santo Antônio do Rio Iporanga, localizado aos pés da serra de Paranapiacaba, observada ao longe. A trilha conduz ao planalto de Paranapanema. É possível notar a ondulação do terreno ocasionada por amontoados de cascalho, consequência dos desvios das águas do rio Iporanga e da retirada dos seixos à procura do ouro de aluvião.....</i>	<i>60</i>
<i>Figura 26: tropeiro na trilha Apiaí–Iporanga, com carregamento de minério de chumbo com destino aos portos fluviais de Iporanga, de onde seguiria em canoas para Xiririca, local de embarque em barcos a vapor. Foto 1920/30.....</i>	<i>62</i>
<i>Figura 27: os barcos movidos a vapor encontravam condições de navegação até Xiririca. O restante do percurso, para se alcançar Iporanga e outras localidades rio acima, como o Porto Velho de Apiaí, era realizado em canoas.....</i>	<i>62</i>
<i>Figura 28: Localização da indicação “estrada projectada para Iporanga” partindo de Cananeia.....</i>	<i>65</i>
<i>Figura 29: Iporanga — data provável: 1925.....</i>	<i>66</i>
<i>Figura 30: sobrado/armazém de Antônio José de Lima — Porto de Baixo, foz do ribeirão Iporanga, em 1906.....</i>	<i>67</i>
<i>Figura 31: sobrado no centro de Iporanga, s/d.....</i>	<i>68</i>
<i>Figura 32: tropeiros em frente ao armazém em Iporanga, 1930.....</i>	<i>70</i>

<i>Figura 33: localização dos caminhos terrestres em amarelo e fluviais em azul, assim como as cidades de Iporanga, Apiahy e Xiririca em vermelho</i> .....	72
<i>Figura 34: a propriedade do Capitão José Julio da Silva está marcada em vermelho na barra do rio Pilões, mostrando sua posição estratégica em relação às comunidades do entorno e os centros urbanos de Iporanga e Xiririca (atual Eldorado)</i> .....	76
<i>Figura 35: trajeto percorrido por Joaquim Gomes de Queiroz, morador em Paranapanema, até o armazém de José Julio da Silva na Barra dos Pilões, divisa entre Iporanga e Xiririca</i>	77
<i>Figura 36: recorte do registro digitalizado do borrador n.º 24 de José Julio da Silva demonstrando as relações comerciais entre diferentes entrepostos — da Barra do rio Pilões de José Julio da Silva e da Barra do rio Iporanga dos irmãos Lima</i> .....	78
<i>Figura 37: Ismael Julio da Silva (sentado) em travessia do rio Ribeira de Iguape em frente ao seu armazém, 1968</i> .....	81
<i>Figura 38: armazém/moradia de Ismael Julio da Silva, sítio Passagem, Barra do rio Pilões, Eldorado/Iporanga</i> .....	82
<i>Figura 39: registro digitalizado de escritura de 1948 do sítio Barro Vermelho</i> .....	85
<i>Figura 40: registro digitalizado de carta de adjudicação de 1869 do juízo de órfãos da Villa de Xiririca</i> .....	86
<i>Figura 41: córregos e riachos sem nomeação representados em carta do Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, folha topográfica de Iguape, edição de 1954. Escala 1:250.000</i> .....	88
<i>Figura 42: Posturas Municipais de Iporanga, final do século XIX e início do XX. Na segunda linha, o registro dos termos genéricos — da ribeira e ribeirão</i> .....	90
<i>Figura 43: mapa de 1908. Topônimo grafado na planta como Rio da Ribeira. Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo (1908)</i> .....	91
<i>Figura 44: vista dos meandros do rio Ribeira de Iguape na planície litorânea, antes de sua foz no Oceano Atlântico, no município de Iguape</i> .....	91
<i>Figura 45: cópia digitalizada da planta. Abaixo, no verso do mesmo documento, encontramos uma carta destinada a Francisco Dal Ponte. Data presumida: 1935</i> .....	104
<i>Figura 46: cópia digitalizada de manuscritos que constam no verso do 1º croqui. Data presumida: 1935</i> .....	104
<i>Figura 47: cópias digitalizadas de manuscritos que constam no verso do 1º croqui. Data presumida: 1935</i> .....	105
<i>Figura 48: cópia digitalizada da planta. Não há anotações no verso. Sem data</i> .....	106



<i>Figura 49: 3º croqui — cópia digitalizada da planta com anotações sobre a partilha das terras do sítio Barra dos Pilões. Data presumida: 1969 .....</i>	<i>107</i>
<i>Figura 50: borrador (datado de 1951 a 1969) pertencente a Antonio Julio da Silva, marido de Dorkas dos Santos Silva com nota escrita pelo seu filho Ercy Julio da Silva, relatando o seu falecimento em 1969.....</i>	<i>107</i>
<i>Figura 51: “Lindolpho Furquim” — imagem digitalizada do borrador (datado de 1890 a 1899) do Capitão José Julio da Silva.....</i>	<i>110</i>
<i>Figura 52: “Miquelina Furquim” — imagem digitalizada do borrador (datado de 1890 a 1899) do Capitão José Julio da Silva.....</i>	<i>110</i>
<i>Figura 53: subgrupos principais relacionados ao mundo geofísico e humano baseado nas considerações de Dick.....</i>	<i>118</i>
<i>Figura 54: imagem ilustrativa da organização e tabulação de dados coletados .....</i>	<i>120</i>
<i>Figura 55: demonstração do método e cruzamento de dados da ocorrência de topônimos cujo termo específico está relacionado a água, por fonte, tipo de documento (gráfico ou escrito), ano e autor.....</i>	<i>120</i>
<i>Figura 56: ocorrência de termos genéricos relacionados a corpos d’água nas representações cartográficas.....</i>	<i>121</i>
<i>Figura 58: relação dos nomes de corpos d’agua e motivação toponímica .....</i>	<i>123</i>
<i>Figura 59: frequência de topônimos por classificação taxonômica nas folhas de Iporanga, Eldorado e Apiaí.....</i>	<i>125</i>
<i>Figura 60: frequência de topônimos por classificações taxonômicas em material gráfico impresso e escrito .....</i>	<i>125</i>
<i>Figura 61: ocorrência de topônimos antropoculturais nas folhas de Eldorado, Iporanga e Apiaí .....</i>	<i>126</i>
<i>Figura 62: topônimos relacionados a água dos documentos pessoais escritos .....</i>	<i>127</i>

## LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1: total de topônimos coletados em documentos pessoais .....</i>	<i>118</i>
<i>Tabela 2: relação dos documentos nos quais ocorreram a coleta e a análise de dados .....</i>	<i>119</i>
<i>Tabela 3: total de topônimos coletados por ano e fonte .....</i>	<i>121</i>
<i>Tabela 4: listagem dos 20 topônimos mais recorrentes relacionados a corpos d'água.....</i>	<i>122</i>
<i>Tabela 5: relação dos nomes de corpos d'água e motivação toponímica .....</i>	<i>123</i>
<i>Tabela 6: ocorrência de topônimos relacionados a aspectos geológicos nas folhas de Iporanga, Eldorado e Apiaí.....</i>	<i>124</i>
<i>Tabela 7: número de ocorrência de topônimos relacionados a água coletados nos documentos pessoais .....</i>	<i>128</i>

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA</b> .....	<b>21</b>
<b>2 TOPONÍMIA — Um Breve histórico</b> .....	<b>26</b>
2.1 <i>SIGNO TOPONÍMICO</i> .....	27
<b>3 A PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS</b> .....	<b>33</b>
3.1 <i>O CORPUS</i> .....	33
3.2 <i>DOCUMENTOS SELECIONADOS PARA O ESTUDO</i> .....	34
3.2.1 Borradores .....	35
3.2.2 Documentos relacionados à propriedade de bens imóveis .....	40
3.2.3 Mapas e cartas da Bacia do Rio Ribeira de Iguape .....	47
3.2.4 Croqui e plantas não oficiais .....	49
3.2.5 Posturas do Município de Iporanga e ofícios diversos .....	51
3.2.6 Diários, memórias e relatos de viagem .....	53
3.2.7 Documentos pessoais .....	54
<b>4 A FORMAÇÃO TERRITORIAL</b> .....	<b>55</b>
<b>5 A CONSTITUIÇÃO HUMANA</b> .....	<b>66</b>
<b>6 TERMOS GENÉRICOS E ESPECÍFICOS — DESCONSTRUINDO A ESTRUTURA DOS TOPÔNIMOS</b> .....	<b>85</b>
6.1 <i>TERMOS ESPECÍFICOS EXTRAÍDOS DOS DOCUMENTOS ANALISADOS</i> .....	93
<b>7 O INTRA E O EXTRALINGUÍSTICO NOS TOPÔNIMOS DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE</b> .....	<b>96</b>
7.1 <i>O CASO DO TOPÔNIMO CÓRREGO ARRE LÁ</i> .....	96
7.2 <i>QUILOMBO GALVÃO: UM OLHAR TOPONÍMICO PELO VIÉS ETIMOLÓGICO</i> ..	102
7.2.1 Análise etimológica — Galvão .....	108
7.2.2 Os nomes Galvão e carvão em dicionários .....	111
7.2.3 Hipótese etimológica .....	112
<b>8 DISCUTINDO O MÉTODO</b> .....	<b>116</b>
8.1 <i>DEMONSTRAÇÃO DO MÉTODO</i> .....	121
8.2 <i>SOBRE O INSTRUMENTO</i> .....	129
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>130</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>132</b>

## APRESENTAÇÃO

Iniciaremos a exposição de nossa dissertação com uma breve introdução sobre a Fazenda Passagem, local onde foi recuperado e acolhido grande parte dos documentos que pesquisamos. Lugar fundacional do espaço territorial estudado, por constituir-se no passado no sítio de passagem de viajantes, tropeiros e canoeiros, na lida comercial entre o planalto e a planície litorânea.

A seguir, apresentaremos os pressupostos teóricos e metodológicos inerentes aos estudos toponímicos e suas intersecções com disciplinas extralinguísticas, parceria que possibilita importantes instrumentos de análise à pesquisa toponímica.

Logo após apresentarmos os documentos que elegemos para esta pesquisa, situaremos o leitor na espacialidade da nossa área de estudo, recuperando traços relativos à paisagem e também às atividades comerciais e sociais ali presentes, enfatizando que, embora a pesquisa toponímica parta de um reconhecimento prévio da área de estudo, não somente aspectos históricos, socioculturais e geográficos são analisados, mas, busca-se principalmente o reconhecimento dos estratos dialetais para entender as diversidades gramaticais, semânticas e etnográficas dos registros onomásticos.

Faremos uma exposição sobre os termos genérico e específico. Genérico é um termo técnico utilizado para indicar o elemento geográfico que recebe a denominação. É parte do que Dick (1990) denominou sintagma toponímico: o genérico, em relação de simbiose com o específico, forma uma unidade cuja relação entre seus membros é biunívoca. Termo específico é o nome propriamente dito.

Com o intuito de esclarecer alguns aspectos relativos ao intralinguístico e ao extralinguístico na constituição dos topônimos, apresentaremos dois estudos de casos — córrego Arre Lá e Quilombo Galvão. Finalizaremos com uma discussão sobre a metodologia adotada, apresentaremos gráficos e tabelas resultantes de análise computacional e, finalmente, as considerações finais.

Como resultado, concluímos que a análise estritamente linguística não é suficiente quando se pretende a recuperação de uma paisagem anterior, tendendo a pesquisa a ser interdisciplinar, o que a torna bastante complexa tanto do ponto de vista da teoria quanto da orientação metodológica, de tal modo que a recuperação de motivações dos antigos denominadores revela não apenas dados linguísticos de interesse como também contextos históricos, sociais e culturais.

## INTRODUÇÃO

Em 1998, durante obras de restauração da sede histórica da fazenda Passagem, localizada na divisa dos municípios de Iporanga e Eldorado (Xiririca), foi descoberta uma grande diversidade e quantidade de documentos manuscritos antigos. O projeto de arquitetura<sup>1</sup> já previa a restauração do armazém e a manutenção de todos os objetos e mobiliários representativos. Em função desse caráter conservador do projeto, os documentos foram armazenados. O armazém era extremamente organizado, embora tenha sofrido com uma enchente em 1997, quando as águas do Rio Ribeira de Iguape invadiram a edificação e danificaram parte do acervo da Fazenda Passagem, riquíssimo em testemunhos de um modo de vida que perdurou por séculos nos sertões paulistas.

A Fazenda Passagem é um armazém/moradia, erigido em taipa de mão, remanescente de diversos entrepostos comerciais que se instalaram nas margens do Rio Ribeira de Iguape entre o século XVIII e meados do século XX. A dinâmica econômica nesse período estava condicionada a um sistema comercial que envolvia três tipos de meios de transporte: o terrestre, realizado por tropas de mulas em trilhas interiores; o fluvial, realizado por canoas no diversificado complexo de águas que compõe a bacia do Ribeira de Iguape; e o marítimo, efetivado por navios no porto de Iguape. Ligação natural entre o planalto e o litoral, o Rio Ribeira de Iguape foi o meio que possibilitou o sucesso desse sistema de comunicação e transporte. Em decorrência do fluxo de mercadorias, muitos armazéns surgiram nas margens do Ribeira, dentre os quais a sede da Fazenda Passagem.

Durante as obras de restauração, acabamos por identificar um padrão recorrente nas intervenções ocorridas na edificação. Reformas e acréscimos foram realizados fazendo uso de um sistema construtivo tradicional que envolvia a terra crua e técnicas vernáculas. Ao constatarmos que, no decorrer de várias décadas, não ocorreram modificações significativas nos padrões de construção, resolvemos realizar um inventário das técnicas construtivas. Afinal, a manutenção dessas técnicas só poderia ser resultante da experiência coletiva de sua sociedade; caso contrário, não se manteria no tempo e no espaço. Motivados por essa hipótese, passamos a procurar o entendimento das relações particulares que a edificação mantinha com a paisagem, com os recursos da natureza, com os grupos sociais de seu entorno e com o “mundo” externo aos seus limites territoriais. Sabíamos que a apreensão dessas relações seria fundamental para

---

<sup>1</sup> A autora é arquiteta urbanista, especializada em técnicas construtivas tradicionais.

compreensão do partido arquitetônico adotado, consequência formal que surge como resultado de diversos determinantes, dentre os quais os fatores históricos, ambientais, sociais, as técnicas construtivas, os códigos de obras e o programa de necessidades da habitação.

Normalmente, os elementos materiais de uma sociedade têm maior longevidade que seus elementos imateriais, mais sensíveis aos fatores históricos de variação e evolução, resultando em contradições difíceis de ser superadas. A obsolescência de edificações antigas, concebidas diante de um programa de necessidades ultrapassado, costuma determinar seu abandono, mudança de uso ou destruição. Em relação à Fazenda Passagem, observamos uma justaposição entre tempo e espaço, uma paridade entre o uso da edificação e seu programa original, situação que se manteve até 1997, o que é uma peculiaridade. Dessa maneira, a obra arquitetônica deixa de ser apenas objeto preservado de uma realidade social pretérita e anacrônica e passa a ser representação da própria estrutura social que lhe mantém forma, uso e função. Qual seria a estrutura social que idealizou, construiu e manteve esse edifício funcional? Que lugar é esse? A partir dessas questões, este projeto de pesquisa começou a ser delineado.

A Fazenda Passagem<sup>2</sup> surgiu em uma sociedade muito particular em meio ao caminho de duas vertentes da arquitetura paulista. A história da arquitetura paulista de nossos primeiros séculos até o final do ciclo bandeirista, ligado à exploração extrativista e a conquista de territórios, apresenta duas tendências predominantes: a arquitetura do litoral, que se desenvolveu ao longo de nossa costa, construída em pedra e cal, com técnicas e padrões de planejamento espacial vinculados ao estilo português; e a arquitetura do planalto, além das escarpas da Serra do Mar, conhecida como bandeirista, construída em taipa de pilão, técnica do barro socado em formas de madeira, assentados em terrenos nivelados. Aliada a essas duas tendências construtivas, a descoberta das Minas Gerais em final do século XVII apresentou aos paulistas que para lá migraram à procura de ouro, a taipa de mão, técnica que se caracteriza pela estrutura independente de madeira e vãos preenchidos com barro ou adobe, o que possibilita maior liberdade formal, facilidade para acréscimos e reformas e uma adaptabilidade ao terreno que os paulistas desconheciam. Com a decadência das minas auríferas nas Minas Gerais, paulistas e mineiros retornaram e muitos se dirigiram ao Morro do Ouro, em Apiaí, no Alto Vale do Ribeira. Esse encontro de influências fez surgir uma nova arquitetura. A arquitetura

---

<sup>2</sup> . Resumidamente, aqui colocamos nossas conclusões a respeito do partido arquitetônico da Fazenda Passagem, uma importante representação da formação histórica desse território e do componente humano que construiu e nomeou seu espaço. São muito poucos os documentos oficiais disponíveis para entendermos essa dinâmica histórica. Os padrões construtivos, assim como os topônimos, são indícios que podem revelar-nos algo sobre essa sociedade paulista, isolada, escondida por séculos em meio ao sertão.

mineira e a paulista foram-se fundindo. A casa bandeirista foi aos poucos cedendo à técnica da taipa de mão, e seus espaços alterando-se lentamente; a varanda foi fechada, dando origem a uma nova sala de receber; porões foram surgindo, decorrentes das possibilidades da estrutura independente de madeira. Essa evolução do partido bandeirista deu-se entre o século XVIII e começo do século XIX. Marcou a arquitetura do Ciclo do Açúcar, dos casarões de engenho, e foi modelo dos primeiros exemplares do Ciclo do Café. (Carlos Lemos, 1975).

A taipa de mão mostrou-se a melhor alternativa para o ambiente de topografia acidentada de Iporanga. O relevo montanhoso não propiciava condições de distribuição dos espaços físicos necessários e capazes de tornar o meio habitável, restando o altiplano da foz do Rio Iporanga com o Rio Ribeira como única possibilidade inicial de ocupação do território. A grande oferta de madeiras de lei, proporcionada pela floresta densa, facilitou o domínio da técnica que, assim como a taipa de pilão, só depende da habilidade de seus executores e dos recursos da natureza. No núcleo urbano de Iporanga, na região central do entorno da Igreja Matriz, a maioria das edificações térreas era em taipa de pilão. Os sobrados erigidos nas barrancas dos rios eram em taipa de mão, naturalmente para vencer o declive. Os sobrados em taipa de mão que ocupam ainda hoje as margens dos rios são posteriores a essas primeiras edificações de taipa de pilão, assim como o restante das edificações, obrigadas a vencer as ladeiras no processo de crescimento do tecido urbano, ocorrido quando se intensificou o comércio de tropas na região.

No Médio Vale e na Baixada Litorânea, o Ciclo do Ouro foi menor e Xiririca (Eldorado) fundada no século XVIII, destaca-se nessa região, seus garimpos eram explorados por garimpeiros vindos de Iguape. Xiririca não recebeu de volta grande número dos paulistas que foram garimpar nas Minas Gerais, tampouco a técnica construtiva dos mineiros, a taipa de mão. Muitos de seus exemplares arquitetônicos remanescentes do século XIX são erigidos em barro e pedra, alvenaria de pedra e canjicado, características construtivas do litoral da baixada do Ribeira que não se interiorizaram no Vale do Ribeira. Nas proximidades da divisa de Xiririca com Iporanga, no bairro de Ivaporunduva, antigo arraial de mineração, a capela do povoado em homenagem a Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi construída no século XVIII no sistema característico do litoral. Um exemplar raro, devido à sua localização no interior da baixada litorânea, identificado por Carlos Lemos (1965) em viagem pelo Vale do Ribeira.

A Fazenda Passagem encontra-se na divisa entre Xiririca e Iporanga, entre o litoral e suas influências da metrópole portuguesa e o sertão desbravado por paulistas. Atualmente, é o último exemplar preservado de antigos armazéns/moradias que existiram em grande número

nas margens do Rio Ribeira de Iguape, representante dos entrepostos do período econômico do comércio de tropas e canoas.

O caminho que a arquitetura paulista percorreu deixou marcas na toponímia local: Cachoeira Lavrinha, Baixio do Ouro Leve, Ribeirão das Catas, Ribeirão do Engenho, Córrego da Olaria, nomes que procedem do português, o que se diferencia, inclusive semanticamente, de topônimos de filiação linguística indígena, já que são nomes a identificar as atividades produtivas do europeu de ocupação do espaço. Hoje, ao percorrermos tais locais, encontraremos marcas de intenso trabalho humano: canais, piscinas de lavagem de ouro, montes de cascalhos revolvidos, fundações de pedras e de taipa socada em valas, muros de arrimo, águas desviadas para mover engenhos, monjolos e moinhos, terrenos aplainados para as edificações e lajes de pedras, dentre outros vestígios de ocupação, dos quais só restaram produtivos os topônimos.



## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Os estudos toponímicos possibilitam diálogos entre as dimensões do conhecimento linguístico e diferentes áreas do saber como Geografia, Sociologia, Antropologia, História, dentre outras, capazes de promover entendimentos e conceituações sobre experiência coletiva, memória, transmissão cultural e evolução do conhecimento a partir da interpretação de um nome de lugar. Tal diversidade indica que o desafio é encontrar os mecanismos que proporcionem um diálogo entre a Toponímia e a diversas disciplinas científicas e eger uma perspectiva capaz de ampliar as práticas de investigação científica e as possibilidades de respostas às questões fundamentais que se relacionam aos estudos toponímicos. Recorremos a diversos autores na intenção de encontrar um olhar capaz de nos orientar na nossa empreitada. Entre eles, citaremos os que contribuíram de alguma maneira com fundamentos teóricos aos nossos estudos.

George Lakoff e Mark Johnson (1986), apresentam na obra *Metáfora da vida cotidiana* a tese de que a essência da metáfora é a compreensão e a experiência de uma coisa em termos de outra. Para os autores, o próprio pensamento e desenvolvimento cognitivo do ser humano estão estruturados graças às metáforas, pois elas estão ligadas à forma como vemos e apreendemos o mundo externo. O homem faz parte do meio, e sua interação com esse meio, incluindo as outras pessoas, é responsável pela compreensão que tem desse mundo. Dessa maneira, a metáfora deixa de ser entendida como uma figura de linguagem e passa a ser vista como uma figura do pensamento, assumindo um valor cognitivo. Aproximando essa colocação ao nosso tema de pesquisa, devemos observar que a metáfora é um mecanismo produtivo na formação de topônimos (não apenas no Brasil). Quando um morro sem cobertura vegetal é nomeado espontaneamente como Descalvado, estamos diante de uma metáfora.

Norbert Elias (1994), em sua obra *A sociedade dos indivíduos*, afirma que a sociedade é composta por indivíduos interdependentes que, embora diferentes, tornam-se iguais por dependerem uns dos outros. Essa configuração social molda os indivíduos. Dessa relação de interdependência entre indivíduo e sociedade se tem o *habitus*, a composição social do indivíduo, que se constitui no solo onde brotam as características pessoais, mediante as quais um indivíduo se diferencia de outros de sua sociedade. Desse modo, alguma coisa emerge da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros membros, o que é um componente do *habitus* social. Para o autor, mesmo que um indivíduo se afaste do seu contexto social e histórico, o modo como ele se comporta será moldado pelas suas relações anteriores e atuais.

Os indivíduos são suas relações. A fala é um ajustamento social necessário para o ser humano, é a sociedade em que ele cresce que determina a sua linguagem. Em sociedade, existe uma ordem oculta que não é perceptível pelos sentidos porque, para o autor, cada pessoa nesse turbilhão faz parte de determinado lugar. Cada sociedade nasce estruturada em suas origens. Uma criança já nasce em uma sociedade estruturada. A forma individual de um adulto é a forma específica de cada sociedade. A partir da tese de Elias podemos pensar que os topônimos são representações sociais que resultam da experiência coletiva da sociedade da qual são resultantes.

A ontologia deleuziana (o pensamento filosófico de Gilles Deleuze, 1996), afirma que há uma única substância para tudo o que existe, sustenta que o Ser é Uno, seria o princípio da “Univocidade do Ser e do Devir”. *Devir* parece significar o contrário da univocidade — nada é igual, tudo se banha em sua diferença, em sua dessemelhança, em sua desigualdade; mesmo consigo, nenhuma coisa é igual a si mesma, pois o tempo carrega tudo em seu curso. O movimento de *desterritorialização* é outro conceito que perpassa toda a sua obra (inclusão/exclusão), conceito que parte da maneira como um rizoma se reproduz (bananeiras, por exemplo). Esses caules subterrâneos se movimentam, mudam de lugar em oposição às árvores cujas raízes fincadas no solo são fixas e provocam a imobilidade. O nômade (rizoma) seria o agenciamento cultural que emerge de maneira natural e distribuída em confronto à organização centralizada (arbórea) do Estado. É a ciência nômade em oposição a uma ciência rígida. A primeira seria marcada pelo conhecimento específico adquirido na vivência, na experiência do vivido. A segunda se caracterizaria pela normatização daquela descoberta e seria capaz de tornar reutilizável e transferível aquilo que nasceu como específico e intransferível.

Em Toponímia podemos observar que o nome original, vinculado diretamente ao denominador e às circunstâncias que condicionaram a denominação primitiva, nasce de maneira espontânea em confronto ao registro oficial de um nome por meio de leis, fruto da organização centralizada do Estado. Muitas vezes, o topônimo imposto pela lei não é o referido pela população usuária do espaço nomeado e, nesse sentido, Deleuze é esclarecedor. Também é elucidativo o princípio do Devir, pois explica as diversas camadas, materiais ou imateriais, das quais se constitui um espaço. Fazendo uso do princípio do Devir, podemos entendê-las como camadas justapostas, embebidas desde o princípio, contínua e eternamente no caldo de suas semelhanças e diferenças. Tais camadas são marcadas por uma sucessão de acontecimentos, eventos e fatos que podem ser nomeados e renomeados.

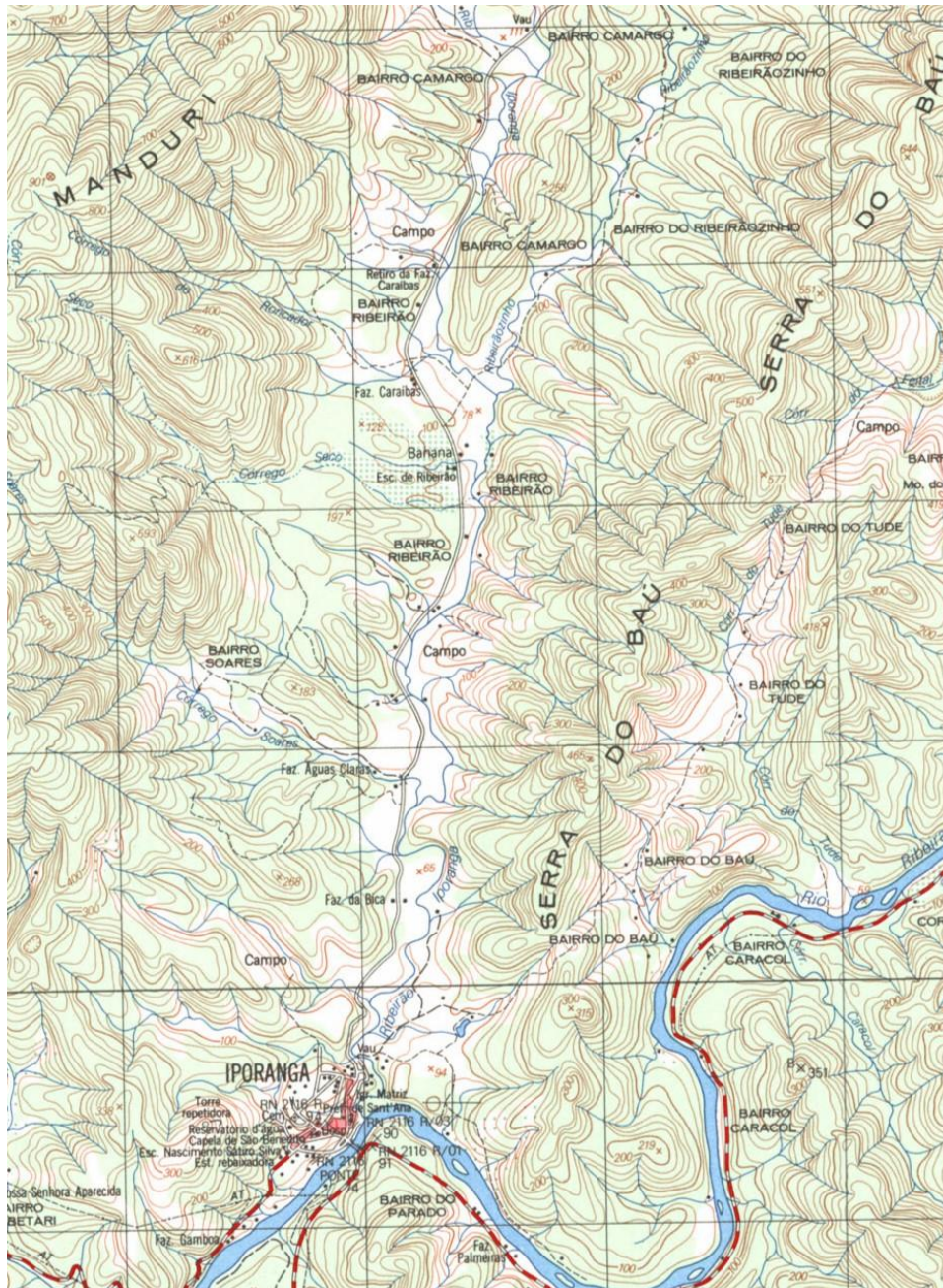
As camadas históricas e os estratos linguísticos podem ser representados por topônimos. O topônimo tem a faculdade de ser a crônica de um lugar (Dick, 1992, p. 35), ao ser evocado pode narrar um fato ou evento, pois encontra-se inserido no âmbito do cotidiano, que se configura como o espaço do vivido, local onde o passado encontra o presente e se projeta para o futuro. Nesse espaço do cotidiano, o topônimo teria papel fundamental como intérprete e interlocutor não somente dos acontecimentos e fatos do seu lugar como também da paisagem do lugar, expressando a relação das pessoas com seu meio físico e natural. Nesse contexto, a paisagem torna-se uma “zona de relações pessoais” (Middleton & Brown, 2005, p. 43), ultrapassando os sentidos de seus aspectos naturais ao incorporar os signos e significados adquiridos a partir da relação cotidiana de um grupo social em seu meio ambiente. Conforme Middleton & Brown (2005), “a história começa quando acaba a tradição e a memória coletiva perde o sentido”. A partir dessa ideia, podemos pensar que, enquanto transparentes ou cristalinos, os topônimos encontram-se ao nível da tradição motivada pela memória coletiva (e suas narrativas), já quando opacos ou sem clarezas, estão localizados ao nível da história.

Fundamental para o entendimento das diversas interpretações de realidades foi a obra *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*, de Carlo Ginzburg (1989). Para esse autor, a realidade aparenta ser de difícil interpretação, mas certos pontos imperceptíveis para alguns e perceptíveis para outros (dependendo do olhar), que ele nomeia como indícios, são revelações capazes de esclarecer aspectos da realidade e mesmo de decifrá-la. São esses indícios, capazes de revelações, os fundamentos do “paradigma indiciário” de Ginzburg, que nada mais é que a relação entre razão e sensibilidade. O paradigma indiciário possibilita novas abordagens para pesquisas históricas. O autor apresenta uma hipótese sobre a origem do sentido da palavra *História*, para ele uma narrativa que se originou na Pré-História em uma comunidade de caçadores. Para comunicar um acontecimento que não podiam testemunhar, caçadores organizavam uma sequência de fatos em uma narrativa. O saber venatório é interpretar os indícios e, por meio de sua interpretação, passar a uma realidade que não é aparente de maneira direta. O paradigma indiciário baseia-se em um conhecimento venatório, ou seja, na capacidade de descrever a partir de indícios uma realidade complexa que não seria cientificamente experimentável. Por exemplo, a pegada de um animal, um galho quebrado, o capim amassado é para o caçador eventos, indícios ou pistas que ele é capaz de ler e organizar em uma narrativa. Dessa maneira, podemos investigar os topônimos a partir da ideia de que eles são “indícios” capazes de revelações do sistema linguístico e do sistema extralinguístico da região abordada. Tal conceito encontra fundamento em Vasconcellos (1931, p. 312). Conforme o autor, “os nomes são como sentinelas do passado, a revelar grande número de fatos que de outro modo

nos seriam inteiramente desconhecidos”. Ao extrairmos um topônimo de determinado documento, o signo não se isola, não se esvazia, motiva informações capazes de provocar múltiplas interpretações.

Topônimos são indícios capazes de revelar a realidade pretérita e presente de um lugar.

Figura 1: recorte da carta de Iporanga, dados coletados em 1981.



Fonte 1: carta do IBGE, dados de 1981, primeira tiragem 1987





## 2 TOPONÍMIA — UM BREVE HISTÓRICO

O estudo do léxico envolve várias áreas de estudos linguísticos, dentre as quais a Onomástica, ciência que tem como objetivo analisar os nomes em geral. As disciplinas onomásticas mais comumente estudadas são a Antroponímia, que se dedica ao estudo dos nomes das pessoas, e a Toponímia, que tem como objeto de investigação os nomes dos lugares e denominativos geográficos, físicos, humanos, antrópicos ou culturais em todas as suas alterações linguísticas e extralinguísticas. Além da busca pela etimologia e pelo valor semântico da palavra, a Toponímia estuda transformações fonéticas, sintáticas e morfológicas.

O percurso histórico da Toponímia como disciplina científica iniciou-se por volta de 1878, na França, com Auguste Longnon, que incluiu a toponímia como disciplina científica na École Pratique des Hautes Études. Conforme Carvalhinhos (2009, p. 4), estudar a etimologia dos nomes antigos do território francês era condição essencial para propiciar elementos sólidos que marcassem a permanência de nomes dos povos desaparecidos na antiga Gália. A obra de Longnon, *Les noms de lieu de la France*, foi importante referência para estudiosos como Albert Dauzat (1928), que proporcionou avanços metodológicos importantes nas primeiras décadas do século XX, com seu trabalho *Les noms de lieux*, publicado em 1928, que impulsionou os estudos de Toponímia na França, baseando sua investigação no método das áreas e na geografia linguística. Isquierdo (1997, p. 30) descreve a atuação de Dauzat (1928):

Dentre os clássicos que se dedicaram aos estudos toponímicos faz-se necessário registrar o trabalho do linguista francês Albert Dauzat. Esse estudioso, além de salientar dificuldades com as quais se defronta o pesquisador que se propõe à tarefa de elucidar a questão da origem dos nomes de lugares, manifesta a preocupação com a classificação dos nomes de lugares por séries lógicas ou por categorias históricas, em se tratando do estabelecimento de um método para o estudo da Toponímia [...]

Em Portugal do final do século XIX, Leite de Vasconcellos fez uso da toponímia para auxiliar seus estudos em etnografia e filologia. Entretanto, a partir de 1887 seus estudos de Onomástica se sobressaem e são organizados em dois ramos, Toponímia e Antroponímia, tópicos linguísticos que naturalmente se iam destacando de seus estudos etnográficos (Carvalhinhos, 2005, p. 70-79).

Theodoro Sampaio e sua obra, *Tupi na geografia nacional* (1901), e Levy Cardoso, com *Toponímia brasileira* (1960), são os pioneiros no Brasil nos estudos toponímicos. Durante o século XX, a Toponímia no Brasil esteve muitas vezes vinculada ao estudo do tupi antigo pela característica de imutabilidade do topônimo após o momento de sua fixação. Segundo

Carvalhinhos (2008), no Brasil não existe um registro escrito das sociedades indígenas que viabilize o estudo como o que ocorre na Europa, em virtude de essas sociedades serem ágrafas, de nossos registros mais antigos serem provenientes do período colonial e por parte de europeus de diversas origens.

A Toponímia pertence aos quadros de disciplinas da graduação do curso de Letras da Universidade de São Paulo com o nome *Toponímia Geral e do Brasil* desde meados da década de 1960, com conteúdo desenvolvido desde 1934 junto à cadeira de Etnografia e Língua Tupi, vinculada ao curso de Geografia e História, cujo responsável era o Prof. Dr. Plínio Ayrosa, de quem Carlos Drummond foi assistente e sucessor. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em sua tese de doutorado (orientada por Carlos Drummond), apresentou princípios teóricos e metodológicos e um modelo taxonômico, que veio incentivar as pesquisas toponímicas. Carvalhinhos (2008) informa que, após os anos 1990, os estudos de Toponímia na Universidade de São Paulo tendem a ter uma feição mais linguística, não apenas estudando os nomes de lugar e suas alterações semânticas, morfológicas, fonéticas, mas buscando conjugar várias disciplinas linguísticas (dentre as quais a Semiótica e a Lexicologia) que possibilitem a apreensão, por ferramentas da própria linguagem, da visão de mundo impressa nos nomes de lugar.

## **2.1 Signo toponímico**

Por ser um signo motivado, o topônimo se insere em um contexto extralinguístico que o capacita a proporcionar interpretações socioculturais dos lugares. A diferenciação dos lugares pelos seus nomes e não apenas pelos aspectos descritivos do terreno podem nos revelar valores sociais, políticos, culturais, tipos de colonização, formas de interação com o meio e a memória coletiva, dentre outras representações sociais em determinado território/espço criado ou interpretado pelo homem.

Desde a Antiguidade, os nomes foram considerados fundamentais para o estudo da linguagem, e isso continuou a ser um tema importante para a investigação filológica, linguística e filosófica ao longo da história do pensamento ocidental. Por essa razão, além de gerar referências e informações sobre a qualidade dos espaços territoriais, a toponímia de uma paisagem também é um registro histórico dos valores culturais de organização de uma sociedade.

A língua, por meio do léxico, é um importante instrumento para conceber e categorizar os objetos, fatos ou estado de coisas. Maria Tereza Camargo Biderman (2007, p. 35-37) em seu artigo “O conhecimento, uma terminologia e o dicionário”, nos diz:

É a partir da palavra que as entidades da realidade podem ser identificadas e nomeadas pelos seres humanos. A designação e a nomeação dessas realidades criam um universo significativo revelado pela linguagem. A atividade de nomear resulta do processo de categorização. Por sua vez, a categorização fundamenta-se na capacidade de discriminação de traços distintivos entre os referentes percebidos ou apreendidos pelo aparato sensitivo e cognitivo do homem. A esse processo segue-se o ato de nomear. “Por essa razão a categorização é o processo em que se baseia a semântica de uma língua natural, por meio do qual o homem desenvolveu a capacidade de associar palavras a conceitos”.

Para a autora, o universo conceptual de uma língua pode ser descrito como um sistema ordenado e estruturado de categorias. Conforme essa argumentação, podemos considerar que o processo de nomeação toponímica é uma dessas categorias. Também podemos pensar que o léxico de uma determinada língua é a representação do conhecimento universal de sua sociedade em todos os tempos. Análises diacrônicas e sincrônicas desse léxico são capazes de esclarecer a(s) maneira(s) de apreensão da realidade por essa sociedade.

Afinal, apesar de suas peculiaridades, o topônimo é formado a partir do léxico comum e, quando surge de maneira espontânea, é sempre o reflexo de um ato de fala; quando estabelecido pelo uso, os elementos morfológicos pertinentes a esse topônimo conservam a substância semântica, ainda que seu significado esteja esvaziado. Para Isquierdo (1997, p. 27-46), o signo toponímico apresenta especificidades que precisam ser consideradas:

Primeiramente, trata-se de nomes próprios cuja função específica é a de identificar e não de significar. Entretanto, na situação específica do topônimo, além dele determinar a identidade de lugares, a análise de sua estrutura pode fornecer elementos para esclarecer muitos aspectos referentes à história política, econômica e sociocultural de uma região. Desta forma, o papel do signo toponímico ultrapassa o nível apenas da identificação, servindo, pois, de referência para o entendimento de aspectos da realidade em que está inserido. Em segundo lugar, é preciso atentar para o fato de que toda nomeação, normalmente, é estimulada (ou até mesmo condicionada) por fatores inerentes à realidade circundante do denominador [...]

A denominação da própria entidade geográfica vinculada ao nome também revela dados do povo denominador, e as variantes lexicais, sendo um espelho de sua fala, são importantes para que se tracem áreas dialetológicas em determinado território e com léxico já estabelecido e cristalizado. Nesse sentido, a Toponímia fornece dados sobre a permanência de certos traços arcaicos na fala de determinado território (Carvalhinhos, 2008, p. 177). No mesmo artigo, a



autora cita Leite de Vasconcellos (cf. *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, tese defendida em 1901) e os *Inquéritos linguísticos* realizados por Paiva Boléo (1942) em Portugal, por demonstrarem a importância da toponímia local como fator comprovante da antiguidade de determinadas formas presentes nos falares. Ressalta que a presença da toponímia auxilia na demarcação das áreas conservadoras e inovadoras em termos de fala. Conforme a autora, “as variantes lexicais na toponímia, sobretudo as variantes presentes no topônimo propriamente dito, marcam áreas toponímicas que poderão coincidir com as áreas dialetológicas” (CARVALHINHOS, 2008, p. 177).

Tal preceito encontra fundamento em Dick (2007, p. 146), para quem o estudo da forma linguística de um nome recupera os traços e sentidos da língua falada na região, em seus substratos e adstratos.

A Toponímia não configura um campo fechado a novas contribuições língu-semânticas, mas, por sua própria peculiaridade, a Onomástica toponímica representa a forma estável da língua e pode preservar os valores culturais, memorialísticos, históricos, geográficos — sobretudo, valores linguísticos e simbólicos. A toponímia de determinado lugar pode ser não somente a representação da visão de mundo da sociedade que a originou como também a prova da antiguidade de formas presentes nos “falares locais”. (DICK, 2007, p. 146). Em sua tese de doutorado (2005, p. 70-79), Carvalhinhos afirma: “Indubitavelmente, o topônimo carrega em si uma microvisão do Universo Real, já que várias filtragens culturais ocorreram desde o fato natural (biofato) até o momento do ato de denominação. O próprio lexema é um recorte cultural de um biofato, é uma segmentação da realidade”.

Carvalhinhos (2003, p. 172-179) reforça outras características intrínsecas aos topônimos, principalmente a tese de que uma área toponímica pode ser comparada a um sítio arqueológico: “podemos reconstruir, através do estudo de significados cristalizados de nomes de lugar (fósseis linguísticos) fatos sociais desaparecidos, contribuindo com material valioso para outras disciplinas”. Dick (1992, p. 35) ressalta que “através das camadas onomásticas, revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam as de ordem física quanto socioculturais”.

Camadas de fósseis linguísticos podem ser depositadas em um mesmo território; o estudo toponímico nesses casos necessita de uma perspectiva diacrônica e multi-interdisciplinar que promova a possibilidade de entendimento desses estratos. O trabalho do pesquisador é justamente escavar as camadas linguísticas. Dick (1990, p. 112-154) aponta que a Toponímia brasileira é resultado de camadas de estratos de diversas populações: ameríndia, portuguesa,

africana e de outros europeus que mais tarde chegaram ao Brasil. Esse contato deixou fortes marcas na cultura do país.

Como podemos facilmente constatar, na toponímia brasileira de origem ameríndia há inumeráveis topônimos opacos, possivelmente sobreviventes de línguas desaparecidas. Carvalhinhos (2005, p. 54-72), esclarece que o topônimo sobrevive ao próprio fato e língua desaparecidos, ficando seus semas em estado latente, ou seja, opacos. A reconstrução etimológica, pois, é um dos instrumentos (e não um fim, como muitas vezes se pensa) para o resgate dos significados ocultos, ao nível do intracódigo, muitas vezes “socorrido” pelo extracódigo, visando a preencher lacunas de significação. Opacidade ou esvaziamento semântico é um fenômeno normal da língua. Carvalhinhos (2005, p. 54-72) discorre sobre isso e seus efeitos na toponímia de um determinado território:

O topônimo pode sofrer esvaziamento e posterior cristalização semântica. Estes processos permitem ao toponimista determinar a origem do topônimo, sua idade aproximada e, num estudo contextual, até a ideologia do povo denominador. É evidente que o estudo isolado de um único topônimo pode gerar equívocos, portanto ainda que se pretenda estudar um único nome de lugar é essencial manter uma visão geral da região geográfica delimitada para a coleta do *corpus*, pois ela é que proporciona ao toponimista a possibilidade de estabelecer relações, comparar e tirar conclusões. É evidente que alguns fenômenos, como os já mencionados cristalização e esvaziamento, podem ser mais ou menos frequentes dependendo da antiguidade do topônimo e das características gerais da região em estudo. Cada local possui um perfil próprio e sua toponímia é uma ferramenta a mais para o estudo de um microcosmo regional.

Carvalhinhos (2003, p. 172-179) enfatiza que a estrutura profunda de um nome é a mesma em qualquer tempo ou espaço, embora sua capa linguística mude conforme as variantes culturais. Com o intuito de exemplificar esse conceito, ela demonstra que os nomes cujo sema principal é água denotam sempre o mesmo biofato; além disso, sua capa linguística é capaz de revelar a etnia e a idade do topônimo:

São vocábulos de língua geral que entram no discurso toponímico pelo que entendemos como vicissitudes enunciativas (necessidades básicas ocorridas no momento da enunciação). Parte-se do pressuposto de que o topônimo mudou de categoria gramatical, em dois sentidos: passou de substantivo comum a substantivo próprio e, do ponto de vista mais específico, passou de lexia virtual (antes do momento da enunciação) a lexema (como ocorre com qualquer palavra-ocorrência) e a termo, quando se configura o sintagma toponímico, composto por dois termos, a saber: termo ou elemento genérico (o acidente físico ou humano a ser descrito ou denominado) e o termo ou elemento específico (o topônimo propriamente dito.)

Trapero (1995, p. 21-56) afirma: “pode-se dizer sem exagero que na toponímia de qualquer lugar estão reunidos todos os problemas linguísticos que podem ser estudados em um repertório lexical dialetal, com a compreensão de que os problemas linguísticos da toponímia só atingem o nível do léxico, como unidades designativas que são”. Segundo o autor, a toponímia também lida diretamente com o diatópico, visto que o topônimo lida com as palavras e sua distribuição no espaço e no tempo. Ele aponta a questão fonética, que muitas vezes explica a mudança do topônimo a ponto de deixar de existir uma relação motivada entre ele e a forma original da palavra que o motivou. Esse aspecto, dentre outros, demonstra que o estudo toponímico se mostra complexo, tendo em vista que, ao lidar com nomes próprios, não se limita a questões puramente referenciais semânticas, mas aos agentes envolvidos na nomeação, bem como a processos históricos, sociológicos, políticos, dentre outros, para além do simples nome do substantivo. O signo toponímico se constitui nessa trama de aspectos. Os antropônimos em geral são arbitrários e os topônimos, por sua vez, são motivados. Sendo assim, a designação do topônimo não é a realidade em si, mas uma perspectiva de quem criou a designação. Qualquer palavra, em geral, pode constituir um topônimo, total ou parcialmente, assim como, algumas palavras conservam-se na língua apenas em topônimos e outras no sentido comum (TRAPERO, 1995, p. 57-84).

O sintagma toponímico é o bloco composto pelo elemento genérico, ou seja, a entidade geográfica denominada (também chamada de elemento geográfico) e o elemento específico, o nome ou topônimo propriamente dito (Dick, 1990). A relação existente entre um elemento geográfico e o nome propriamente dito provoca uma diversidade de discussões desde a sistematização dos estudos de toponímia.

As entidades geográficas que recebem o nome são tão importantes quanto os nomes a elas atribuídos (elemento específico), pois carregam traços línguo-culturais do denominador. No campo semântico referente a um curso d’água no território brasileiro, pode haver muitas variedades: rio, ribeira, ribeirão, arroio, rego, regato, nascente, mina, poço, córrego, dentre outros. Tal diversidade de termos genéricos para o mesmo campo semântico, dispersos pelo território, reforça a tese de que o topônimo reflete aspectos culturais do povo denominador. Carvalhinhos (2003, p. 172-179) explica que o denominador utiliza uma lexia disponível em seu léxico virtual e a atualiza muitas vezes em um primeiro momento como lexema, isto é, não há intencionalidade de denominação, apenas o nome surge num contexto enunciativo oral-discursivo. Qualquer aspecto da paisagem pode ser referência para explicar um caminho nesses primeiros momentos. Dick (2007) esclarece que todos os aspectos de um território significam algo — o recorte de um morro, os contornos de um serra, o monte singular em sua morfologia,

o volume das águas de um rio, o seu curso acidentado, entremeado de cachoeiras e pequenos saltos, ou o contrário, a suavidade de seu declive —, tudo pode ser causa de motivações toponímicas.

*Figura 3: recorte do relatório da exploração do rio Juquiá e seus afluentes de Arthur H. O Leary descrevendo a motivação que o levou a nomear o elemento geográfico como “Cachoeira do Diabo”.*

A 30 fizemos varar as canôas por um caminho existente na margem direita, na extensão de 120 metros; é um pequeno morro. Logo que partimos de montante do Salto Grande tivemos de atravessar a cachoeira da Lage Grande, formada por dois degraus e com a largura de 30 metros, um travessão e mais dois saltos de um metro cada um, e em todos elles foi necessario descarregar as canôas. Percorremos um total de 1 k. 300, ao cabo dos quaes deparou-se-nos extensissima pedraria, em grandes blocos, onde reconhecemos ser impossivel continuar o trabalho neste rio.

A 1.º de Outubro fizemos uma excursão por cima das pedras, aliás bem lisas, afim de ver se ainda seria possivel continuar o trabalho. A varação, porém, tinha de ser feita sobre dois morros, embora por caminho existente, mas na extensão de 600 metros, trabalho esse que os camaradas não estavam em condições de realisar. Démos a este novo obstaculo o nome de Cachoeira do Inferno, porque a agua corre nella com um ruido semelhante ao do trovão. A altura da parte visivel desde baixo e que tem a extensão de 100 metros, é de 12 metros. A jusante tirámos a secção transversal do rio, verificando a largura de 30 metros, a profundidade maxima de 0<sup>m</sup>80. Ao meio dia começou a chover, impedindo o regresso.

A 2 continuámos parados por causa da chuva e a 3 pudemos descer até ao ponto em que o Bananal é atravessado pela antiga estrada e hoje suja picada que vae da Prainha a Iguape.

A 4 fomos por terra até á freguezia da Prainha, afim de obter detalhes topographicos. O caminho que, como disse já, é pessimo, mediu 7 k. 104, que fizemos quasi sempre debaixo de chuva.

*Fonte 3: Comissão Geographica Geologica 1914.*

### 3 A PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS

#### 3.1 O *corpus*

O *corpus* foi extraído de documentos públicos e particulares relacionados aos proprietários de armazéns, comerciantes de tropas e canoas de Iporanga e Xiririca, além de mapas e cartas oficiais e outras representações gráficas do espaço geográfico da região e de seu entorno, conforme relação de documentos no item 3.2. Como já foi mencionado, uma parte dos documentos foi recuperada em 1998 durante as obras de restauração da Fazenda Passagem. Os documentos pertenciam aos antigos proprietários e se caracterizam pela grande quantidade e diversidade de diários, cartas pessoais e comerciais, borradores e livros de registro comercial, documentos públicos e particulares de bens imóveis, dentre outros, pertencentes aos descendentes do Capitão José Julio da Silva, ex-combatente da Guerra do Paraguai<sup>3</sup>, comerciante de tropas e morador na margem esquerda do Rio Ribeira de Iguape em local conhecido como Barra do Rio Pilões. Seus dois casamentos originaram vários filhos, dentre os quais Ismael Julio da Silva e Antonio Julio da Silva<sup>4</sup>, proprietários de armazéns na mesma localidade. José Julio da Silva era filho de Manoel Antonio da Silva e de Maria Catharina de Sene (conforme certidão de nascimento de Ismael Julio da Silva, inserida à p. 54). A informação oficial sobre os ascendentes do Capital José Julio da Silva é importante para não incorrerem em erros que possam atribuir outras identidades aos sujeitos desta pesquisa, visto que Edelsvitha Partel Murilo, em sua tese de doutorado (2013, p. 63) atribui, equivocadamente, a maternidade de José Julio da Silva a “Maria Severina da Silva”. O equívoco é replicado por Cecilia Cruz Vecina (2018, p. 77) que, em sua dissertação de mestrado, inflige a José Julio da Silva o mesmo desacerto de mãe.

Além desses documentos que testemunham o cotidiano de uma família de comerciantes da zona rural do município de Iporanga, utilizaremos como material de pesquisa as memórias de Luiz Nestlehner<sup>5</sup>, um imigrante austríaco que chegou à região em 1926 aos 19 anos. Estudioso das ciências da natureza, registrou em diários de viagens, plantas e mapas

---

<sup>3</sup> Guerra do Paraguai: 1864-1870.

<sup>4</sup> Ismael e Antonio eram filhos do casamento de José Julio da Silva e Magdalena Crisostima da Silva, sendo os avós paternos Manoel Antonio da Silva e Maria Catharina de Sene e avós maternos Felício João Crisostimo e Roza Crisostima de Oliveira.

<sup>5</sup> O avô paterno da autora.

cartográficos suas expedições exploratórias com descrições detalhadas do meio físico/ambiental, assim como a consequente relação de topônimos dos lugares que visitou. Luiz Nestlehner era casado com a filha de um comerciante de tropas e canoas, Antônio José de Lima, proprietário de armazéns, morador do local conhecido como Porto de Baixo, na barra do Rio Iporanga com o Rio Ribeira de Iguape. As famílias do Capitão José Julio da Silva e de Antônio José de Lima são contemporâneas, o que possibilita estudos comparativos e confronto de dados e informações que podem resultar em análises e, novos conhecimentos, tanto do contexto extralinguístico como do sistema linguístico.

Resolvemos alargar o *corpus* usando as Posturas Municipais de Iporanga, assim como ofícios e documentos públicos dos séculos XIX e XX. Estabeleceu-se um recorte histórico entre 1869 e 1998. O ano de 1869 é a data de uma Carta de Adjudicação do Juízo de Orfãos da Villa de Xiririca. O ano de 1998 é a data do último documento efetuado pela família do Capitão José Julio da Silva e refere-se a uma Escritura de Compra e Venda.

### **3.2 Documentos selecionados para o estudo**

1. Borrador s/n.º do Capitão José Julio da Silva — datado de 1890 a 1896 — 488 fólios;
2. Borrador n.º 24 do Capitão José Julio da Silva — datado de 1899 a 1900 — 180 fólios;
3. Borrador s/n.º de Antonio Julio da Silva — datado de 1947 a 1969 — 194 fólios;
4. Documentos relativos à posse de terra e imóveis — datados de 1869 a 1950, pertencentes ao Capitão José Julio da Silva, Antonio Julio da Silva, Ismael Julio da Silva — 84 fólios;
5. Memórias, croquis e anotações de Luiz Nestlehner — datados de 1928 a 1970 — 224 fólios;
6. Ofícios diversos e Posturas Municipais de Iporanga — datados de 1894 a 1930 — 45 fólios;
7. Certidões de nascimento, casamento e óbito — 12 fólios;
8. Carta do Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, folha topográfica de Iguape, edição Comemorativa do IV Centenário de 1954 — Escala 1:250.000;
9. Carta do Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, folha topográfica de Itapetininga, edição Comemorativa do IV Centenário de 1954 — Escala 1:250.000;
10. Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo: Exploração do rio Ribeira de Iguape. São Paulo, Typographia Brazil de Rothschild & Co. 2ª edição, 1914. (PP 1-24) e estampas: I, II, III, IV, V e VI da planta do rio Ribeira de Iguape e seus afluentes de 1908. Escala 1:50.000;
11. Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo. Planta de Sorocaba, Itapetininga, Bury, Faxina, Itaporanga, Sete Barras, Capão Bonito, Ribeirão Branco e Itararé. Typographia Brazil de Rothschild & Co. Edição provisória, 1927. S. Paulo. Escala 1:100.000;

### 3.2.1 Borradores

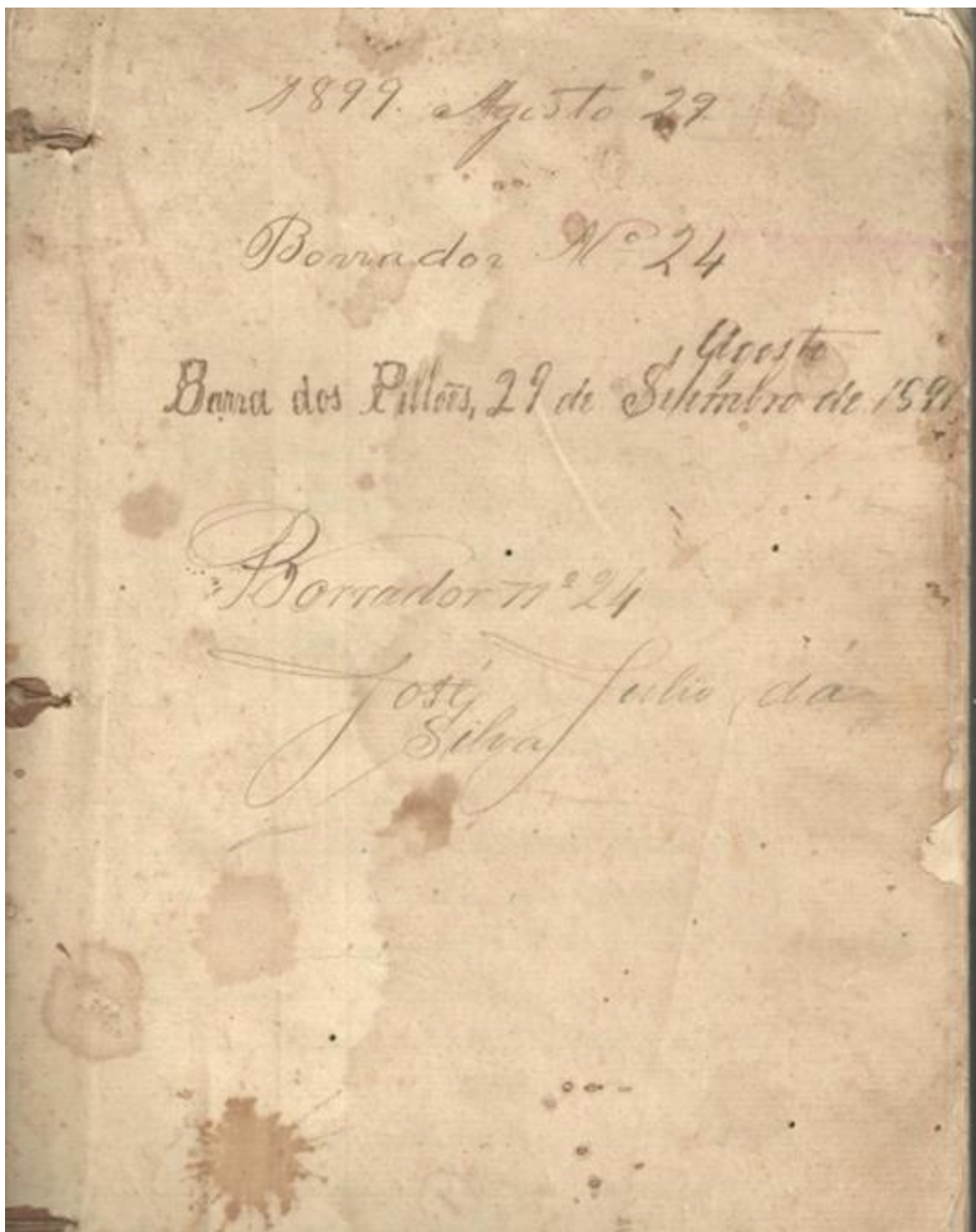
Borradores são livros de controle informal de comércio que serviam para a realização de anotações de transações comerciais para posterior transcrição aos livros de registro comercial. Os borradores são interessantes por apresentarem anotações espontâneas do cotidiano comercial, ao contrário do rigor formal dos livros de registro comercial. Por esse motivo, eles contêm informações preciosas a respeito do proprietário do armazém, assim como de seus parceiros comerciais, compradores, fornecedores, funcionários, ajudantes e agregados, dentre outros. Nos borradores, ao lado do apelido de família de fregueses, algumas vezes há anotações e referências que caracterizam e particularizam o sujeito, a alcunha ou o nome da localidade de seu domicílio, como nos exemplos transcritos: “Domingos Paraguay — morador na tapage<sup>6</sup>” ou “João Rodrigues da Silva — conhecido por João Velho”. Conforme a modalidade da transação comercial, era regra anotar o local de origem, o local das paradas para baldeação e o destino das mercadorias. Além da variedade de informações sobre as localidades e seus topônimos, as anotações das transações comerciais e de serviços são importantes fontes primárias de informações históricas. A partir da leitura dos borradores, nos capacitamos a contextualizar o território de nossa pesquisa. É necessário ressaltar que tais manuscritos são também fontes de conhecimento do sistema linguístico do Vale do Ribeira de Iguape.

---

<sup>6</sup> “ta.pa.gem: *sf* (tapar+agem) 1 O mesmo que tapamento. 2 Tapume feito com varas, no rio, para apanhar peixe. 3 Excremento. 4 Pesca nas camboas e esteiras, cercando-as com redes para colher o peixe que entrou na enchente. 5 Sebe, tapume. 6 Barragem de terra com que se represam rios, riachos e igarapés, para fazer reservatório de água ou para reter o peixe.” **Dicionário da Enciclopédia Larousse.**



Figura 4: capa do registro digitalizado do borrador n.º 24, pertencente ao Capitão José Julio da Silva, datado de 1890 a 1896



Fonte 4: acervo pessoal



Figura 5: registro digitalizado do borrador n.º 24, pertencente ao Capitão José Julio da Silva, datado de 1890 a 1896

1890		João Vias Baptista Rodrigues		Qu
19	1	Fouca		2,500
26		Re. p.º Domingo d. Oliveira por o aldo		
1896		Joaquim Gomes de Queiroz		
		Morador em Paranapamema		2
23	10	Capados a 484		150,000
		Re. dinrº		
		1 Capada mas		55,000
		Re. por conta		
25		Re. dinrº em 25 de março		
		Summa A		555,000
		Resta pº saldo		90,000
1896		Ignacio Tavora		
5	2	Cº de café	a 18,000	36,000
		Re. ovos de 1 rez		
		" 5 Kº de carne verde a 800		
		" 20 Lº de feijão		
		Summa B		36,000
		Resta pº saldo		17,000

Fonte 5: acervo pessoal

Figura 6: registro digitalizado do borrador n.º 24, pertencente ao Capitão José Julio da Silva, datado de 1890 a 1896

1899 Setembro 9	
Felício Madeira	
3 <sup>ma</sup> de cottoning	1300 a 3.700
2 carros de linha	640
1 Lenço	1.100
Botoes	500
Dir <sup>a</sup> para um feitiço de um paleto	3000
1 Chapu de feno	1800
12 <sup>os</sup> 6 <sup>as</sup> mãos de milho	
— à 400	26.800
<hr/>	
Antonio Cardozo da Motta	
1 Spatta de benzene	10.000
1/2 C de café	5.000
40 Litros de sal	1.400
2 1 <sup>os</sup> de alg <sup>m</sup> zimbo	1.500
1 R <sup>o</sup> de fumo	3.150
5 Alcecdario	400
1 Sintiro de tinta	40
2 carros de linha	640
12 <sup>os</sup> 6 <sup>as</sup> mãos de far de milho	
— à 4.000	16.500
<hr/>	
Antonio Marinho	
1 Lenço	1.100

Fonte 6: acervo pessoal

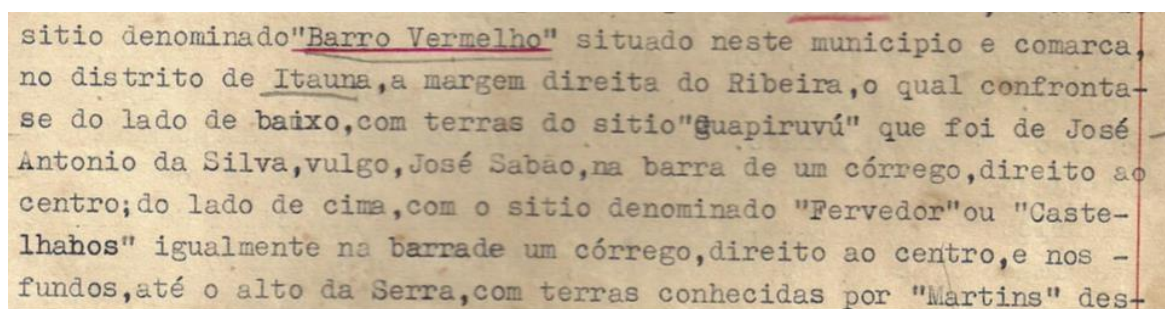




### 3.2.2 Documentos relacionados à propriedade de bens imóveis

Ao descrever as divisas de determinada área, os documentos que envolvem a posse e propriedade de terras e bens imóveis apresentam topônimos como marcos dos limites da propriedade. No caso dos documentos selecionados, a importância reside na particularidade de apresentarem várias reproduções, em tempos distintos, da mesma área de terras. Quando comparados a documentos atuais, esses documentos apresentam imprecisões nas declarações registradas, pois não era obrigatória a realização das medições topográficas, já que os textos da lei não o exigiam. Entretanto, o que parece imprecisão hoje não o era na época desses registros. As descrições das propriedades rurais declaradas nas escrituras de compra e venda seguem o mesmo padrão no Brasil até finais do século XIX: muitas vezes nem mesmo a extensão ou os limites da propriedade são mencionados. No Vale do Ribeira, particularmente em Iporanga, a maior parte de sua área territorial é considerada “terras devolutas”<sup>7</sup>, áreas que nunca foram demarcadas ou tiveram escritura particular de propriedade. O problema se estende até nossos dias, por isso a imprecisão persiste, o que é significativo para os estudos toponímicos, pois as descrições das divisas de uma propriedade ficaram a cargo dos denominativos locais para a paisagem: espigão da serra, lomba de morro, testada, cabeceira d’água, fundo do vale, barra do córrego, cachoeiras, vargens, rego, corgo etc. As divisas também eram marcadas com elementos da flora, facilmente eliminados: capão de uvá, cipoal, taquaral, pé de guabiroba, araçá, jabuticaba, guapiruvú, dentre outros.

Figura 8: registro digitalizado de recorte de escritura de 1948 do sítio Barro Vermelho, sem data



sítio denominado "Barro Vermelho" situado neste município e comarca, no distrito de Itauna, a margem direita do Ribeira, o qual confronta-se do lado de baixo, com terras do sítio "Guapiruvú" que foi de José Antonio da Silva, vulgo, José Sabão, na barra de um córrego, direito ao centro; do lado de cima, com o sítio denominado "Fervedor" ou "Castelhanos" igualmente na barrade um córrego, direito ao centro, e nos fundos, até o alto da Serra, com terras conhecidas por "Martins" des-

Fonte 8: acervo pessoal

<sup>7</sup> “Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo *devoluto* relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. Com a descoberta do Brasil, todo o território passou a integrar o domínio da Coroa Portuguesa. A colonização portuguesa adotou o sistema de concessão de sesmarias para a distribuição de terras, por meio das capitânicas hereditárias: aos colonizadores largas extensões de terra foram trespassadas com a obrigação, a estes, de medi-las, demarcá-las e cultivá-las, sob pena de reversão das terras à Coroa.” **Enciclopédia Larousse.**




Figura 9: registro digitalizado de certidão de auto de inventário de Madalena Crisostomo da Silva de 1939, —  
sítio Barro Vermelho, sem data

...do de São Paulo, etc.


C E R T I F I C A que dando busca a pedido verbal de pessoa interessada, nos autos findos de seu cartorio, entre outros encontrou os de inventario processados em 1939, por falecimento de Dona Madalena Crisostomo da Silva, no qual serviu de inventariante o herdeiro, Jonas Julio da Silva, e deles as fls. 59 e 59 v<sup>a</sup> consta o pagamento seguinte: P A G A M E N T O feito a herdeira Marta Conceição da Silva Welte, de sua legitima materna na importancia de quatro contos quinhentos e oitenta e cinco mil reis (4:585\$000) e da importancia de um conto setecentos e quarenta e tres mil e trescentos reis (1:743\$300), correspondente a conta justificada por seu esposo, Eugenio Welte, no total de seis contos trescentos e vinte e oito mil e trescentos reis (6:328\$000) que á margem sae. HAVERA a seu pagamento nas terras do sitio denominado "Cedro" situado á margem esquerda do Rio Ribeira de Iguape, no distrito de Itauna, deste municipio e comarca, no bairro do André Lopes, o qual confronta-se do lado de cima, com terras dos herdeiros de José Antonio da Silva, por um "Guaraema" e do lado de baixo, com terras de José Manoel de França, por um córrego, descrito e avaliado por tres contos de reis (3:000\$000), uma parte no valor de trescentos e setenta e cinco mil reis (375\$000) que á margem sae. HAVERA mais a seu pagamento, na casa terrea, coberta de telhas, assoalhada, situada na Cidade de Iporanga, no Largo da Matriz, medindo onze metros de frente, onde tem seis claros por oito metros e meio de frente aos fundos, entre propriedades de José dos Santos Lisboa e Publio Minardes dos Santos, descrito e avaliado por quatro contos de reis (4:000\$000) uma parte no valor de dois contos e quinhentos mil reis (2:500\$000) que a margem sae. HAVERA mais, metade do sitio denominado "Barro Vermelho" situado neste municipio e comarca, no distrito de Itauna, a margem direita do Ribeira, o qual confronta-se do lado de baixo, com terras do sitio "Guapiruvú" que foi de José Antonio da Silva, vulgo, José Sabao, na barra de um córrego, direito ao centro; do lado de cima, com o sitio denominado "Fervedor" ou "Castelhanos" igualmente na barrade um córrego, direito ao centro, e nos fundos, até o alto da Serra, com terras conhecidas por "Martins" descrito e avaliado e avaliado a fls. por dois contos de reis (2:000\$000) a metade no valor de um conto de reis (1:000\$000) que a margem sae. HAVERA mais, em seu pagamento, uma sorte de terras do imovel situado á margem esquerda do Ribeira em frente a barra do Nhunguara, nome pelo qual é conhecido e hoje forma um imovel destinto, dentro das seguintes divisas: Do lado de cima confronta-se com terras do espolio do lado de baixo, com terras de Rafael Pinto, na barra de um corrego-

Fonte 9: acervo pessoal

Figura 10: registro digitalizado de escritura do sítio Barro Vermelho de 1942



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE ELTORADO

**REGISTRO DE IMÓVEIS**

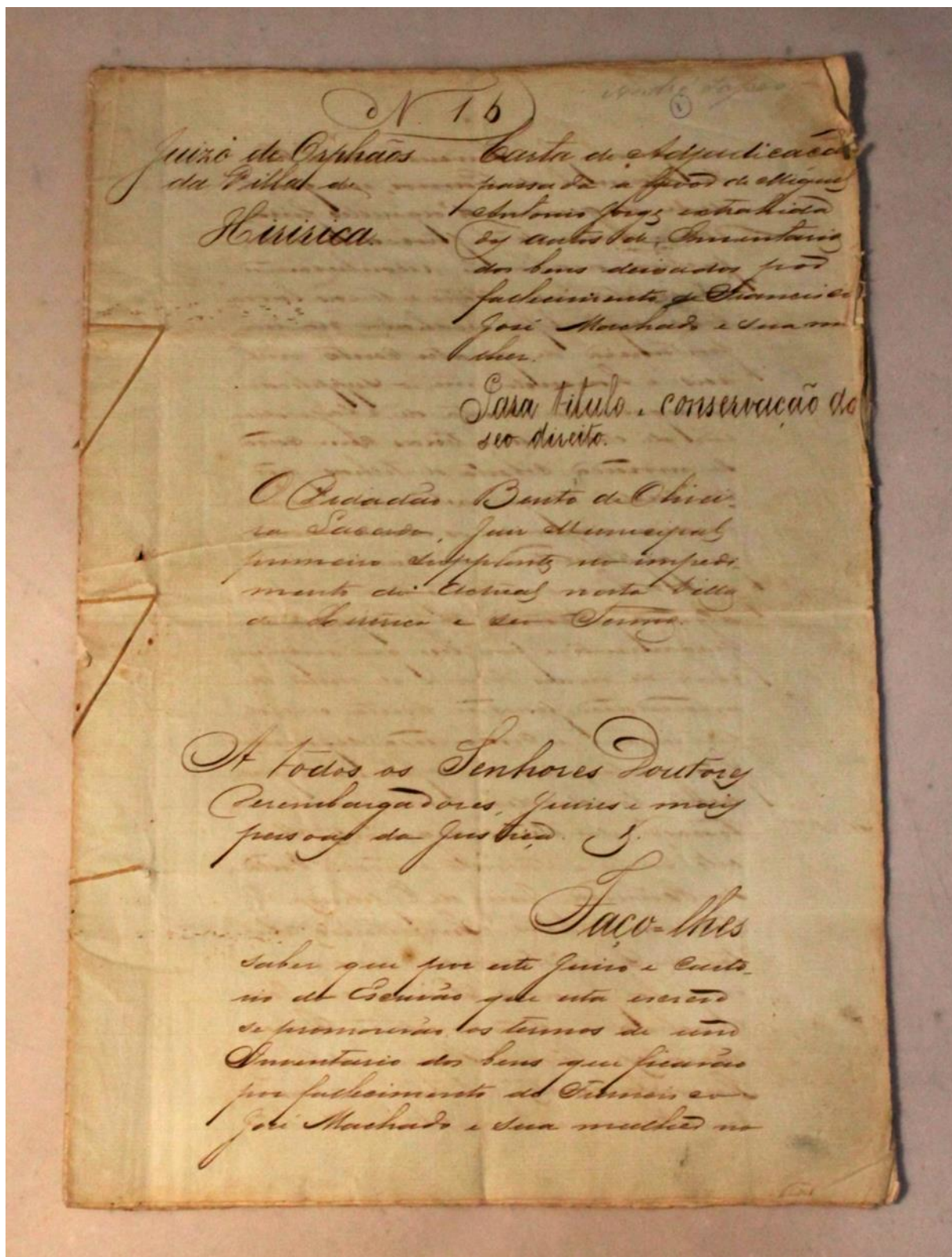
*João Victorino Ferreira*  
OFICIAL

CERTIFICO que dando busca a pedido verbal de pessoa interessada nos livros findos deste Cartório, deles à fl. 211 do livro 3º D ("TRANSCRIPÇÃO DAS TRANSMISSÕES"), encontrei a transcrição do teor seguinte:—NUMERO DE ORDEM.—1.233—DATA.— Cinco de dezembro de mil novecentos e quarenta e dois.—CIRCUNSCRIÇÃO.— Itauna.— DENOMINAÇÃO OU RUA E NUMERO.— Barro Vermelho.— CARACTERISTICOS E CONFRONTAÇÕES.—Metade do sítio "BARRO VERMELHO" situado neste Município e Comarca, no distrito de Itauna, a margem direita do Ribeira, o qual confronta-se do lado de baixo com terras do sítio "Guaporuvú" que foi de José Antonio da Silva, vulgo José Sabão, na barra de um córrego, direito ao centro do lado de cima, com o sítio "Fervedor" ou "Castelhanos". igualmente na barra de um correjo direito ao centro, e nos fundos, até o alto da Serra, com terras conhecidas por "Martins".—NOME, DOMICILIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE.— Marta Conceição da Silva Werte, proprietária, domiciliada em Iporanga neste Estado.—NOME, DOMICILIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE.— O Espólio de D<sup>a</sup>. Magdalena Crisostomo da Silva nesta Comarca.—TITULO.—Certidão de Partilha.—FORMA DO TITULO, DATA E SERVENTUÁRIO.— Certidão de Partilha, extraída pelo escrivão Vitorino em quatorze de outubro de mil novecentos e quarenta e um dos autos de inventário da falecida Magdalena Crisostomo da Silva.— VALOR DO CONTRACTO.— Um mil cruzeiros (Cr\$.1.000,00).— CONDIÇÕES DO CONTRACTO.— Não consta. Xiririca, 05 de dezembro de 1.942.(a) João Victorino Ferreira-Oficial,

Fonte 10: acervo pessoal



Figura 11: registro digitalizado de carta de adjudicação do Juízo de Órfãos da Villa de Xiririca de 1869 (sítio Barro Vermelho)



Fonte 11: acervo pessoal



Figura 12: registro digitalizado de documento de declaração de posse realizado em Iporanga em 1882 (sítio Barro Vermelho)


Digo em abaixo assinada da vi-  
va do fidei. Antonio Estevão Neves  
que sou legítima possuidora, sem  
nenhum algum, de um sítio no lugar  
denominado "Barro Vermelho" na  
Barra do Ribirão do frontão a Barra  
dos Pilões do lado de Caranaguá, e  
parte vir a com os terrenos do fi-  
dejante José Joaquim da Costa de Fran-  
co uma pequena ilha o regato  
em um correjo e deste correjo ao  
centro do sítio e vir abaixo com  
terras da fazenda Antonio Maria  
de Oliveira em um correjo e deste  
correjo ao centro do sítio e frontão  
suscintas bracas minhas ou minhas  
com fundo competente o qual se-  
rá posse a umidada por judi-  
caval, que foi Barbara Cury no

Fonte 12: acervo pessoal






Figura 14: registro digitalizado de certidão de transcrição de transmissões do cartório de Eldorado (Xiririca) em 1977, sítio Barro Vermelho



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE ELTORADO

**REGISTRO DE IMÓVEIS**  
*João Victorino Ferreira*  
OFICIAL

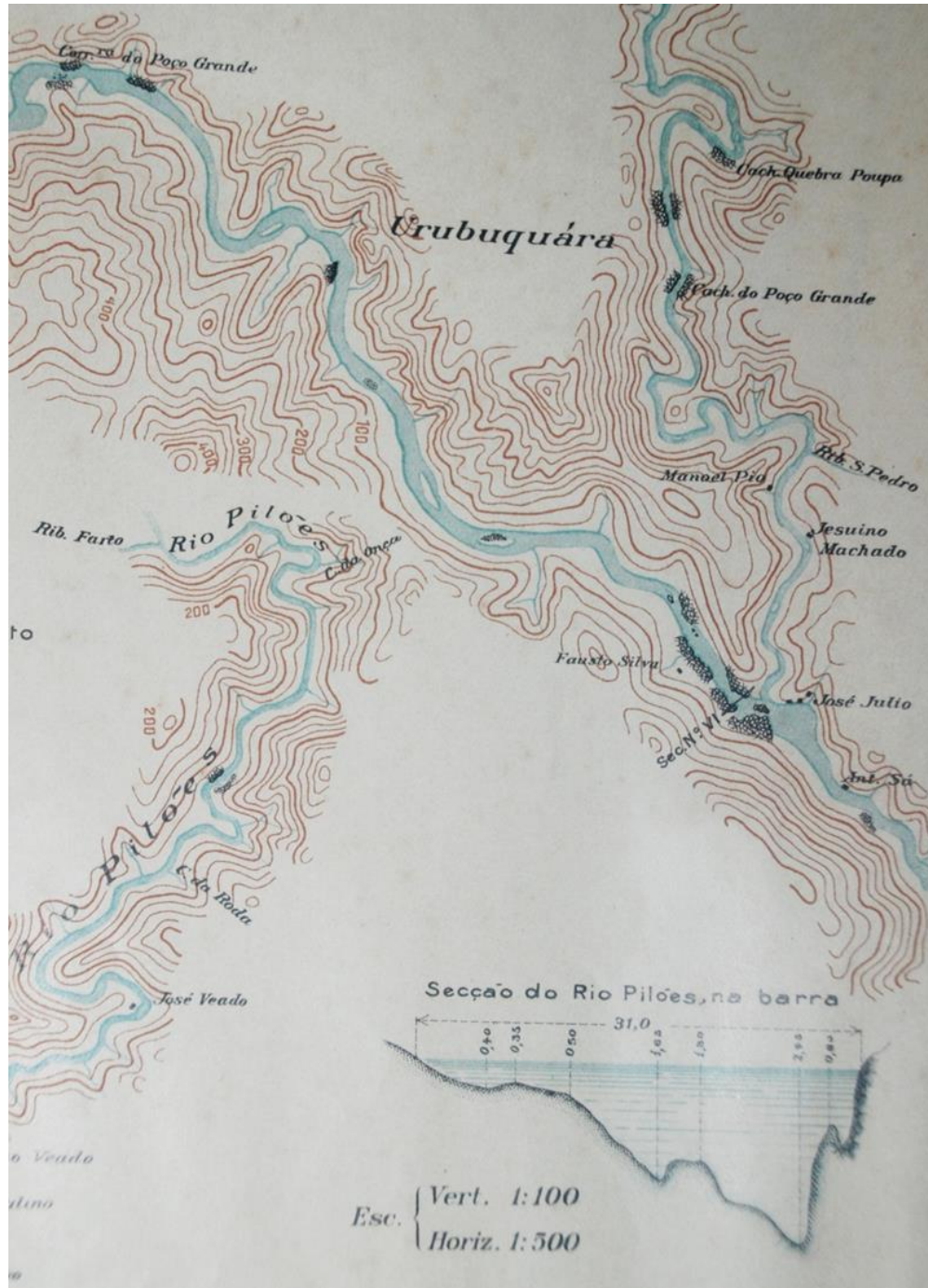
CERTIFICADO que dando busca a pedido verbal de pessoa interessada nos livros findos deste Cartório, deles à fl. 211 do livro 3º D ("TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES"), encontrei a transcrição do teor seguinte: - NUMERO DE ORDEM. - 1.233 - DATA. - Cinco de dezembro de mil novecentos e quarenta e dois. CIRCUNSCRIÇÃO. - Itauna. DENOMINAÇÃO OU RUA E NUMERO. - Barro Vermelho. CARACTERISTICOS E CONFRONTAÇÕES. - Metade do sítio "BARRO VERMELHO" situado neste Município e Comarca, no distrito de Itauna, a margem direita do Ribeira, o qual confronta-se do lado de baixo com terras do sítio "Guaporuvú" que foi de José Antonio da Silva, vulgo José Sabão, na barra de um córrego, direito ao centro do lado de cima, com o sítio "Fervedor" ou "Castelhanos". igualmente na barra de um correjo direito ao centro, e nos fundos, até o alto da Serra, com terras conhecidas por "Martins". - NOME, DOMICILIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE. - Marta Conceição da Silva Werte, proprietária, domiciliada em Iporanga neste Estado. - NOME, DOMICILIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE. - O Espólio de D<sup>ca</sup>. Magdalena Crisostomo da Silva nesta Comarca. - TITULO. - Certidão de Partilha. - FORMA DO TITULO, DATA E SERVENTUÁRIO. - Certidão de Partilha, extraída pelo escrivão Vitorino em quatorze de outubro de mil novecentos e quarenta e um dos autos de inventário da falecida Magdalena Crisostomo da Silva. - VALOR DO CONTRACTO. - Um mil cruzeiros (Cr\$. 1.000,00). - CONDIÇÕES DO CONTRACTO. - Não consta. Xiririca, 05 de dezembro de 1.942. (a) João Victorino Ferreira-Oficial,

Fonte 14: acervo pessoal



### 3.2.3 Mapas e cartas da Bacia do Rio Ribeira de Iguape

Figura 15: recorte de registro digitalizado de carta da Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo: Exploração do rio Ribeira de Iguape — São Paulo. Planta do rio Ribeira de Iguape e seus afluentes de 1908. 2ª ed. 1914. Escala 1:50.000



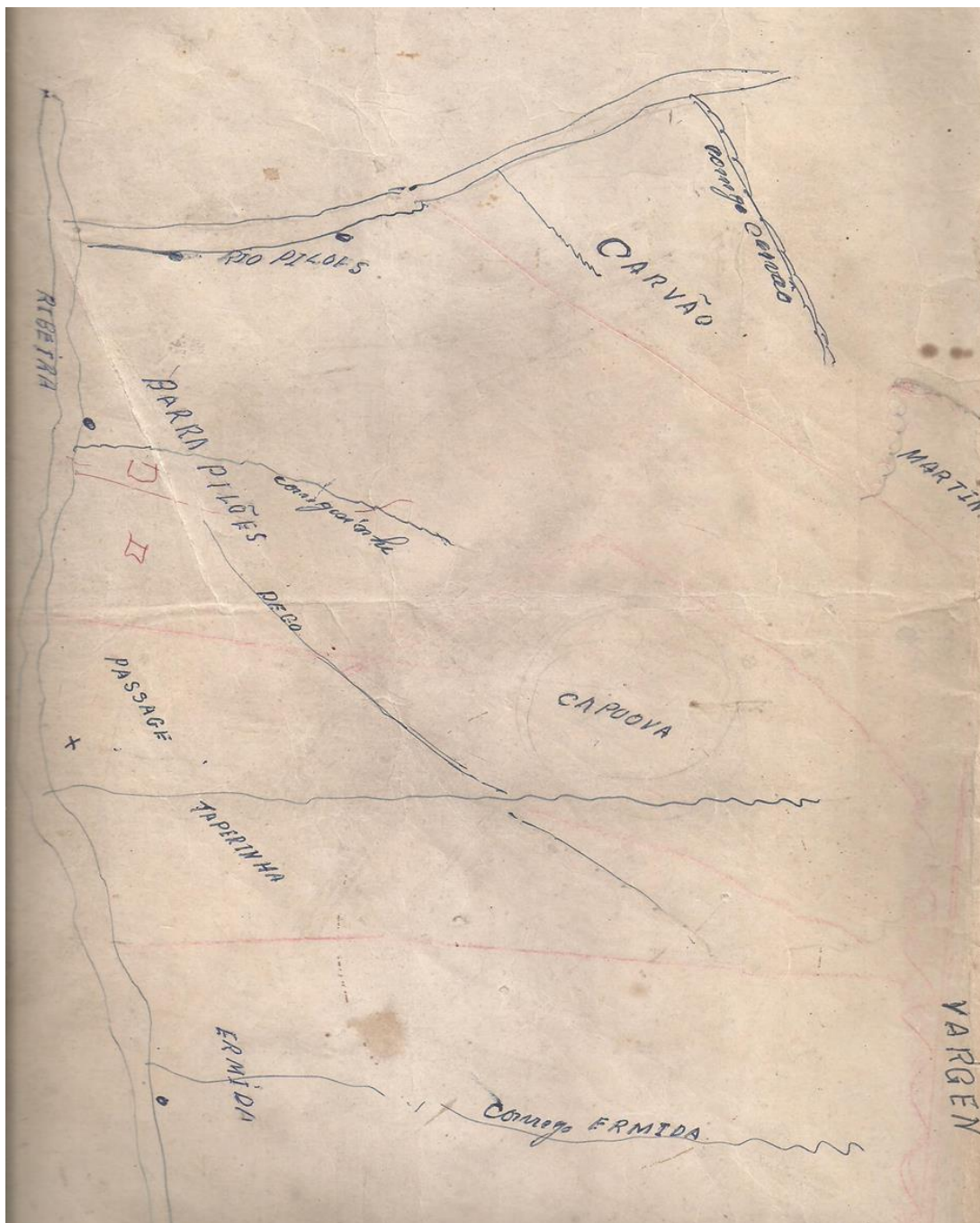
Fonte 15: acervo pessoal





### 3.2.4 Croqui e plantas não oficiais

Figura 17: croqui recuperado em 1998, na Fazenda Passagem, propriedade de Ismael Julio da Silva, sem data



Fonte 17: acervo pessoal





### 3.2.5 Posturas do Município de Iporanga e ofícios diversos

Figura 19: registro digitalizado das Posturas Municipais de Iporanga do final século XIX e início do século XX

mes de Março e Setembro de cada anno  
a rocar deixando limpa a extensão de  
2 braças nas suas testadas. Sob pena de  
20,000 de multa e feito o caminho a sua custa  
Artigo 69º Artigo 70

Todos aquelles que deixarem  
tranqueiras e pontes demolidas por mais  
de 8 dias em suas testadas serão multados  
em 10,000 e feito o concerto a sua custa.  
Artigo 70º Artigo 71

Todos os passageiros que impedir  
os fechos dos portões sendo este pro-  
vado por sua prova sera multado em 10,000  
Artigo 72º

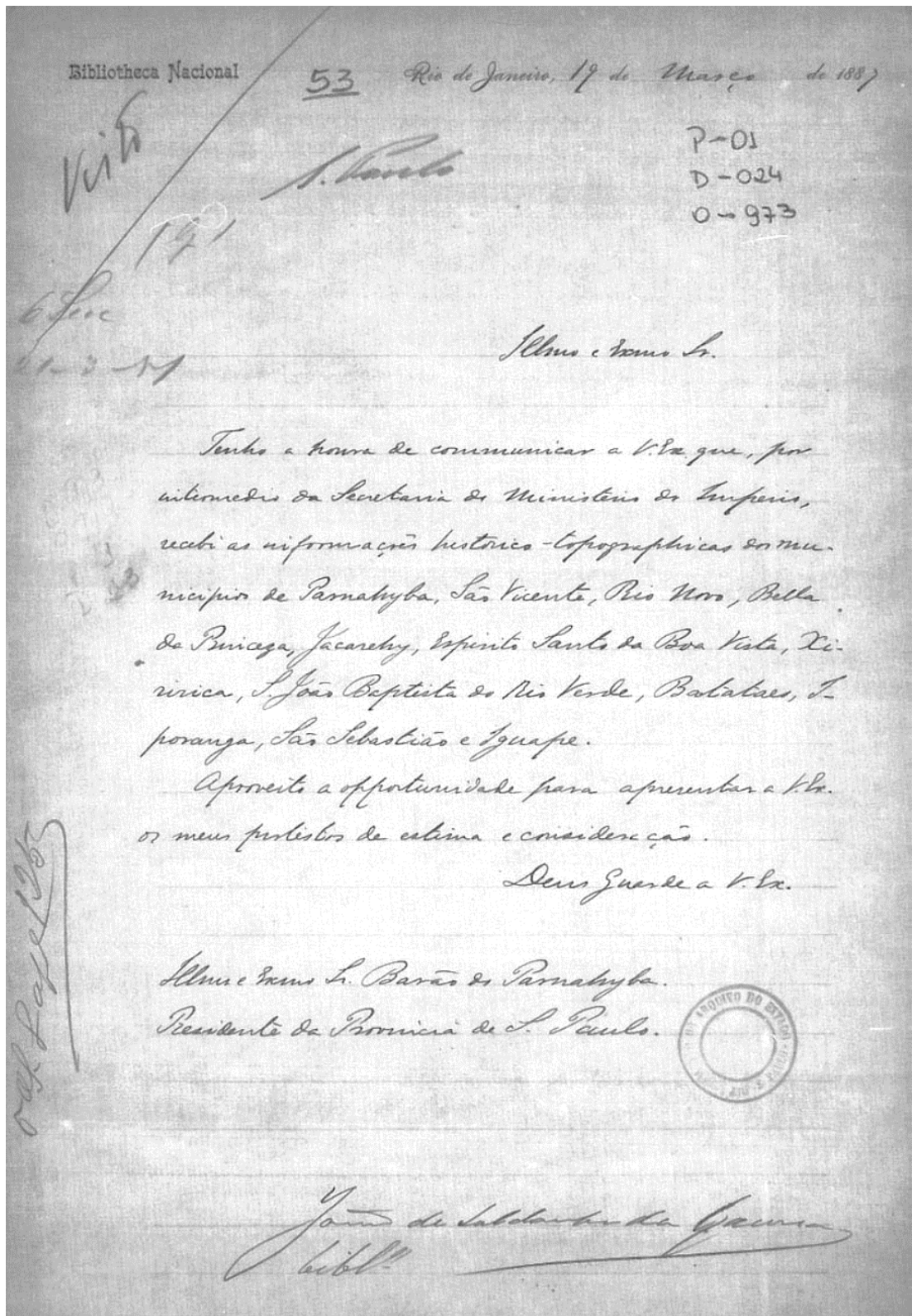
Os habitantes e possuidores  
de fitias na margem da ribeira ou  
ribeirão navegável são obrigados  
a rocar 3 metros na margem mais  
navegavel no mes de Março, são  
obrigados a concertar o limpo e de um  
bancado de madeiras contra obsta-  
culos que possam impedir a navega-  
ção assim como evitar qualquer  
obredo que ameace a cair  
sobre o mesmo. Sob pena de 500  
de multa e dois dias de prisão e duplo  
das penas no caso de reincidencia  
1º A roçada de que trata o artigo an-  
tecedente sera feita de 2 em 2 annos.

Titulo 8º  
Regulamento do Commercio  
Artigo 73

Vica oprimida

Fonte 19: acervo pessoal

Figura 20: registro digitalizado de ofício de 1887. Alguns ofícios são muito produtivos em topônimos



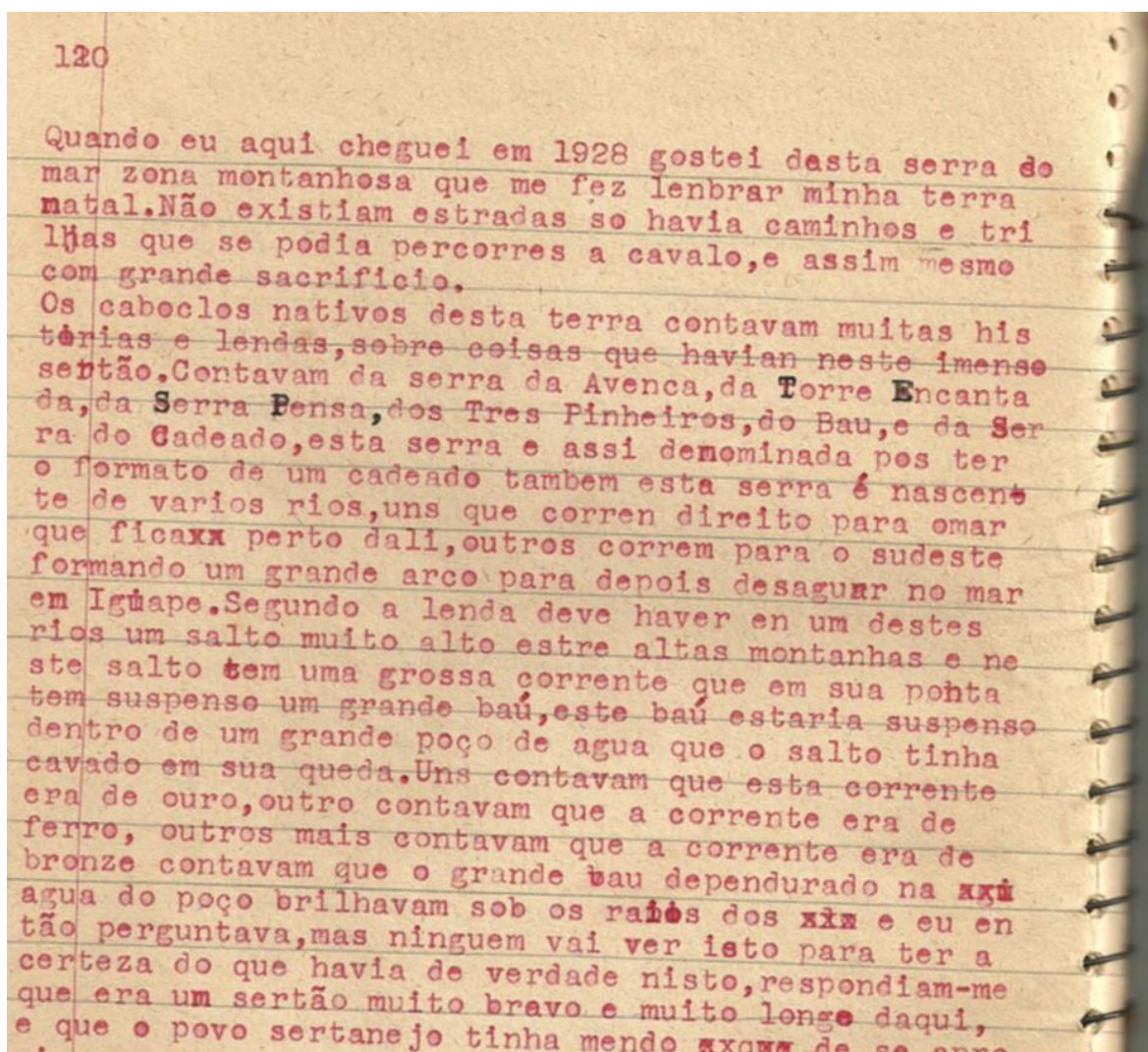
Fonte 20: acervo pessoal



### 3.2.6 Diários, memórias e relatos de viagem

As memórias, croquis e anotações de Luiz Nestlehner são importantes para o resgate de topônimos de antigas localidades relacionadas ao Ciclo do Ouro. As anotações eram detalhistas na descrição dos locais explorados, como o seguinte texto digitalizado de um de seus relatos.

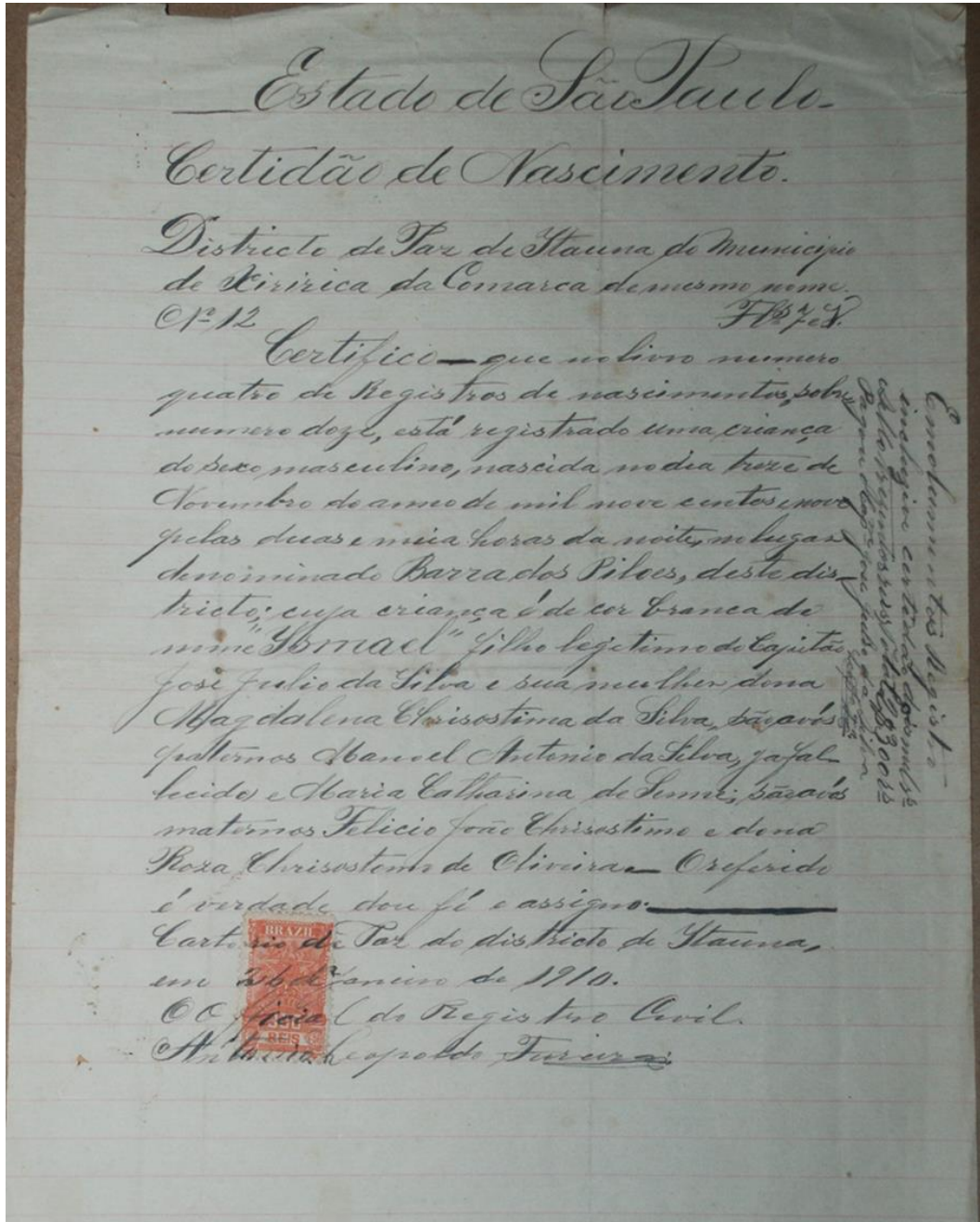
Figura 21: registro digitalizado de relato de Luiz Nestlehner do ano de 1930



Fonte 21: acervo pessoal

### 3.2.7 Documentos pessoais

Figura 22: registro digitalizado da certidão de nascimento de Ismael Julio da Silva do ano de 1909



Fonte 22: acervo pessoal



## 4 A FORMAÇÃO TERRITORIAL

Figura 23: mapa dos municípios paranaenses e paulistas que pertencem à Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira



Fonte 23: Universidade Federal do Paraná, 2000, acervo digital disponível em <https://www.conexoes.ufpr.br/>

No Vale do Ribeira de Iguape<sup>8</sup> a planície litorânea se interioriza até as escarpas da Serra do Mar que nesta região é recuada em função do Rio Ribeira de Iguape. O rio nasce na vertente leste da cumeeira da serra de Paranapiacaba no Estado do Paraná, ao norte do primeiro planalto paranaense. Em sua parte superior, apresenta águas ligeiras e turbulentas que descem as escarpas da serra em direção ao extremo sul do território paulista. Em seu caminho percorre uma grande diversidade de ecossistemas, formações vegetais únicas como as Florestas de Araucária e a Floresta Ombrófila Densa, integrantes do Bioma Mata Atlântica. Após percorrer aproximadamente 470 quilômetros, deságua no Oceano Atlântico nas proximidades da cidade

<sup>8</sup> Municípios paulistas integrantes da bacia do rio Ribeira de Iguape: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananeia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaoca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Parquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras, Tapiraí. 17.068 km<sup>2</sup> de área de drenagem. **Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SIGRH)**, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, Governo do Estado de São Paulo, 2020. <http://www.sigrh.sp.gov.br/apresentacaosigrh>

Municípios paranaenses integrantes da bacia do rio Ribeira de Iguape: Adrianópolis, Bocaiuva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná, totalizando 9.130km<sup>2</sup> de área de drenagem. **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos**. Governo do Estado do Paraná. <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/BACIAS/ribeira.pdf>

de Iguape, litoral sul de São Paulo, no lugar conhecido como Barra da Ribeira.<sup>9</sup> Durante seu trajeto pela planície litorânea o rio forma um rico complexo estuarino/lagunar com baías, praias, dunas, restingas, mangues, ilhas, rios e córregos.

A Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape apresenta uma das maiores biodiversidades do mundo e concentra o maior número de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável no território paulista.<sup>10</sup> No Paraná o Parque Estadual das Lauráceas, localizado no município de Adrianópolis e integrante da bacia do Ribeira, é a maior Unidade de Conservação de proteção integral sob responsabilidade do Governo do Paraná.

Ligação entre o planalto e o litoral, o Rio Ribeira de Iguape foi porta de entrada de exploradores e aventureiros à procura de metais preciosos e outras riquezas, desde as primeiras expedições para o interior da Capitania de São Vicente. Em 1531, Martim Afonso de Souza organizou a primeira expedição exploratória aos sertões do Vale do Ribeira de Iguape, marcando oficialmente a data da interiorização da região.

De acordo com Diegues (2007):

A história da colonização do Vale do Ribeira e litoral começaram em 1531, quando Martim Afonso de Souza ancorou seus navios na Ilha do Bom Abrigo, em frente à Ilha do Cardoso, onde deixou um marco, mas é possível que em expedições anteriores tenham aportado aí outros povoadores ibéricos que fundaram Cananéia, já em inícios do século XVI, seguida por Iguape. Essa região está entre as primeiras colonizadas pelos ibéricos, tanto espanhóis, quanto portugueses que, em inícios do século XVI, disputaram a posse dessa terra de fronteira do tratado de Tordesilhas. Esses colonizadores encontraram aí povos nativos de origem **Tupi** que tinham sido precedidos por outros que deixaram grande número de sítios arqueológicos — os sambaquis ou casqueiros constituídos de cascas de moluscos e restos de peixes. Essa região era habitada, à época dos descobrimentos pelos **Tupiniquins** entre São Vicente e sul da região lagunar (Hans Staden menciona a presença deles na ilha de Superagui) e pelos Carijó a partir dali. A contribuição dos povos indígenas foi essencial para a constituição dos falares locais, nomes de acidentes geográficos, fauna, flora e de instrumentos usados para a caça, para a produção de farinha de mandioca e para a pesca.

---

<sup>9</sup> No começo do século XIX, foi construído um valo, conhecido com Valo Grande, e parte da vazão do Rio Ribeira de Iguape deságua no Mar Pequeno, um canal natural entre o continente (Iguape) e a Ilha Comprida.

<sup>10</sup> APA de Cajati, APA Ilha Comprida, APA do Planalto do Turvo, APA dos Quilombos do Médio Ribeira, APA do Rio Pardinho e Rio Vermelho, APA da Serra do Mar, APA Cananeia-Iguape-Perufbe, APA Marinha do Litoral Sul, ARIE de Guará, ARIE da Zona de Vida Silvestre da Ilha Comprida, EE Banhados do Iguape, EE Tupiniquins, EE de Chauás, EE de Jureia-Itatins, PE Campina do Encantado, PE Carlos Botelho, PE Caverna do Diabo, PE Ilha do Cardoso, PE Intervalles, PE do Lagamar de Cananeia, PE da Serra do Mar, PE Turístico do Alto do Ribeira (PETAR), PE do Itinguçu, PE do Prelado, PE do Rio Turvo, RDS dos Quilombos de Barra do Turvo, RDS dos Pinheirinhos, RDS de Lavras, RDS de Itapanhapima, RESEX da Ilha do Tumba, RESEX Taquari, RESEX do Mandira, RPPN Fazenda Agropastoril Gonçalves, RPPN São Judas Tadeu e RPPN Encantos da Jureia. **Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SIGRH)**, Secretária de Infraestrutura e Meio Ambiente, Governo do Estado de São Paulo.

A procura por metais preciosos foi um empreendimento satisfatório para os primeiros exploradores. Em 1550, na região do Alto Vale do Ribeira, em Iporanga<sup>11</sup> e Apiaí, inicia-se o primeiro ciclo minerador. De acordo com o IBGE (2020):

Iporanga, originalmente, constituiu arraial na lavra de ouro do ribeirão Iporanga — nome de origem tupi, que significa água de rio bonito. Entre 1571 e 1755, os mineradores Garcia Rodrigues Pais, José Rolim de Moura, Antônio Leme de Alvarenga e Nuno Mendes Torres ergueram uma capela de taipa no local de outra mais antiga — de sapé — construída pelos antigos moradores.

O ouro encontrado era o de aluvião, retirado do cascalho dos rios. Também foi encontrado ouro no Médio Vale em Xiririca (atual Eldorado Paulista), Iguape e litoral paranaense. O Ciclo do Ouro foi responsável pelo povoamento de áreas próximas ao leito do Rio Ribeira de Iguape, em especial nas barras com seus afluentes. Parte desse ouro era fundida em Iguape e Paranaguá. No Alto Vale, em Iporanga e Apiaí, a atividade mineradora persistiu por mais tempo e demandou grande número de escravos. Inicialmente, os garimpeiros fizeram uso dos nativos da terra e, mais tarde, no final do século XVIII, intensifica-se a entrada de escravos africanos na região, desembarcados e comercializados no porto de Iguape. Iporanga, localizada na barra do Rio Ribeira de Iguape com seu afluente o Rio Iporanga, já tinha no século XVIII agricultura para abastecimento de sua população, a maior parte oriunda do Arraial de Santo Antônio do Rio Iporanga.

Os moradores do Arraial de Santo Antônio do Rio Iporanga se articulavam com as minas de Apiaí, entre outras regiões do planalto, por meio de trilhas interiores que acompanhavam os vales dos rios. Situado nos contrafortes da Serra de Paranapiacaba, o Arraial estava assentado em um local de fácil acesso às minas de Paranapanema, garimpo descoberto no início do século XVIII no planalto de Capão Bonito. As minas de Paranapanema atraíram muitos garimpeiros, ocasionando o esvaziamento populacional do Arraial, que nessa época sofria com o declínio de sua produção.

---

<sup>11</sup> Distrito criado com a denominação de Iporanga, pelo decreto de 9/12/1830, subordinado ao município de Apiaí. A lei provincial n.º 8, de 4/3/1843, transfere o distrito de Iporanga do município de Apiaí para o de Xiririca (atual Eldorado). Elevado à categoria de vila com a denominação de Iporanga, pela lei provincial n.º 39, de 3/4/1873, desmembrado do município de Xiririca. Sede da antiga povoação de Iporanga. Constituído do distrito sede. Instalado em 12/1/1874. Elevado à condição de cidade com a denominação de Iporanga, pela lei estadual n.º 1.038, de 19/12/1906. Fonte: IBGE.

Figura 24: mapa da Província de São Paulo, mandado organizar pela sociedade promotora de imigração de São Paulo em 1886



Fonte 24: Museu Paulista. <http://acervo.mp.usp.br/>. Acesso em 10/12/2019

Atividades extrativistas não costumam proporcionar uma conquista de território definitiva nem era essa a intenção dos primeiros exploradores, provavelmente, indivíduos solitários, aventureiros, dispostos a viajar de um garimpo a outro no sertão.<sup>12</sup> Talvez em decorrência disso, o Arraial de Santo Antônio do Rio Iporanga não tenha originado um núcleo urbano definitivo, apesar das inúmeras marcas deixadas em seu território que comprovam a intensa atividade mineradora: alicerces de taipa, montes de cascalho, barragens de pedras para desvios das águas dos rios, piscinas para lavagens do metal e uma grande quantidade de artefatos indígenas misturados aos amontoados de pedras e cascalhos.

A intensa exploração de ouro no garimpo não proporcionou condições para o surgimento de outras atividades capazes de gerar excedentes como a agricultura, ou relações de trocas comerciais e de serviços. Possivelmente essas atividades se desenvolveram na foz do Rio Iporanga com o Rio Ribeira, porta de entrada para o garimpo, lugar onde os armazéns se instalaram e as primeiras famílias se estabeleceram, gerando as condições necessárias de fixação do homem a terra. As confluências dos rios formam altiplanos naturais ideais às paradas

<sup>12</sup> Às zonas interiorizadas dava-se o nome de “sertão”, “região apartada do mar, por todas as partes metida entre terras” — cabendo à ação humana dilatar-lhe os “confins” (BLUTEAU, 1712, p. 219).

e se constituíam em importantes referências, além de serem pontos de partida para a exploração do sertão. Essas barras deram origem a muitos povoamentos: Iporanga, Xiririca, Itapeúna, Sete Barras, Ivaporunduva, Barra do Braço, Barra do Batatal, Barra do Turvo, Barra do Capinzal.

Os primeiros tempos de conquistas foram marcados pelos deslocamentos humanos, pela criteriosa escolha dos melhores caminhos exploratórios, pelo aprisionamento do indígena para trabalho escravo nos garimpos e, principalmente, pela apropriação do conhecimento ancestral que os índios detinham de seus territórios. A estratégia de dominação colonialista dos espaços se efetivou por meio desse conhecimento. Conhecimento que foi a sustentação das conquistas e o responsável pela amplitude espacial do território, muito além das fronteiras geográficas, ou político-administrativas que delimitam a área de Iporanga na atualidade.

O final do primeiro Ciclo do Ouro deu-se com a descoberta das Minas Gerais no final do século XVII, ocasionando a primeira migração dos moradores do Vale do Ribeira e do Litoral Sul. Essa migração não ocorreu com igual intensidade no Alto Vale. Em Iporanga e Apiaí, a mineração persistiu até o início do século XIX, impulsionada pela descoberta de novos garimpos na serra de Paranapiacaba. Com o fim do ouro das Minas Gerais, os arraiais de Apiaí e Iporanga atraíram grande número de garimpeiros, mineiros e paulistas, que retornavam à procura dos novos garimpos descobertos na segunda metade do século XVIII em Apiaí. A descoberta de novas jazidas no Morro do Ouro propiciou um segundo ciclo minerador. A intensa atividade em suas lavras proporcionou um acentuado crescimento populacional e econômico do povoado que em decorrência disso, foi elevado a vila em 1771. Nessa época o território de Iporanga pertencia à vila de Apiaí.

No Médio Vale e na Baixada Litorânea, o Ciclo do Ouro foi menor, destacando-se Xiririca, fundada no século XVIII nessa região. Suas lavras de ouro, principalmente as de Ivaporunduva eram exploradas por garimpeiros vindos de Iguape e das Minas Gerais, possuidores de grande número de escravos. Com o final da mineração, a mão de obra escrava passou a ser utilizada nas plantações de arroz, atividade que se mostrou igualmente lucrativa na Baixada Litorânea. Xiririca não participou intensamente do segundo Ciclo do Ouro e recebeu de volta um menor número de paulistas que retornavam das Minas Gerais, exauridas à procura de novos garimpos em São Paulo.

O rio Ribeira de Iguape sempre foi o responsável pelo fluxo de mercadorias entre o Porto de Iguape e o Planalto. Iporanga, aos pés da serra, era passagem e parada obrigatória e foi-se convertendo num importante entreposto comercial.



*Figura 25: Arraial de Santo Antônio do Rio Iporanga, localizado aos pés da serra de Paranapiacaba, observada ao longe. A trilha conduz ao planalto de Paranapanema. É possível notar a ondulação do terreno ocasionada por amontoados de cascalho, consequência dos desvios das águas do rio Iporanga e da retirada dos seixos à procura do ouro de aluvião*



*Fonte 25: Foto da autora, 2019*

No início do século XIX, o cultivo do arroz, a suinocultura e a cana de açúcar contribuíram para seu desenvolvimento. Conforme Valentin e Motta (2001), em 1830, data da criação da freguesia de Iporanga<sup>13</sup>, a região tinha 52 engenhos de açúcar, grande número de monjolos para beneficiamento de cereais e diversas fábricas de aguardente, farinha e fumo. Em 1835, das 140 propriedades de Iporanga, 110 cultivavam arroz. Embora existisse um equilíbrio numérico entre negros e brancos na população de Iporanga e Apiaí, 65% dos donos de escravos (total de 38) eram pardos e negros em 1835. Em 1816, um terço dos proprietários de escravos (total de 42) tinha origem negra. Em 1798, apenas um quarto dos proprietários (total de 36) eram negros ou mulatos. A propriedade de cativos por negros foi aumentando conforme se acentuava o isolamento da região no século XIX, após o declínio da exploração mineral na segunda fase do ouro no século XVIII. Valentin e Motta (2001) ressaltam que isso ocorreu em decorrência dos processos de partilhas de diversas propriedades que mantinham o trabalho escravo, envolvendo a legitimação de diversos herdeiros naturais, filhos de proprietários brancos com escravas ou escravas alforriadas.

---

<sup>13</sup> A freguesia de Iporanga pertencia a Apiaí nessa época.



Com a decadência da rizicultura no final do século XIX, ocasionada pelo declínio do Porto de Iguape, a região ficou isolada. No entanto, Iporanga não sofreu maiores consequências na sua dinâmica econômica como o restante do Vale do Ribeira. A falta de estradas fez com que o comércio entre tropas do planalto e as canoas do Rio Ribeira se fortalecesse, reorganizando a economia regional. Os armazéns e os portos de Iporanga recebiam o excedente da produção do Planalto.

No começo do séc. XX, a exploração de chumbo e de outros minérios, como a prata e o zinco, promoveu novo impulso à economia local. Mineradoras foram instaladas no alto da serra, próximas de Apiaí e nos bairros de Furnas e Lajeado, em Iporanga. O minério era transportado com dificuldades por tropeiros do alto da serra pela trilha de Apiaí–Iporanga até canoas no porto de Iporanga para então seguir viagem, com diversas baldeações, até o porto de Santos e ser exportadas para Cartagena, na Espanha. Além dessa atividade, a suinocultura prosperava. Iporanga era referência na produção de derivados de carne de porco e responsável pelo abastecimento do mercado regional. Valentin (2001) afirma que o ciclo econômico do café pouco marcou a sua economia, já que continuou atuando no comércio regional. Enquanto perduraram as viagens de tropas, Iporanga manteve uma economia estável, pois as trocas comerciais entre o planalto e a baixada do Vale do Ribeira continuaram a ser realizadas. A importância de Iporanga como entreposto comercial é confirmada pelo relatório da Expedição de Exploração do Rio Ribeira de Iguape realizado pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo em 1906 (1914).

Este município tem uma renda diminuta, a menor das do valle do Ribeira; no entanto sua edilidade bem dirigida e intencionada tem feito diversos melhoramentos e commodidades para o público; possui boa e abundante água potável que é distribuída grátis para o abastecimento da população; as ruas são conservadas limpas, os portos concertados sempre que é necessário, e a municipalidade conserva limpa e bem tratada área gramada para o descanso dos animais de carga de tropas que do alto da Serra aqui vêm commerciar. Para Xiririca há uma navegação por canoas, de quatro em quatro dias [...]

Figura 26: tropeiro na trilha Apiaí-Iporanga, com carregamento de minério de chumbo com destino aos portos fluviais de Iporanga, de onde seguiria em canoas para Xiririca, local de embarque em barcos a vapor. Foto 1920/30



Fonte 26: autor desconhecido — Acervo Digital Alberto Côrrea

Figura 27: os barcos movidos a vapor encontravam condições de navegação até Xiririca. O restante do percurso, para se alcançar Iporanga e outras localidades rio acima, como o Porto Velho de Apiaí, era realizado em canoas

**CASA CHICÃO** FAZENDAS, ARMARINHO.....  
.....CHAPEÇOS E LÇUÇAS

*Francisco Antonio Muniz Junior*

ARMAZEM DE SECCOS E MOLHADOS



Exportador DE ARROZ E OUTROS CEREAS

NAVEGAÇÃO FLUVIAL NA ZONA DA RIBEIRA

End. Telegr.: CHICÃO XIRIRICA Largo Ludgero de Castro, 5

Fonte 27: Acervo Alberto Correia — sem data

Desde as primeiras explorações do interior do Vale do Ribeira, a cidade de Iguape foi relevante articuladora das relações comerciais dos povoados surgidos rio acima. Com o desenvolvimento da agricultura, notadamente a rizicultura, o seu porto passou a ser o único responsável pelo escoamento de produtos e pela ligação econômica da região com o restante do país e com o Exterior. A qualidade superior do arroz era reconhecida internacionalmente e o intenso fluxo de mercadorias proporcionado pelo sistema de tropas/navegação no rio Ribeira possibilitou que o Porto de Iguape competisse em importância com o Porto do Rio de Janeiro.

No final do século XIX, a perda do Porto de Iguape em decorrência de seu assoreamento e a instalação de novas rotas de escoamento de mercadorias que não beneficiaram a região são os principais motivos do isolamento e da estagnação econômica do Vale do Ribeira no começo do século XX. A estrada de ferro Santos–Jundiaí, inaugurada em 1867, foi idealizada com o apoio da elite cafeeira para o transporte de mercadorias do planalto de Piratininga para o Porto de Santos. A ferrovia venciu a Serra do Mar a partir de Cubatão, alcançava a capital e daí seguia para Jundiaí, excluindo a região. A implantação da ferrovia ocasionou a reorientação da ocupação territorial e do fluxo de mercadorias do Médio/Baixo Vale do Ribeira e do Litoral Sul, isolando a região e com isso incentivando a manutenção do fluxo de mercadorias no Rio Ribeira de Iguape e das tropas de mulas no interior do Alto Vale. Nessa época de grande isolamento do Vale do Ribeira, Iporanga se transformou em um importante entreposto comercial. Entretanto, as estradas sempre foram a principal demanda de seus moradores. No início do século XX, Edmundo Krug (1912) é enfático quanto a isso e tece críticas aos acessos e estradas de Barra do Turvo<sup>14</sup>, nessa época, um bairro de Iporanga:

[...] tem este lugar necessidade de uma estrada de rodagem que se dirija *as* raíais do Estado do Paraná [...] O seu comércio é feito com Curytiba para onde exportam grande quantidade de toucinho, porco etc., porque lhe falta comunicação com Iporanga e conseqüentemente com Apyai e Itapetininga e mesmo o caminho para Apyai é mau e sempre mal zelado [...]

Antes das considerações de Krug (1912) acerca da precariedade dos acessos e caminhos de Iporanga no início do século XX, estes já eram motivo de demandas e ofícios ao longo do século XIX aos Presidentes da Província. Foram vários projetos e diversos os pedidos para que estradas fossem construídas de Iporanga para Itapeva da Faxina, Apiaí, Jacupiranga, Xiririca e

---

<sup>14</sup> Pelo Decreto Estadual n.º 9.775, de 30/11/1938, é criado o distrito de Barra do Turvo e anexado ao município de Iporanga. Em divisão territorial datada de 1/7/1950, o município é constituído de dois distritos: Iporanga e Barra do Turvo, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1/7/1960. A Lei Estadual n.º 8.092, de 28/02/1964, desmembra do município de Iporanga o distrito de Barra do Turvo, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31/12/1968, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

Cananeia. Com projeto e orçamento prontos em 1844, a estrada que liga Iporanga a Apiaí somente foi inaugurada um século depois, em 1944. Apesar dos protestos da população, ainda hoje a estrada é precária e sem pavimentação, o que a torna rotineiramente intransitável. Observamos que a precariedade das estradas do município era a principal queixa de sua população, provocando pedidos e ofícios insistentes ao Presidente da Província, como podemos inferir pelos documentos abaixo transcritos, preservados no Arquivo do Estado de São Paulo:

**Em 02/06/1844** — em ofício preservado no Arquivo do Estado de São Paulo, o engenheiro Luiz José Monteiro envia ao Presidente da Província o exame, o orçamento e a planta da estrada que deve seguir da vila de Apiaí à freguesia de Iporanga;

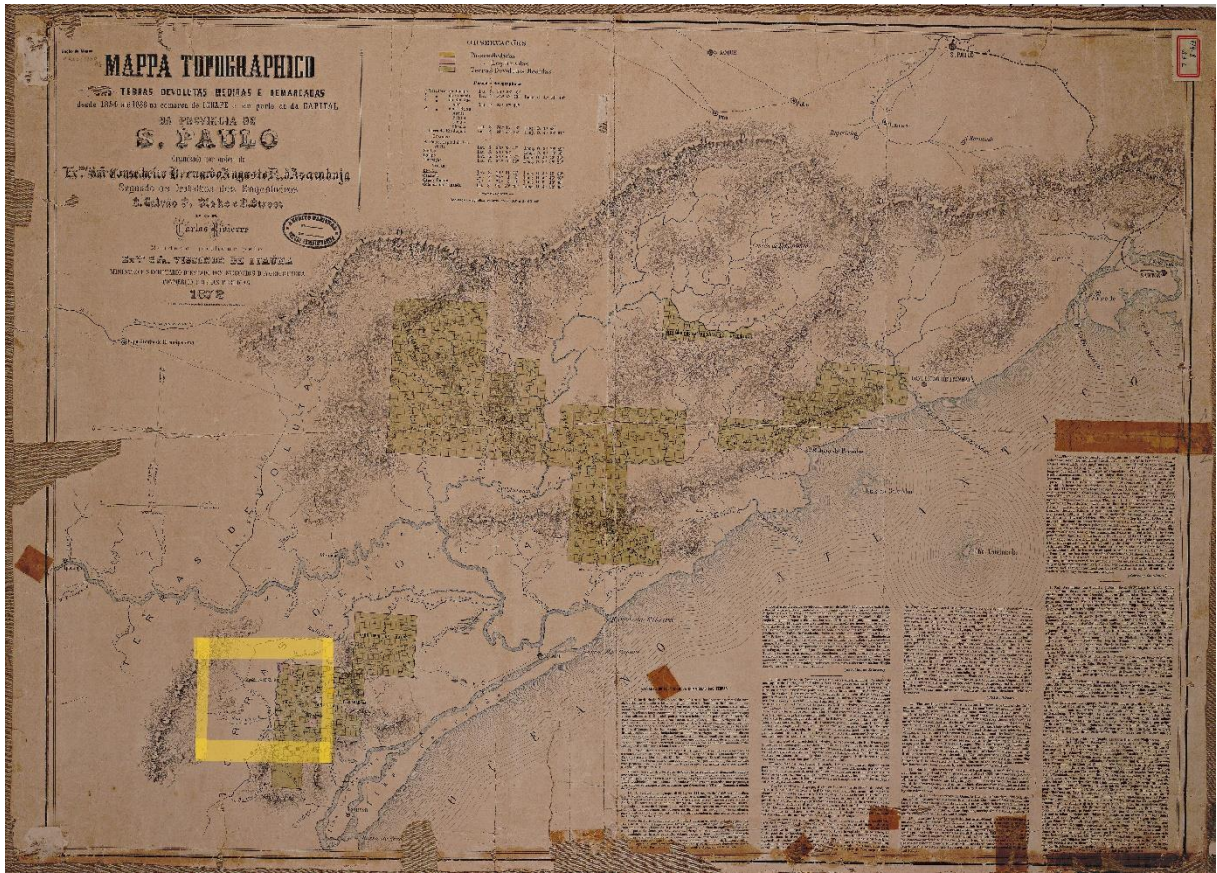
**Em 18/07/1854** — em carta ao Presidente da Província, Carlos Rath, encarregado de examinar as minas de carvão de pedra existentes na província, examinar as estradas que devem ser construídas de Itapetininga a Iporanga e Juquiá e levantar um mapa da província, Carlos Rath comunica ao destinatário os modos pelos quais organizará sua viagem;

**Em 28/02/1865** — João de Paulo Dias, em ofício ao Presidente da Província, informa que, tendo recebido autorização para orçar os trabalhos necessários à estrada no Termo de Xiririca, ligando Iporanga ao porto de Cananeia, informa por que isso ainda não foi feito, e orça um valor para o trecho que vai de Iporanga ao Rio Jacupiranga, ressaltando a necessidade da obra.

Contradizendo as expectativas da administração pública e dos cronistas da época que viam na ausência de estradas um entrave ao desenvolvimento econômico, a inauguração em 1944 da primeira estrada de rodagem, ligando Iporanga a Apiaí, determinou o fim do comércio das tropas de mulas no Alto Vale e o declínio da economia de Iporanga. Era a atividade dos tropeiros que mantinha a economia da localidade.



Figura 28: Localização da indicação “estrada projectada para Iporanga” partindo de Cananea.



Fonte 28: Arquivo Nacional, *Mappa Topographico das terras devolutas medidas e demarcadas desde 1854 até 1868 na comarca de Iguape e em parte da Capital da Provincia de S. Paulo* publicado em 1872.



## 5 A CONSTITUIÇÃO HUMANA

*Figura 29: Iporanga — data provável: 1925*



*Fonte 29: Autor desconhecido, acervo pessoal*

Na segunda metade do século XIX, Antônio José de Lima, conhecido como Nhô Totó, era um comerciante de Iporanga, produtor de derivados de carne de porco, proprietário de tropas, armazéns, lavras, terras e sócio da empresa Lima & Irmãos. Residia em um sobrado, misto de residência e comércio situado defronte ao rio Iporanga, no local conhecido como Porto de Baixo, próximo à sua foz no Rio Ribeira de Iguape, zona urbana do município de Iporanga. Assentado em terreno acidentado, o sobrado apresentava porão, andar intermediário e térreo ao nível da rua. De grande volumetria, o edifício se projeta sobre plataformas de pedras que formam altos porões com portas voltadas para as margens do rio Iporanga. Os porões eram utilizados para armazenamento e distribuição de mercadorias, porém o comércio miúdo, o varejo, dava-se ao nível das ruas nos salões comerciais. O diferenciador desse sobrado é a maneira como a construção se apropria do espaço. Apresenta uma posição estratégica para o rio e altura capaz de proporcionar visibilidade e vigilância do porto e da movimentação de canoas. Os porões do sobrado, com altas portas voltadas para o rio, abrigavam em seu interior, além de mercadorias, os camaradas, tropeiros que faziam as viagens do planalto até Iporanga, ou canoeiros que seguiam viagem ao litoral de Iguape. O sobrado se articulava comercialmente

com diversas regiões do Vale do Ribeira, notadamente com Barra do Turvo, Curitiba, Apiaí, Itapeva, Sorocaba, Capão Bonito, além de Iguape, Santos e Rio de Janeiro.

Luiz Nestlehner<sup>15</sup>, imigrante austríaco estabelecido em Iporanga, genro de Antônio José de Lima, registra em suas memórias eventos ocorridos em 1930, aqui transcritos, esclarecedores sobre o cotidiano econômico de Iporanga.

[...] comecei então a pesquisa de minério para a firma Lima & Irmãos, esta firma era composta de três sócios que eram: José Roberto de Lima, Antônio José de Lima e Pedro José de Lima. Fui procurar minério de Chumbo no Sítio Novo, este era propriedade deles, Antônio José de Lima era meu sogro, trabalhei meses no sertão procurando chumbo e achei.

*Figura 30: sobrado/armazém de Antônio José de Lima — Porto de Baixo, foz do ribeirão Iporanga, em 1906*



*Fonte 30: Autor desconhecido, acervo pessoal*

---

<sup>15</sup> Luiz Nestlehner, imigrante austríaco, chegou à região de Iporanga em 1926. “[...]. Principalmente, pesquisou os recursos minerais da região e suas diversas cavernas [...]”. Documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Iporanga.

O que se destaca nesta narrativa é que, além de comerciantes do sistema de tropas e canoas, os negócios da firma Lima & Irmãos abrangiam a mineração. Nesse mesmo ano ocorre um fato envolvendo um dos irmãos e sócio, José Roberto de Lima, que provoca a descrição dos seus bens por Luiz Nestlehner. O relato é um interessante testemunho sobre a dinâmica econômica desses comerciantes de Iporanga. Resta a dúvida se a fortuna descrita era proveniente dos armazéns ou das lavras e, também, se era uma realidade compartilhada com outros membros da sociedade de seu tempo.

[...] este era muito rico, morava em um grande sobrado, era a melhor casa daqueles tempos, quando Nhá Mariquinha, assim chamavam ela, morreu. Sr. José Roberto de Lima, Nhô Daduca como era chamado ficou muito nervoso e aconselhamos que viajasse um pouco, para assim se distrair. [...]. Passado mais uns dias ele apareceu dizendo, hoje sim eu vou viajar, vou descer de motor, este era uma lancha de motor que levava passageiros até Eldorado Paulista, me falou, venha comigo quero lhe mostrar a casa e entregar as chaves. Fui com ele, chegando lá ele me mostrou uma cômoda com gavetas, puxou-as e falou, olhe Sr. Luiz aqui eu guardo um pouco de moedas fortes, a gaveta estava cheia de libras de ouro, outra cheia de moedas de ouro grande, milhares de onças, pesando cada, umas 20 gramas, ou mais. Era realmente uma fortuna que ele guardava ali, tinha uma gaveta com joias de tudo jeito [...] tinha uma mala grande cheia de prata velha, quase tudo moeda de dois mil réis, depois embarcou na canoa a motor [...]

*Figura 31: sobrado no centro de Iporanga, s/d.*



*Fonte 31: autor desconhecido, acervo pessoal*



No começo do século XX, o cronista alemão Edmundo Krug (1912) assim descreve os armazéns de Iporanga:

A igreja é o ponto central de todo o lugar; dahi sahem as ruas que vão aos diversos pontos da povoação, e neste mesmo lugar, no pateo da igreja, acham-se os armazéns mais importantes que suprem os moradores da villa e os proprietarios dos sítios, distantes dous ou tres dias de canôa, no Rio Pardo, Rio Turvo e Ribeira acima, etc. Há entre estes armazens alguns de consideravel importancia attendendo-se ás necessidades da povoação, e é, principalmente aos domingos e dias santificados, dentro delles que se manifesta a parte mais interessante da vida do povoado [...]. Roceiros de longe offerecem suas mercadorias em troca deste ou daquelle indispensavel instrumento para a lavoura, ou propõem a barganha de sua colheita de arroz ou de milho ao proprietário, com vantagem recíproca. É natural que o proprietário do armazém saia lucrando [...]

Antônio José de Lima e seus sócios souberam aproveitar as dificuldades de acesso e de comunicação de Iporanga, um lugar apartado do restante do Estado de São Paulo, imune aos diversos ciclos econômicos e ao desenvolvimento urbano e industrial do século XX. O grande fluxo comercial regional fez dele um comerciante próspero, condição que se manteve até as primeiras décadas do século XX.

Em suas memórias, Luiz Nestlehner esclarece alguns aspectos da vida pública dos proprietários de armazéns no tocante a espacialidade e alcance desse sistema comercial — pelo exposto, muito além dos limites territoriais da pequena e isolada Iporanga das primeiras décadas do século XX.

[...] no mês de junho de 1930 eu fui para São Paulo comprar ferramentas, pois eu queria abrir uma pequena oficina. Meu sogro me deu uma carta de crédito para uma firma em São Paulo; ele era um comerciante muito acreditado em São Paulo. Compreendi então a grande confiança e amizade que ele me dedicava. Não ocupei este crédito porque eu ainda não tinha como garantir um compromisso grande, hoje acho que fiz mal, mas eu tinha muito medo de dívidas, podia ter comprado um grande sortimento para uma loja, mas não tinha prática em comércio [...]

Na década de 1930, as tropas de Antônio José Lima ainda atravessavam os sertões na sua lida comercial transportando mercadorias, encomendas, levando e trazendo notícias. Promoviam o intercâmbio entre moradores e forasteiros, facilitavam o escoamento da produção, provocavam o surgimento de entrepostos comerciais nas propriedades rurais e fundavam povoados e localidades. Antônio José de Lima é citado no Histórico de Formação do município de Barra do Turvo do IBGE (2019) como um dos fundadores do lugar em função de sua atividade comercial.

Com a chegada, em 1896, de Antônio José de Lima que instalou sua casa comercial, os moradores passaram a contar com suprimento de artigos necessários. A criação de suínos ganhou impulso, ao lado da agricultura graças à ligação da Barra do Turvo com Iporanga e Itapeva, mediante tropas de burros, ou em canoas, através do rio Pardo e Ribeira, com Iguape e Cananéia.

*Figura 32: tropeiros em frente ao armazém em Iporanga, 1930*



*Fonte 32: acervo digital Alberto Correa*

Os caminhos usados pelos tropeiros de Antônio José de Lima eram os mesmos utilizados pelas primeiras expedições colonizadoras, os caminhos do Peabiru<sup>16</sup> e suas ramificações. Localizada nos contrafortes da Serra do Mar, a região é um ponto estratégico de confluência de várias trilhas indígenas utilizadas pelos primeiros exploradores em sua expansão territorial rumo ao interior do continente americano. Mais tarde, essas trilhas (os caminhos do Peabiru e suas ramificações) foram os caminhos de tropeiros em suas viagens comerciais. Esse caminho conhecido por Peabiru vence a Serra do Mar e era chamado pelos portugueses de Estrada Real e pelos espanhóis de Camino Real, ligando São Vicente, na baixada litorânea de São Paulo, até as missões sulinas, atingindo os domínios guaranis em Assunção, no Paraguai

---

<sup>16</sup> [...] Entre as trilhas abertas na mata, destacam-se o Peabiru, sistema de caminhos indígenas que interligava várias localidades da costa brasileira — como o porto dos Patos, Cananeia e São Vicente — ao atual Paraguai [...] Cf. F. VIDAL LUNA & H. KLEIN (2005, p. 31-33), *in*: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822).” **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: 2009.

(MOTA, 2003, p. 241). Uma de suas principais encruzilhadas localizava-se no planalto de Piratininga, que, naquela época, era chamado de Campo — local de parada e termo muito presente na cartografia antiga. Além de São Vicente, o litoral de Santa Catarina e o litoral de Iguape/Cananeia eram importantes pontos de chegada do Peabiru. Embora alcançasse portos naturais no litoral, o Peabiru era utilizado por viajantes do sertão que atravessavam o Vale do Ribeira. Dick (2007, p. 2) afirma que o Peabiru era um caminho do interior do continente: “O Peabiru não era, porém, o caminho do mar da população da vila, mas o caminho do interior; há entre os dois uma relação disjuntiva de oposição geográfica, e não de oposição semântica.

Os caminhos do Peabiru eram uma referência para expedições exploratórias e comerciais de variados povos do continente americano e de diversos exploradores provenientes do continente europeu, em sua maioria de origem portuguesa e espanhola. O espanhol, nesse sentido, foi frequente e assíduo viajante dos caminhos do Peabiru nesses primeiros tempos de conquista de territórios e de indefinição de fronteiras (MOTA, 2003, p. 241).

Esses caminhos antigos em meio ao sertão aproveitam as encostas dos vales dos rios e proporcionam acesso a localidades do planalto, vencendo escarpas da serra que em alguns pontos apresentam diferenças significativas de altitudes (próximas a 1.000 m.) em relação à Baixada do Ribeira. Em direção ao mar, várias trilhas se interligam para alcançar Iguape e Cananeia e o litoral do Paraná, como a trilha da Conceição, que outrora fazia a ligação entre a bacia de Antonina e Apiaí, da qual ainda restam remanescentes.

A toponímia dos lugares é bastante esclarecedora: Paraguai, Castelhanos ou Continente são nomes de bairros localizados em caminhos ancestrais. Desses bairros é possível alcançar a região do lagamar de Cananeia, uma grande planície composta por lagunas, baías, estuários, ilhas, praias e restingas, por meio de trilhas, uma das quais atravessa o município de Barra do Turvo, na fronteira com o Paraná.

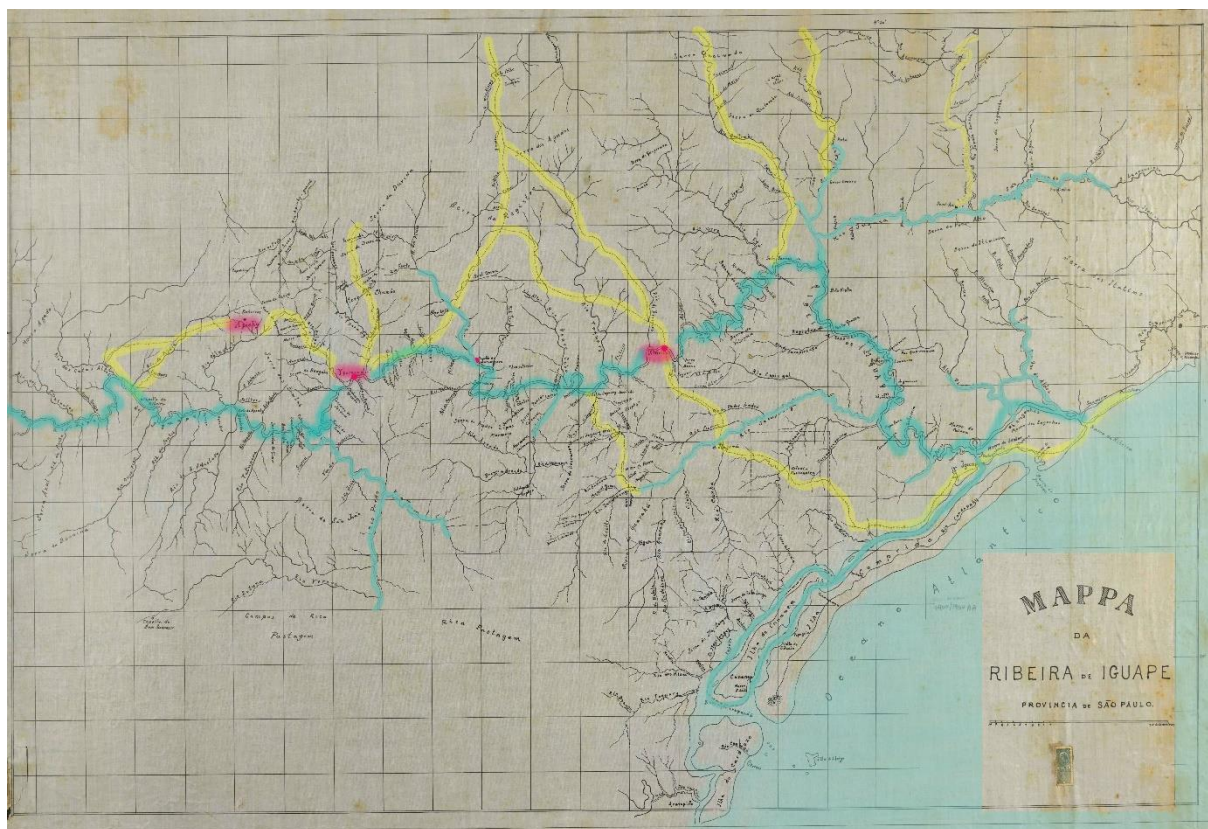
Alguns desertores da Guerra do Paraguai<sup>17</sup> fugiram do Sul, conforme relato de moradores<sup>18</sup> do bairro de André Lopes, por esse caminho secular e se estabeleceram na região, provavelmente originando os topônimos desses bairros.

---

<sup>17</sup> Guerra do Paraguai: 1864–1870.

<sup>18</sup> Testemunhos de moradores, documentados pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo — ITESP — em estudo antropológico efetuado para identificar comunidades quilombolas no bairro de André Lopes, localizado às margens do Ribeira e ao pé da serra do mesmo nome, registram que alguns moradores descendiam de negros fugidos, desertores da Guerra do Paraguai, que, através de caminhos do sertão, alcançaram a região desses bairros. Alguns moradores posteriormente mudaram-se e formaram a atual comunidade de André Lopes, identificada como quilombo pelo Estado. **Relatório técnico-científico sobre a comunidade de quilombo de André Lopes**. ITESP, São Paulo, outubro de 2000.

Figura: 33 localização dos caminhos terrestres em amarelo e fluviais em azul, assim como as cidades de Iporanga, Apiahy e Xiririca em vermelho



Fonte 33:Arquivo Nacional, autor desconhecido (entre 1821 e 1889).

Em 11 de junho de 1891, certo Domingos Paraguay, morador na Tapagem<sup>19</sup> comprou 3 metros de algodão e uma caixa de espoleta no armazém do Capitão José Julio da Silva, situado na Barra dos Pilões. Gruta da Tapagem era o antigo nome da Caverna do Diabo. No entorno da caverna há um ribeirão denominado Tapagem e uma trilha que conduz ao distante bairro do Paraguai; seguindo a trilha morro acima, alcança-se o bairro Continente.<sup>20</sup> Essas compras de Domingos Paraguay, anotadas no borrador do Capitão José Julio da Silva, atestam o testemunho dos moradores de André Lopes, bairro aos pés da serra do mesmo nome, local de fácil acesso à Gruta da Tapagem., O topônimo *Paraguai* provavelmente se originou do antropônimo do morador. Resta a dúvida se Paraguay era alcunha ou apelido de família.

<sup>19</sup> [...] “Ao mesmo tempo, o Patrimônio Imobiliário do Estado de São Paulo (PPI) resolveu adquirir, em 1910, oito das grutas descritas por ele, são elas: Arataca, Arataca-mirim, Chapéu Grande, Chapéu-mirim, Monjolinho, Pescaria, Pescaria-Mirim e Tapagem (atual Caverna do Diabo). FIGUEIREDO, Luiz Afonso Vaz. “História da espeleologia brasileira: protagonismo e atualização cronológica. SBE/Centro Universitário Fundação Santo André-FSA/DG-USP. ” **Anais do 31º Congresso Brasileiro de Espeleologia**, Sociedade Brasileira de Espeleologia, Ponta Grossa-PR, 21–24 de julho de 2011.

<sup>20</sup> Conforme trajeto realizado em fevereiro de 2015.

As tropas e canoas facilitavam a vida dos moradores da cidade e da população da zona rural. A atividade dos tropeiros mantinha a dinâmica da sociedade. A inauguração em 1941 da rodovia que faz a ligação de Iporanga com o Planalto determinou o fim do comércio das tropas de mulas e o declínio de sua economia. De 1940 até o final da década de 1970, o município passou por uma grande crise econômica. Nesse período, a população urbana era diminuta em comparação à rural. A cidade pouco se diferenciava de seus bairros dispersos, autônomos, autossuficientes e independentes administrativamente (NESTLEHNER, 1981).

Enquanto em Iporanga e serra acima, no Alto Vale, a atividade comercial de tropas/canoas se extinguiu com a abertura da estrada, rio abaixo em direção ao litoral, o isolamento dos bairros rurais se intensificou, condição que se manteve até 1968, data da inauguração da estrada de rodagem que liga Iporanga a Xiririca. Esse isolamento propiciou a manutenção por mais tempo do sistema comercial de tropas na região.

Dentre as propriedades rurais que mantiveram o comércio de tropas/canoas durante a segunda metade do século XX, encontra-se a propriedade do Capitão José Julio da Silva, um ex-combatente da Guerra do Paraguai que se estabelece na localidade da Barra dos Pilões na segunda metade do século XIX, proprietário de terras, fábricas, engenhos de arroz e de cana, alambiques e de um armazém situado às margens do rio Ribeira de Iguape. Seus dois casamentos originaram vários filhos, dentre os quais Ismael Julio da Silva e Antonio Julio da Silva, proprietários de armazéns na mesma localidade.

A foz do Rio Pilões se dá na margem esquerda do Rio Ribeira de Iguape a meio caminho entre o Médio Vale e o Alto Vale, na divisa entre os municípios de Iporanga e Xiririca (Eldorado). Assim como em diversas localidades do interior do Vale do Ribeira, a colonização na área se deu a partir do século XVI. Faisqueiras de ouro de aluvião foram descobertas em Ivaporunduva e Lavrinha/São Pedro, dentre outras localidades de Xiririca rio acima. Como já mencionado, em Xiririca e na baixada litorânea o Ciclo do Ouro foi menor. O declínio da mineração resultou na instalação da rizicultura na região. Antônio Paulino de Almeida (1955) afirma que Xiririca tinha 21 mineradores de ouro e 269 escravos ligados a essa atividade em 1776. Nas proximidades da Barra dos Pilões, em Ivaporunduva, viveu um dos maiores proprietários de escravos de Xiririca, João Manuel de Siqueira Lima (VALENTIN; MOTA, 2001), casado com Joana Maria da Costa<sup>21</sup>, parda e mineira de Mariana, que, ao ficar viúva, fez a doação de suas terras aos escravos, libertando os seus cativos no começo do século XIX.

---

<sup>21</sup> Encontramos alguns fregueses com apelido de família *da Costa* nos livros comerciais do Capitão José Julio da Silva. Ivaporunduva situa-se a poucos quilômetros da Barra dos Pilões.



Com o final da mineração, os escravos da região passaram a ser utilizados nas plantações de arroz. Mediante a utilização dos inventários *post mortem*, Valentin (2006) contabiliza e avalia a importância do trabalho dos negros na rizicultura, associando o aumento dos cativos ao incremento da atividade agrícola na região na metade do século XIX, embora ressalte a existência de propriedades que não faziam uso da mão de obra escrava. Em Xiririca, diferentemente de Apiaí e Iporanga, os brancos dominavam a posse de escravos, sendo 95% dos detentores e restando 4% aos pardos, embora haja registrado que escravos libertos ou fugidos também fossem pequenos produtores de arroz nas várzeas do Rio Ribeira (VALENTIN, 2006).

Em 1891, o Capitão José Julio da Silva anota em seu borrador, ao lado do nome de João Dias Rodrigues, as seguintes referências ao freguês, aqui transcritas: “ex-escravo morador nos Pillões”. Durante o ano de 1891, João Dias Rodrigues realizou diversas compras e, portanto, muitas viagens entre o sertão do rio Pilões e o armazém do Capitão José Julio. Em 7 de agosto, carregou três capões para negociar e retornou com um litro de farinha e um quilo de carne. No dia 24 de agosto foi buscar 2.000 réis. No dia 3 de outubro, adquiriu uma foice de 25 cm e pagou pelo conserto de um machado. Entre outras compras, como fumo, chapéu de palha e sal, no dia 2 de novembro ele adquire “2 alqueires e meio de arroz para plantar”<sup>22</sup>, aproximadamente 22,5 quilos. A quantidade de semente de arroz adquirida sugere que a roça de João Dias Rodrigues não se destinava apenas à subsistência familiar, mas provavelmente cultivava a terra com a intenção de produzir algum excedente. Possuía, ou, fazia uso, de terras férteis, planas e úmidas, exigências dessa cultura, que se adapta bem às margens espraiadas dos rios. Rio Pilões acima, até o povoado do mesmo nome, as águas ligeiras permitem poucas áreas cultiváveis, logo as existentes deviam ser disputadas. João Dias Rodrigues certamente trabalhava em uma área produtiva. A comercialização dos capões confirma certa autonomia e autossuficiência, afinal não era possível naqueles tempos dedicar-se à criação de porcos sem alguns roçados.

Valentin (2006) afirma que houve uma redução da população cativa a partir da segunda metade do século XIX e um aumento expressivo de pardos e pretos livres que se relacionavam com a parte formal da sociedade. O cultivo de arroz constituía prática disseminada em todos os estratos sociais e possibilitou vínculos dos não proprietários de escravos com as atividades produtivas e mercantis da região.

---

<sup>22</sup> O alqueire designava originalmente uma das bolsas ou cestas de carga que se punha atada sobre o dorso e pendente para ambos os lados dos animais para transporte de carga. Já no século XV, deu-se o nome de alqueire ao recipiente usado para medir mercadorias (aproximadamente 9 litros). Fonte: IPEM SP — Instituto de Pesos e Medidas de São Paulo

A rizicultura foi atividade predominante durante o século XIX e se expandiu da baixada litorânea na região de Iguape até a cidade de Iporanga, aos pés da Serra de Paranapiacaba. Nas proximidades da cidade de Iporanga, as margens do Rio Ribeira apresentam-se ainda espraiadas e recuadas das escarpas da serra. A topografia mais favorável impulsionou o desenvolvimento de uma agricultura mais intensiva: além do arroz, a cana de açúcar também prosperou. Nos terrenos acima das margens do Rio Ribeira, mais acidentados, como as encostas de morros, o sistema itinerante de rotação de terrenos, a coivara, era o usual; associação de culturas, uso do fogo e o abandono do terreno para descanso. Apesar da agricultura extensiva que existiu na região, a agricultura primitiva, ou o sistema de coivara, persistiu como prática e se mantém na região. Os grandes produtores de arroz eram os proprietários da maioria das áreas de várzeas e das planícies fluviais, restando aos pequenos lavradores principalmente as encostas de morros e os terrenos menos propícios, locais de difícil topografia, menos férteis, onde somente o sistema primitivo lograria.

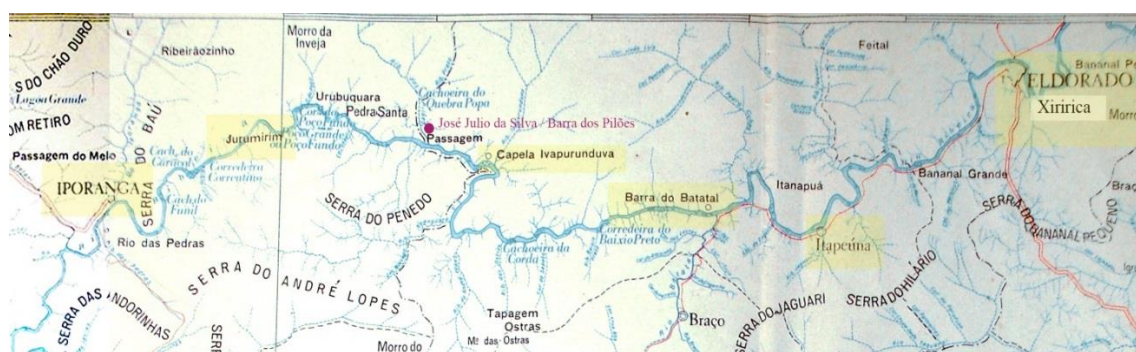
As barras no Rio Ribeira de Iguape eram locais especiais por serem portas de entrada para o interior do sertão, além de ótimas referências de localização e bons lugares para as paradas de viajantes. A barra do Rio Pilões não fugiu a isso e foi um importante centro regional de comércio e serviços. Durante um século, o Capitão José Julio da Silva e seus descendentes mantiveram na localidade atividades produtivas e comerciais. Souberam de uma maneira ou de outra, com a ajuda de uma topografia mais favorável, aproveitar os ciclos econômicos regionais.

A propriedade era parada obrigatória de viajantes provenientes do Médio/Baixo Vale e do Litoral Sul que empreendiam suas viagens em barcos a vapor pelo rio navegável até Xiririca, para depois seguir viagem em canoas até Iporanga. A longa viagem, dificultada por correntezas traiçoeiras a partir do povoado de Barra do Batatal, impunha as paradas necessárias para descanso e alimentação. Além disso, da Barra dos Pilões até Iporanga a viagem tem duração média de seis horas, tornando-se perigosa durante a noite em decorrência de afloramentos de rochas e dos baixios ocasionados por plataformas de areias que mudam de lugar em decorrência de enchentes, perigos que se somam às diversas e traiçoeiras cachoeiras, marcadas na toponímia, tema de inúmeras histórias de naufrágios e mortes. A Barra dos Pilões, a meio caminho entre Eldorado e Iporanga, era um lugar estratégico.

Em 1908, o cronista alemão Edmundo Krug aportou na propriedade para descanso e registrou o fato no relatório da expedição exploratória do Rio Ribeira de Iguape, organizada pela Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo.

No dia 28 de junho, as 7,30 partiu a turma, chegando as 8,25 à barra do ribeirão dos Pilões, afluente da margem esquerda. Aqui vê-se uma pequena plantação de café, com trato regular e alguma aparência de cultura do Oeste do Estado; é propriedade de José Julio [...]

Figura 34: a propriedade do Capitão José Julio da Silva está marcada em vermelho na barra do rio Pilões, mostrando sua posição estratégica em relação às comunidades do entorno e os centros urbanos de Iporanga e Xiririca (atual Eldorado)



Fonte 34: fotomontagem a partir recorte de registro digital

Além de estabelecer relações com as comunidades rio abaixo, numa grande rede de contatos comerciais que alcançava os portos de Iguape e Rio de Janeiro e, mais tarde, em um segundo momento histórico, Santos e São Paulo, a propriedade também era referência comercial e local de parada de viajantes provenientes do Planalto. Estava articulada a diversos caminhos do sertão, principalmente com os bairros de Pilões, Maria Rosa, Inveja e Feital e com as comunidades e sítios que se localizavam nas rotas de tropas em direção ao planalto de Guapiara e Capão Bonito.

Em 23 de março de 1896, Joaquim Gomes de Queiroz, morador em Paranapanema, adquire “10 capados”, quita uma parte da dívida com Capitão Jose Julio e deixa outro tanto a ver. Na sua volta, Joaquim Gomes precisou vencer quilômetros da Serra de Paranapanema<sup>23</sup>, região que abarca o planalto de Guapiara e Capão Bonito, em trilhas de tropas de mulas, levando com ele dez porcos. Documentos de registro comercial testemunham relações com armazéns de Iporanga, Xiririca, Apiaí, Barra do Turvo, Itapeva da Faxina e Guapiara, dentre outros,

<sup>23</sup> “Nas terras denominadas São José, pertencentes a Antônio Inácio da Cruz, seu filho Vicente Romualdo da Cruz, mandou construir uma pista destinada a corridas de cavalo as margens da pista, Lourenço Albino de Macedo, abriu uma pequena e rústica casa de comércio. Outros seguiram os seus passos e logo se formou um aglomerado humano. Erigiu-se uma capela em homenagem à São José. A pequena povoação foi elevada à categoria de Freguesia, mercê do seu desenvolvimento, recebendo a denominação de *São José do Paranapanema* [...]”, em 20 de outubro de 1902, com a Lei n.º 848, quando a freguesia passou a denominar-se *São José do Guapiara*. Fonte: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

evidenciando a importância desse comércio na economia regional e a amplitude geográfica das relações comerciais realizadas por intermédio da navegação no Rio Ribeira de Iguape e das tropas serra acima.

Figura 35: trajeto percorrido por Joaquim Gomes de Queiroz, morador em Paranapanema, até o armazém de José Julio da Silva na Barra dos Pilões, divisa entre Iporanga e Xiririca



Fonte 35: Museu Paulista. <http://acervo.mp.usp.br/>. Acesso em 10/12/2019

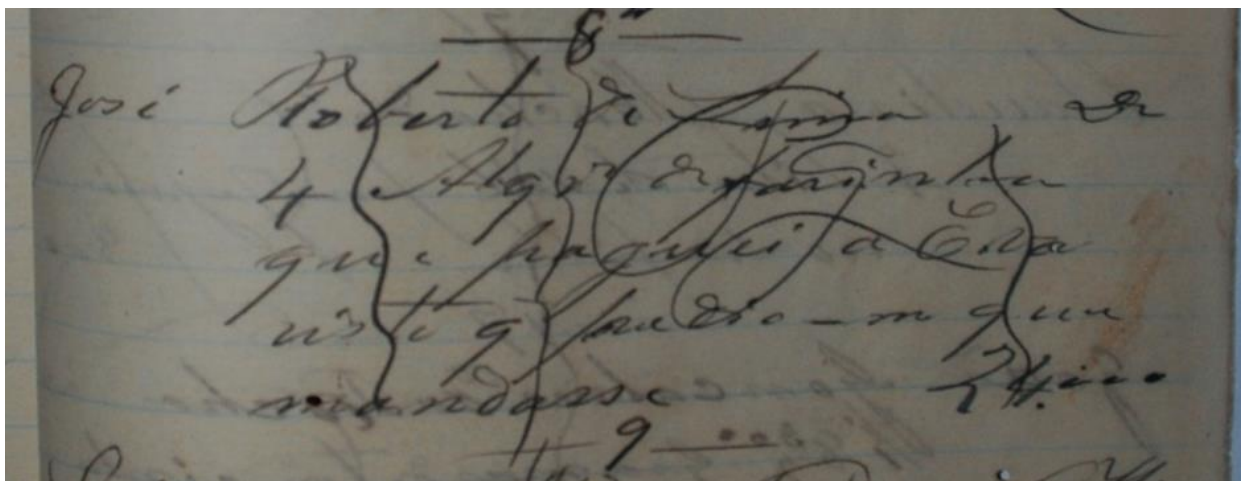
Em 19 de dezembro de 1899, o Capitão José Julio da Silva registra em seu borrador n.º 24 a seguinte transação realizada com Guia Ferreira: “25 saccas de café que ficou na Barra do Batatal para ser lhe remetido no vapor de 25 para Iguape”. Na mesma data, registra que já havia remetido a Guia Ferreira uma carga de café: “que lhe remeti hoje 11 saccas com café sendo 2 de sanga para entregar o líquido desse (ao) Guimarães Galvão”.

Em de agosto de 1899, é realizada a venda de 2 litros de arrois, 1 kg de toucinho, 1 maço de rapaduras entregue a Martinho Cosme. A compra é registrada em nome de José Roberto de Lima, Nhô Daduca, o comerciante abastado de Iporanga cujos bens foram descritos por Luiz Nestlehner. Nesse ano há diversas ocorrências comerciais entre o Capitão José Julio e José Roberto de Lima.

Identificam-se nos diversos registros comerciais realizados durante 1899 alguns padrões de consumo: de um lado, o que podemos denominar de pequenas compras, como o exemplo acima extraído do borrador n.º 24. Essas compras eram realizadas por terceiros em nome de José Roberto de Lima. Seus camaradas, provavelmente, aportavam na propriedade da Barra dos Pilões para descanso e abastecimento antes de seguir viagem. Por outro lado, há negócios que envolvem quantidades maiores de arroz, farinha e aguardente, dentre outras mercadorias.

Em 8 de setembro, por intermédio de Francisco Teixeira, o Capitão José Julio entrega 80 litros de arroz ao comerciante de Iporanga. Em 8 de dezembro, são enviados 4 alqueires de farinha, que ele registra em seu borrador: “que paguei a Evaristo que pediu-me que mandasse”. Neste caso, o Capitão José Julio é o intermediário da transação. É provável que Evaristo fosse um pequeno produtor de farinha de mandioca de alguma comunidade do entorno. Em 2 de dezembro, é registrado como dívida de José Roberto de Lima um dia de serviço de um camarada no Jurumirim. O Capitão José Julio também prestava serviços diversos relacionados à manutenção dos equipamentos do sistema comercial de tropas/canoas. No borrador n.º 24 há registros de venda e aluguel de canoas e bestas, além de cangalhas e remos.

*Figura 36: recorte do registro digitalizado do borrador n.º 24 de José Julio da Silva demonstrando as relações comerciais entre diferentes entrepostos — da Barra do rio Pilões de José Julio da Silva e da Barra do rio Iporanga dos irmãos Lima*



*Fonte 36: acervo pessoal*

As populações das comunidades do entorno, pequenos lavradores autônomos de Ivaporunduva, Lavrinha, Castelhana, André Lopes, Nhunguara e Galvão mantiveram relações estreitas com a propriedade. Dependiam dela para a realização de trocas comerciais e de eventuais ofertas de trabalho. Nos registros comerciais, os fregueses se posicionam em diversas categorias, ora fornecedores, ora compradores, frequentemente diaristas ou prestadores de serviço, até mesmo meeiros em roças de milho, arroz e feijão, fabricação de aguardente, dentre outras atividades do Capitão José Julio da Silva, e, dessa maneira, parte dessa corrente de mercadorias era estabelecida no Vale do Ribeira de Iguape.

Comunidades isoladas surgiram no interior do Vale do Ribeira desde os primeiros tempos de colonização, assentadas nas confluências dos rios ou nos caminhos de tropas; entretanto, o fim da escravatura e do Ciclo do Arroz atraíram mais indivíduos para essas



comunidades no fim do século XIX. Isoladas e vivendo em autonomia, o Poder Público pouco ali comparecia, ou era ignorado, quem ditava as regras e as normas sociais era a própria comunidade por meio de suas famílias dominantes. Integrante de uma comunidade cujos indivíduos não apresentavam uma diferenciação social hierárquica, a maioria compartilhando as mesmas crenças, os mesmos costumes e os mesmos conhecimentos técnicos, o Capitão José Julio da Silva sobressaiu-se. Durante um século, ele e seus descendentes ditaram as normas sociais dentro da comunidade. As relações comerciais que ocorriam com outras sociedades não promoveram uma interação suficientemente capaz de interferir nessa organização social baseada na estrutura familiar.

Certamente, o Capitão dispunha de mão de obra suficiente para os trabalhos de roça em sua propriedade, além de excedentes agrícolas produzidos pelos lavradores do entorno. No Vale do Ribeira, na segunda metade do século XIX, as fronteiras sociais e físicas eram instáveis, alguns integrantes das comunidades não eram nem senhores e nem escravos, mas sujeitos que viviam em condições de quase senhores, ou quase escravos, em terras que também não se sabia ao certo a quem pertencia, a maior parte era devoluta, outras doadas pelos proprietários escravistas aos seus forros e agregados, ou mesmo abandonadas. Em meio a esta instabilidade relacionada aos papéis dos sujeitos nas comunidades é que o Capitão José Júlio da Silva se fez prospero e estabeleceu seu domínio comercial na região.

Em 1914, o Capitão José Julio da Silva falece. Sua mulher, Magdalena Crisostimo da Silva, assume o armazém e adquire as partes dos bens do espólio referentes aos filhos do primeiro casamento do Capitão: imóveis, engenhos, alambiques, tachos e fornos de cobre, cangalhas, dentre outros bens arrolados no inventário. Antônio Julio da Silva, o mais velho dos filhos do casamento de Magdalena com o Capitão José Julio da Silva, adquire alguns anos depois parte da propriedade e dedica-se às atividades produtivas e comerciais iniciadas por seu pai até junho de 1969, data de sua morte.

Até o final da década de 1960, em sua sede chegavam mercadorias vindas do litoral em canoas que abasteciam seu armazém com produtos importados que de lá partiam carregadas de carne de porco, café, rapadura, aguardente, farinha de mandioca, milho, feijão, doce de laranja e arroz, produzidos na própria fazenda, nas comunidades do entorno ou trazidas por tropeiros.

Antônio Julio da Silva perpetuou o mesmo cotidiano comercial de seu pai. Fatores diversos favoreceram a manutenção de um modo de vida fundamentado na época da colonização paulista. Foi obrigado pelas circunstâncias ambientais e sociais, bem como pelas imposições do isolamento, a perpetuar práticas de subsistência e fazeres ancestrais que remetem ao modo de vida dos primeiros povoamentos da região. A propriedade rural era um misto de

moradia, fábrica, comércio, hospedaria, transportadora, além de produtora agrícola. As comunidades de seu entorno comercializavam seus excedentes no armazém e adquiriam especialmente querosene, pólvora, ferramentas, aguardente, tecido, fumo, linha e remédios, como atestam seus livros comerciais. No livro comercial de 1951 de Antonio Julio da Silva, encontram-se registrados os mesmos apelidos de família verificados nos livros comerciais de seu pai em 1890, provavelmente descendentes. O conjunto arquitetônico armazém/moradia foi demolido na década de 1980 pela municipalidade para ceder espaço à construção de uma estrada vicinal. Atualmente, pouco restou das edificações construídas em taipa de mão no início do século XIX: além de um muro de arrimo, um terreiro para secagem de café e um tanque para criação de capivaras.

Ismael Julio da Silva<sup>24</sup>, filho do segundo casamento do Capitão José Julio da Silva, adquire em 1935 parte do espólio de seu pai e estabelece seu próprio armazém em área desmembrada da propriedade Barra dos Pilões, em local com muitos benefícios: engenho, tulha, moendas, dentre outros, relacionados no rol de partilha. A primeira escritura data de 1905 e consta como herança de Maria Geraldina Pupo, falecida em 1890, em comum com Maria Julia da Silva.

Ismael Julio da Silva manteve em atividade seu armazém até o início da década de 1990. O armazém é o último remanescente de inúmeros entrepostos comerciais que se instalaram nas margens do rio Ribeira de Iguape. O conjunto arquitetônico armazém/moradia, construído em taipa de mão, é importante mostruário da dinâmica das relações comerciais que se mantiveram ao longo do rio Ribeira de Iguape, mesmo após o declínio da rizicultura em finais do século XIX e durante boa parte do isolamento que segregou a população do interior do Vale do Ribeira no século XX.

Perpetuando fazeres e práticas ancestrais, Ismael Julio da Silva comercializava produtos vindos de outras localidades com as comunidades vizinhas e intermediava a venda de seus excedentes agrícolas, exatamente como ocorria no século XIX.<sup>25</sup> Muitos comerciantes e viajantes eram obrigados a pernoitar na propriedade em decorrência das longas distâncias. Hospedar era uma obrigação social imposta pelas longas distâncias desde os primeiros assentamentos humanos no interior da capitania de São Vicente.<sup>26</sup> O armazém oferecia

---

<sup>24</sup> 1909–2000.

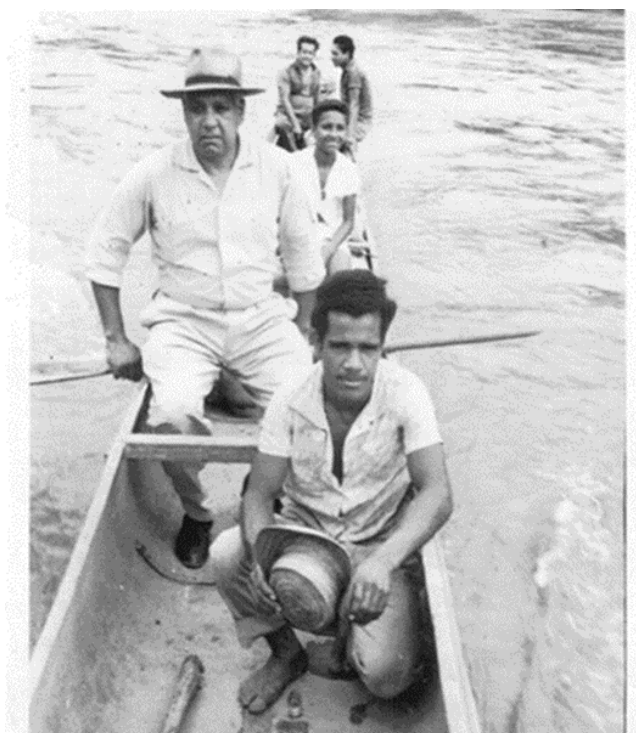
<sup>25</sup> Conforme atestam seus livros comerciais e borradores.

<sup>26</sup> Prova dessa obrigação social são os remanescentes das casas bandeiristas, que apresentam em sua varanda frontal um quarto de hóspedes.

hospedagem, como o comprovam os espaços disponibilizados a esse fim no armazém/moradia e as anotações sobre estadias de viajantes nos borradores.

Em relação aos meios de produção, Ismael Julio da Silva pouco diversificou suas atividades: plantava e criava animais para consumo e comercialização do excedente, a propriedade possuía alambique, engenhos de cana e de arroz, monjolos, tráfico<sup>27</sup> de farinha de mandioca, fornos de cobre e fogões de taipa para feitura de pães ou bolos de roda e beijus, que comercializavam no armazém. Continuaram fabricando doce de laranja e aguardente, que comercializavam em Iporanga e Xiririca. Além dessas atividades, intermediavam serviços de compras sob encomenda em Santos ou São Paulo e alugavam canoas e animais de carga. Ismael Julio da Silva era concessionário da estrada de ferro Santos–Jundiaí<sup>28</sup>, que detinha o monopólio sobre a navegação comercial do rio Ribeira; em razão disso, prestava serviços de transporte público e mercadorias.

*Figura 37: Ismael Julio da Silva (sentado) em travessia do rio Ribeira de Iguape em frente ao seu armazém, 1968*



*Fonte 37: acervo Aroldo Dias Silva*

<sup>27</sup> Na região, o equipamento de fabricar farinha de mandioca é nomeado *tráfico*.

<sup>28</sup> Conforme documentos coletados na fazenda Passagem.

Figura 38: armazém/moradia de Ismael Julio da Silva, sítio Passagem, Barra do rio Pilões, Eldorado/Iporanga



Fonte 38: acervo e fotografia: Junior PETAR 2017

A relação de dependência das comunidades do entorno com a propriedade manteve-se durante boa parte do século XX. Além de todos os papéis que desempenhava em âmbito particular e público, também cabia a Ismael Julio manter a ordem e a lei na coletividade. Ele era o Inspetor de Quarteirão (SILVA, 2007)<sup>29</sup>, e sua atuação dava-se da barra do rio Nhunguara até a barra do rio Pilões. Um fato interessante é que, integrante de uma sociedade predominantemente católica romana, ele e sua família pertenciam à Igreja Batista<sup>30</sup>, assim como a maioria de seus descendentes. Consta que seu pai, o Capitão José Julio da Silva, converteu-se ao protestantismo no final do século XIX, após hospedar em sua propriedade localizada na Barra dos Pilões missionários presbiterianos norte-americanos em missão evangelizadora pelo rio Ribeira de Iguape.

---

<sup>29</sup> Os Inspetores de Quarteirão eram selecionados pelos juízes de paz entre a população dos distritos e, então, propostos à Câmara Municipal, que se encarregava da aprovação de seus nomes. Sendo considerados como “uma autoridade na porta das casas”, eles deveriam ser escolhidos entre os cidadãos maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever e gozassem de boa reputação em seus quarteirões. Recebiam uma parcela considerável de poder para coibir a prática de atos delituosos, zelando pelas propriedades e pelo sossego de todos aqueles que moravam em seu quarteirão. “SILVA, Wellington Barbosa. “Uma autoridade na porta das casas: os inspetores de quarteirão e o policiamento no Recife do século XIX (1830-1850)”, Revista **de História João Pessoa**, jul./dez. 2007.

<sup>30</sup> Após a Guerra de Secessão (1861–1865), um grupo de norte-americanos instalou-se em uma colônia em Juquiá, município do Vale do Ribeira, e consta que entre eles havia presbiterianos fervorosos que resolveram subir o rio Ribeira com a finalidade de converter seus habitantes. Nessa jornada rio acima, eles converteram o Capitão José Julio da Silva. Atualmente, todos os integrantes dessa família são fiéis da Igreja Batista. Há o registro manuscrito das primeiras reuniões da Sociedade das Senhoras pertencente à Congregação Presbiteriana da Barra dos Pilões datada de 6/11/1924; mais tarde a família migrou para a igreja Batista. Pesquisa pessoal.

Embora isolados durante boa parte do século XX, mantiveram relativa comunicação com o restante do Vale por meio do comércio. Além de mercadorias, as embarcações traziam e levavam notícias e encomendas diversas. Esse cenário manteve-se independente dos ciclos econômicos importantes até a construção em 1968 da estrada que liga Eldorado a Iporanga. Ela veio romper a hegemonia do rio como único meio de transporte e provocou o aumento predatório da extração de palmito jicara ao facilitar a circulação de interessados em comercializar o produto. A extração de palmito afastou da agricultura parte dos sitiantes, que viram nessa ocupação extrativista uma maior margem de ganhos para seu trabalho. A família de Ismael Julio da Silva participou dessa atividade extrativista. Intermediavam o palmito *in natura* com as comunidades vizinhas e o comercializavam nos centros urbanos mais próximos. A estrada também foi responsável pela extinção da fabricação de aguardente, iniciada em séculos passados, que abastecia o mercado regional.

A implantação de Parques e APAS (Áreas de Proteção Ambiental) na década de 1980 e a aplicação de uma legislação ambiental restritiva, que não previa a existência de comunidades humanas nas áreas de preservação, promoveu uma miséria sem precedentes na história local. Os negócios de Ismael Julio da Silva definharam. As comunidades estavam impedidas de exercer suas atividades de subsistência. Sem excedentes agrícolas, não havia como manter o armazém.

Sem alternativas, com a perda de sua autonomia produtiva, base de manutenção da vida desses indivíduos, iniciou-se um processo de evasão da população para os centros urbanos mais próximos. Indivíduos sem a menor vocação urbana ou qualificação para exercer outras ocupações além daquelas transmitidas por seus pais passaram a viver na periferia das cidades próximas.

O êxodo rural ocasionou o enfraquecimento das comunidades e dos municípios mais atingidos pela legislação ambiental. Iporanga apresenta 90% de seu território sujeito a algum tipo de restrição de uso. Eldorado e Apiaí também sofrem severas restrições. Porém, os bairros isolados desses municípios foram os que mais sofreram. Os indivíduos que se mantiveram em seus lugares de origem transformaram-se em agentes passivos dessa inversão de valores que os expropriou de suas terras. O ócio obrigatório, que foram forçados a aceitar, imposto por uma legislação que criminaliza suas práticas de subsistência, impulsionou o enfraquecimento da organização social das comunidades.

Atualmente, tais comunidades, algumas identificadas como quilombos (ANDRADE, 2000) e tuteladas pelo Estado, continuam, apesar da tutela, a praticar atividades extrativistas como a caça, a pesca e a extração de palmitos e madeiras de lei dos parques e áreas de



preservação, embora cerceadas pela legislação ambiental, que, efetivamente, só obteve sucesso com o impedimento do trabalho agrícola. A consequência foi à diminuição da produção de excedentes agrícolas, reserva de valor fundamental na manutenção da vida dos indivíduos dessas comunidades. O excedente agrícola apresenta um papel subjetivo que extrapola o seu contexto material, pois estabelece parcerias entre os membros da comunidade, que implicam obrigações entre eles, como o mutirão, ou puxirão, dentre outras relações que fortalecem a organização social.

Em 1998, Ismael Julio da Silva negociou a propriedade secular que pertencia à sua família. A maioria de seus descendentes continua habitando nas proximidades, no bairro Castelhana<sup>31</sup>, localizado na estrada de rodagem que liga Eldorado a Iporanga. Uma pequena parte dedica-se à agricultura e pecuária e apenas uma de suas filhas manteve em atividade um armazém até 2013, situado no mesmo bairro.

---

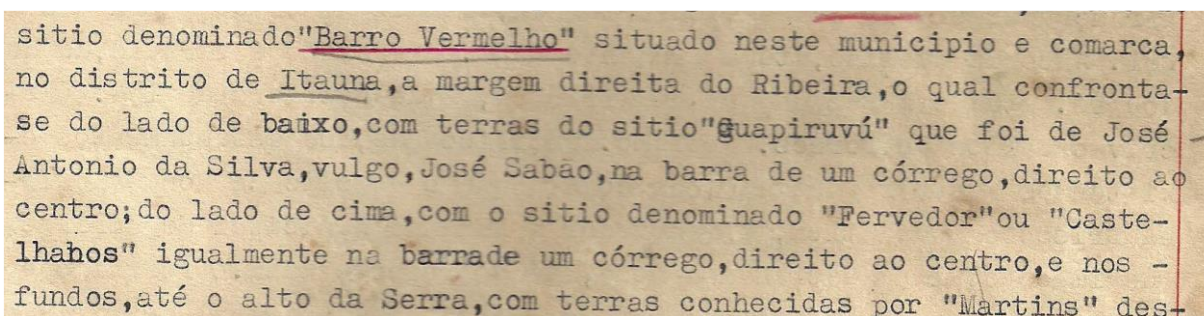
1. <sup>31</sup> Em áreas que pertenceram ao Capitão José Julio da Silva.

## 6 TERMOS GENÉRICOS E ESPECÍFICOS — DESCONSTRUINDO A ESTRUTURA DOS TOPÔNIMOS

No livro de notas n.º 30, fls. 69 e 70, do Cartório de Notas e Documentos de Iporanga, é realizada em 1948 a escritura de parte da área do imóvel de nome Barro Vermelho, adquirida por Ismael Julio da Silva, situado à margem direita do rio Ribeira de Iguape, no município de Iporanga, que apresenta as seguintes confrontações:

[...] do lado de baixo divide com terras do sitio denominado Guapiruvú na **barra de um córrego**, direito ao centro do lado de cima, divide com o sitio denominado Fervedor ou Castelhano também na **barra de um córrego** direito ao centro e aos fundos até o **alto da Serra** com terras conhecidas por Martins. Transcrição anterior 1301 da comarca de Xiririca [...].

Figura 39: registro digitalizado de escritura de 1948 do sítio Barro Vermelho



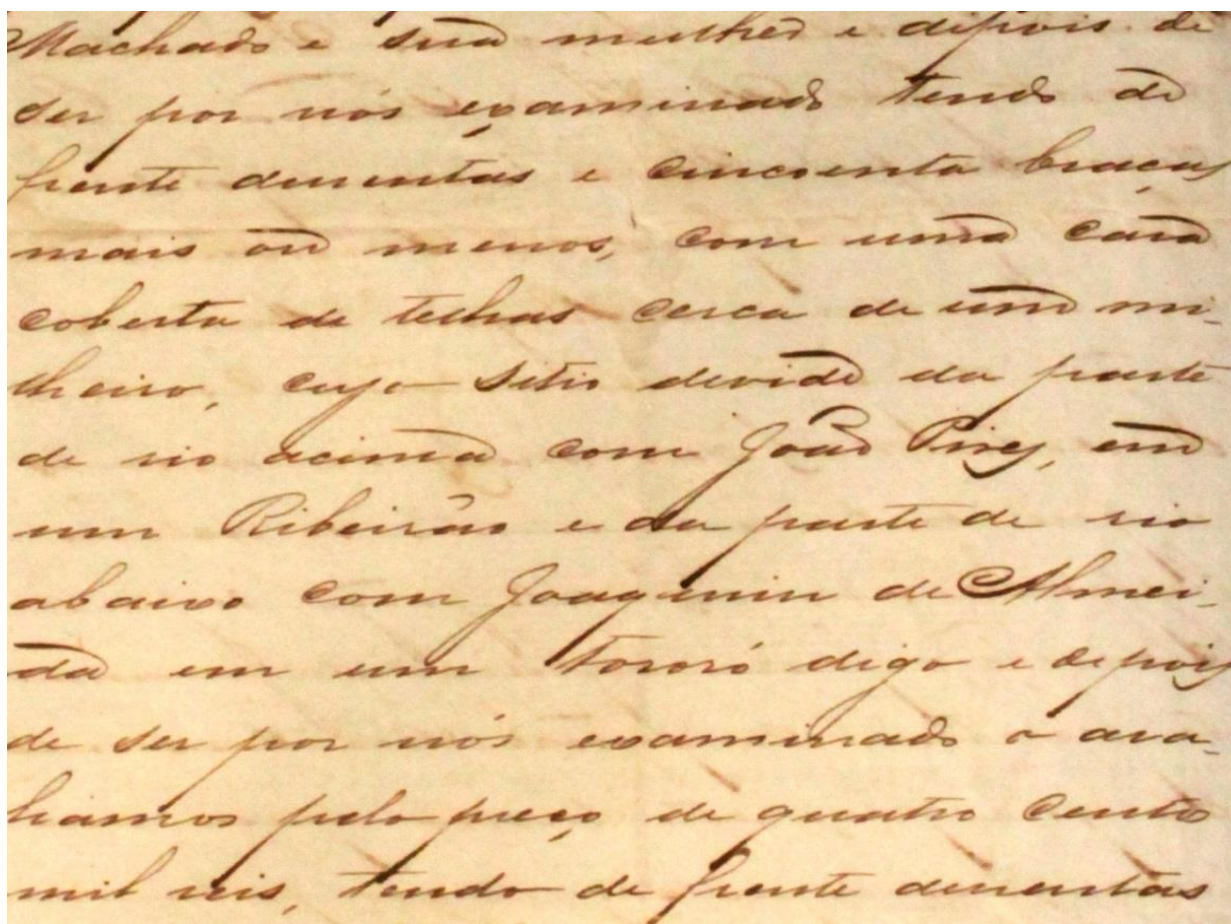
sítio denominado "Barro Vermelho" situado neste município e comarca, no distrito de Itauna, a margem direita do Ribeira, o qual confronta-se do lado de baixo, com terras do sitio "Guapiruvú" que foi de José Antonio da Silva, vulgo, José Sabão, na barra de um córrego, direito ao centro; do lado de cima, com o sitio denominado "Fervedor" ou "Castelhano" igualmente na barra de um córrego, direito ao centro, e nos fundos, até o alto da Serra, com terras conhecidas por "Martins" des-

Fonte 39: acervo pessoal

O imóvel Barro Vermelho foi motivo de demandas, desde a sua aquisição pelo Capitão José Julio da Silva em 1883. A carta de adjudicação abaixo transcrita faz parte da relação dos documentos comprobatórios da posse do imóvel. Não podemos afirmar se ambos descrevem as mesmas confrontações do sítio, ou, se as divisas se modificaram em 1948. Entretanto, são exemplos do processo de nomeação de um mesmo local, embora várias décadas (79 anos) os distanciem. Abaixo a transcrição da parte digitalizada da carta de adjudicação [...].

[...] depois de ser por nós examinado o avaliamos pelo preço de quatro centos mil reis, tendo de frente duzentas e cinquenta braças mais ou menos com uma casa coberta de telha cerca de um milheiro, cujo sitio divide na parte de rio acima com João Pires, em um Ribeirão e da parte de rio abaixo com Joaquim de Almeida isso em um tororó, e mais nada avaliamos por não ser apresentado. Xiririca junho de mil oitocentos e sessenta e nove [...] || 3 V ||

Figura 40: registro digitalizado de carta de adjudicação de 1869 do juízo de órfãos da Villa de Xiririca



Machado e sua mulher e depois de  
ser por nós examinado tendo de  
frente duzentas e cinquenta braças  
mais ou menos, com uma casa  
coberta de telhas cerca de um mi-  
theiro, cujo sitio devido da frente  
de rio acima com João Pires, um  
um Ribeirão e da parte de rio  
abaixo com Joaquim de Almeida  
da um um Tororó digo e depois  
de ser por nós examinado o ara-  
hamos pelo preço de quatro cento  
mil reis, tendo de frente duzentas

Fonte 40: acervo pessoal

Apesar da distância temporal a separar os dois documentos, algumas características especiais se mantiveram em relação aos termos genéricos, *ribeirão* e *córrego*. Pelas transcrições, podemos averiguar que o termo genérico *ribeirão* não apresenta um elemento específico na carta de adjudicação de 1869, assim como o elemento genérico *córrego* na escritura de 1948. Os termos genéricos *ribeirão* e *córrego* não qualificam, não diferenciam um curso d'água de outros semelhantes, e não se constituem como marcos de situação sem os referentes que acompanham a descrição das divisas.

Na escritura de 1948 — “divide com terras do sitio denominado Guapiruvú na barra de um córrego” —, o referente é o sítio Guapiruvú. O termo genérico *córrego* assinala apenas onde as terras se dividem. Barra de um córrego é o altiplano que se forma na sua foz com material transportado pelo próprio córrego e/ou pelo rio do qual é afluente. A expressão *barra de um córrego*, portanto, não se configura como topônimo, embora tenha um valor semântico de designativo de um lugar.

Na carta de adjudicação de 1869, temos um exemplo significativo: “cujo sitio divide na parte de rio acima com João Pires, em um Ribeirão”. Aqui se configura o mesmo caso, porém o antropônimo *João Pires* incorpora o próprio sentido da palavra “terras”. As terras de João Pires são um prolongamento de seu proprietário e o elemento genérico *ribeirão* apenas um marco dessa entidade.

Entretanto, *ribeirão* (rio pequeno, maior que um riacho e menor que um rio) e *córrego* (riacho, um ribeirão com menor volume de águas) apresentam conteúdos semânticos diferentes. Conforme Dick (1990, p. 10-11):

Outras vezes, por simples mecanismo designativo, não há elemento específico nos topos designados especialmente para tal fim. Essa função é exercida tão somente pelo termo genérico que engloba, em simultaneidade, as duas categorias, a de determinado e a de determinante. O acidente pode ser único, ou tão significativo que acrescentar algo pode desvirtuá-lo de sua plenitude enfática [...].

No caso do território de Iporanga, acrescentaríamos a essa conceituação de Dick outro fator, a grandeza do elemento água. Uma singularidade ambiental da região que configura a bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape é a quantidade de águas que desce da serra de Paranapiacaba (DICK, 1990)<sup>32</sup> em direção ao rio Ribeira. O volume é tão significativo e grandioso que em sua descida cria na crosta das serras caminhos que vão formar inumeráveis cursos d'água de menor volume, alguns alcançando o rio Ribeira, outros alimentam seus afluentes, ou os córregos, corgos, corguinhos, regatos, regos, ribeirões e ribeirãozinhos, riozinhos, riachos, aguinhas, olhos d'água, nascentes, vertentes<sup>33</sup>, escoadouros<sup>34</sup>, minas d'água, dentre outras denominações locais. Alguns não são sequer nomeados quando não há histórico de ocupação humana regular ou ocorrência de fatos geradores de significações (rio das Mortes, por exemplo). São raras as propriedades rurais sem o benefício da água que desce das serras. Em cartas topográficas da região estudadas por nós, observa-se uma quantidade significativa desses elementos geográficos sem nomeação.

---

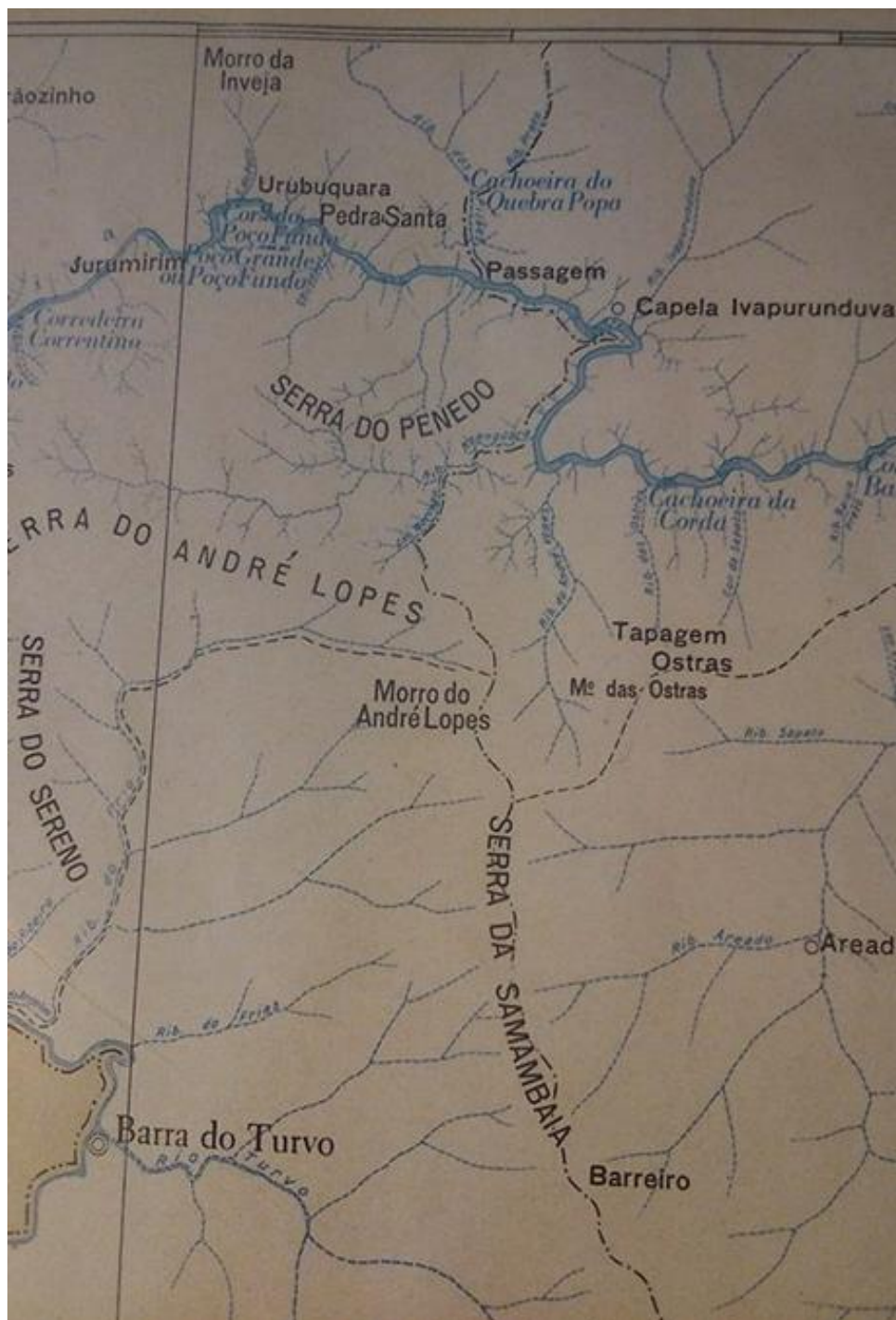
<sup>32</sup> Do tupi *parana- epiak-saba*, “lugar onde se avista o mar”. In: DICK, M. V. P. “O espontâneo e o popular na toponímia. Toponímia e Antroponímia no Brasil”. **Coletânea de estudos**. São Paulo: FFLCH, 1990b, p. 51.

<sup>33</sup> Algumas águas formam lagoas que vertem morro abaixo; outras vertem depois das chuvas em caminhos secos cavados nas rochas; outras, mesmo sem chuvas, vertem de rochas à procura de um caminho para a descida, ou se escondem em cavernas etc.

<sup>34</sup> Caminhos de água, naturais ou feitos por mãos humanas, que escoam águas.



Figura 41: córregos e riachos sem nomeação representados em carta do Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, folha topográfica de Iguape, edição de 1954. Escala 1:250.000



Fonte 41: acervo do autor

Por outro lado, mesmo sem um termo específico para o genérico *rio*, na expressão *rio acima* e *rio abaixo* extraída da Carta de Adjudicação de 1869, pressupõe-se um topônimo compreensível para os moradores locais. Certamente, o escrivão se referia ao rio Ribeira de Iguape. No contexto socioambiental de Iporanga e Xiririca, a expressão *rio acima* somente

poderia referir-se ao *Rio Ribeira de Iguape*. O termo *cima* corresponde a “parte mais elevada, ou, cume”, o termo *acima* (adv.), *a + cima*, corresponde a “em cima ou da parte inferior para superior”. Em *rio abaixo*, o termo *baixo* corresponde a “parte inferior ou situado a um nível inferior em relação a outros” e o termo *abaixo* (adv.), *a + baixo*, corresponde a “embaixo”. O *rio Ribeira de Iguape* é a ligação entre “em cima”, no Planalto, e “embaixo”, na Planície Litorânea. Nesse sentido, o acidente é único e muito significativo e tão enfático que não há necessidade de especificações, apresentando um conteúdo semântico único (DICK, 1990 a).

No hidrotopônimo composto *Rio Ribeira de Iguape* (subst. + subst. + subst.) observamos a ocorrência de três termos genéricos no sintagma toponímico: *rio*, *ribeira* e *Iguape*; mas, aparentemente, o topônimo sofreu o fenômeno de apagamento dos elementos genéricos *ribeira* e *iguape*. Para Carvalhinhos (2014)<sup>35</sup>, a língua portuguesa, de estrutura em justaposição, em geral apresenta o termo genérico anteposto ao nome propriamente dito. *Rio* e *ribeira* são dois termos genéricos que apresentam significados semânticos diferentes. *Rio*, derivado do latim clássico *rivus*, *i* (FARIA, 1962), designa um grande curso d’água que recebe águas de diversos córregos e ribeirões e deságua em outro curso d’água ou no mar (HOUAISS, 2009). *Ribeira* (ibidem), do latim *riparia*, feminino do substantivo *riparius*, *a*, um de *ripa*, *ae*, “margem, ribanceira”, entre outros significados, atualmente pode significar um rio de pouco caudal ou pouco curso, o que não corresponde à realidade desse elemento geográfico. O *rio Ribeira*, apresenta em boa parte de seu trajeto grande volume de águas ligeiras, somente espraçando-se na planície litorânea. Na planície inundável, o rio apresenta águas mais calmas e um curso mais lento, e uma grande área da planície costeira é tomada pela mansidão de suas águas.

No dicionário de Bluteau (1712), o termo genérico *ribeira* pode significar “terra baixa que está junto à ribeira, ou rio, ribeira do mar, praia, borda, margem”. Pode-se conjecturar outra explicação: em *Iguape* o rio faz uma grande curva, apenas a três quilômetros do mar, local de um antigo porto fluvial com atracadores para desembarque de mercadorias que a partir daí eram transportadas por tropas de mulas até o porto marítimo de Iguape. Nesse local ficavam aportadas embarcações e, possivelmente, recebiam alguma manutenção. *Ribeira* pode significar também “a parte da margem de um rio em que se estabeleciam arsenais e se consertavam navios, ou lugar onde se vende o pescado” (BLUTEAU, 1712). Valentin (2006) afirma que, no início do século XVIII, se desenvolve na região a atividade de construtores de embarcações, e em

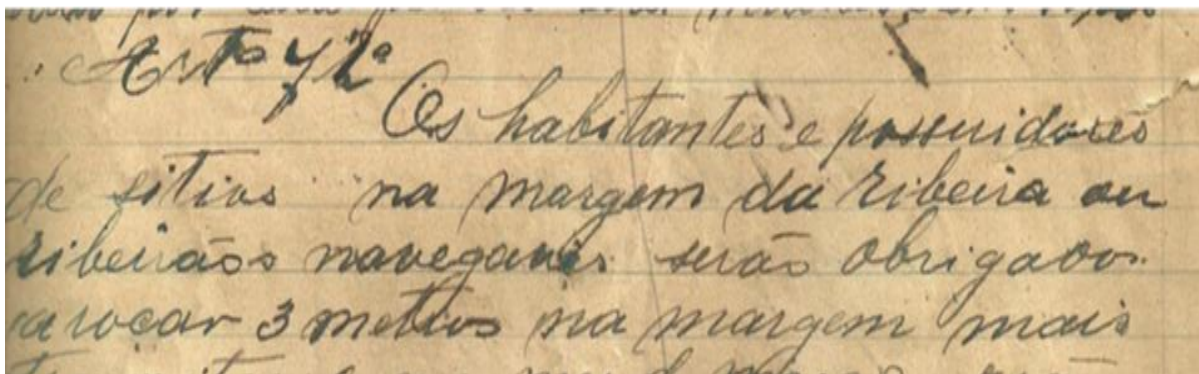
---

<sup>35</sup> Notas de aula de Toponímia Geral e do Brasil I, FFLCH-USP, 2014 (informação verbal).

1711 é realizado o primeiro registro conhecido de fabricação de uma nau nas imediações de Cananeia.

Investigando um mapa de 1908 da Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo, encontramos o topônimo grafado como *rio “da” Ribeira*. A preposição *de* + artigo *a* confere valor semântico de “posse, causa, proveniência, localização”. Atribui outro sentido semântico ao topônimo. *Rio “da” Ribeira* especifica que o termo genérico *rio* é a entidade geográfica que causa, com suas águas, o alagamento das terras baixas da planície litorânea. Confere um sentido semântico de unidade aos elementos geográficos *ribeira* e *rio*, um conjunto.

Figura 42: Posturas Municipais de Iporanga, final do século XIX e início do XX. Na segunda linha, o registro dos termos genéricos — da ribeira e ribeirão

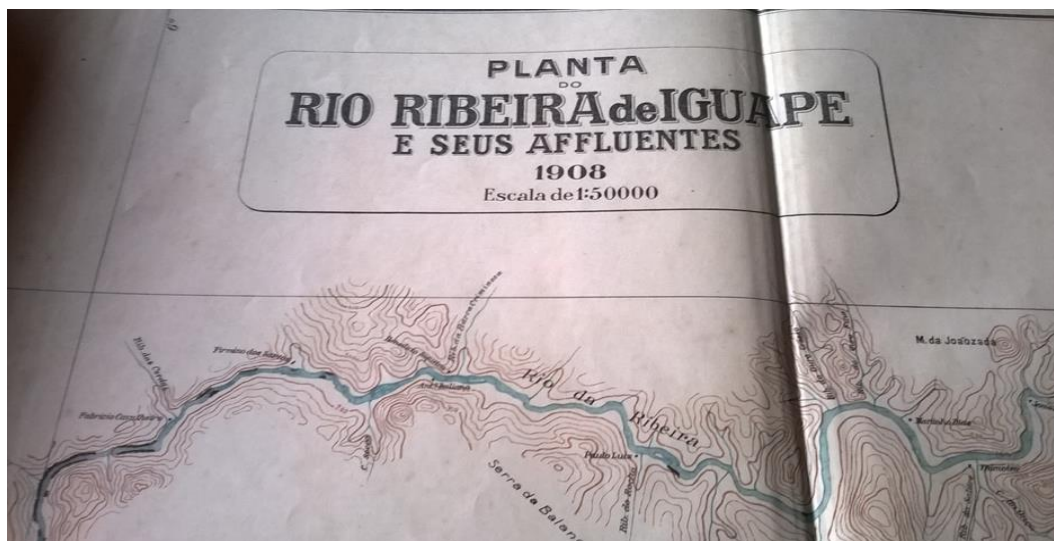


Fonte 42:acervo pessoal

Em alguns lugares, principalmente, nas comunidades rurais de Iporanga e Xiririca, pode-se observar que a população não faz uso do termo genérico *rio* para designar o hidrotópônimo *Ribeira de Iguape*. Oralmente a população se refere ao rio como “*a*” *Ribeira*. Podemos supor que o elemento genérico *ribeira* se manteve desde o início da colonização portuguesa na região. Nos primeiros tempos de conquista territorial, possivelmente o termo *ribeira* tenha sido mais significativo para os exploradores europeus que o elemento *rio*, afinal os primeiros exploradores iniciaram suas investidas para o sertão a partir da planície costeira de *Iguape* e *Cananeia*. O referente era a *ribeira*.

O hidrotópônimo composto e originário do tupi antigo *Iguape* pode significar “na enseada do rio”, por meio da junção dos termos ‘y, “água, rio”, *kûá*, “enseada” e *pe*, “em”, conforme Navarro (2013), ou “no lagamar, na baía fluvial”, conforme Dick (1990b, p. 44-54). *Enseada* pode significar “recôncavo do mar, pequeno porto de abrigo, pequena baía, calheta, angra” ou “campo entre dois igarapés, orlado de mato por todos os lados, menos por um”. *Lagamar* (lago + mar): lagoas de água salgada, zona de manguezais.

Figura 43: mapa de 1908. Topônimo grafado na planta como Rio da Ribeira. Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo (1908)



Fonte 43: acervo pessoal

Ao encontrar a planície litorânea que se alarga no sul do Estado de São Paulo em razão do recuo das escarpas da Serra do Mar, que se interioriza nesta região, o curso do rio Ribeira de Iguape forma meandros e curvas em seu trajeto que acabam configurando-se na baixada litorânea em um rico estuário, com muitos caminhos d'água para as canoas de um pau só, embarcações utilizadas até hoje pela população ribeirinha. *Iguape* tem o mesmo aporte semântico de *Ribeira*. A língua indígena tem uma estrutura aglutinante, e o elemento genérico está elíptico.

Figura 44: vista dos meandros do rio Ribeira de Iguape na planície litorânea, antes de sua foz no Oceano Atlântico, no município de Iguape



Fonte 44: <http://brasildasaguas.com.br>. Consultado em 06/10/2021



De um modo geral, a toponímia brasileira demonstra a fixação da dupla ocorrência linguística. Carvalhinhos (2007) alerta que o desconhecimento da língua leva à adoção de um novo elemento genérico já na estrutura da língua dominante. No Brasil, por exemplo, os nomes indígenas que incorporam o elemento água, como Ipiranga (*'y-piranga*, “água vermelha”) receberam um novo genérico, Riacho do Ipiranga.

É o caso de *rio* (termo genérico) *Ribeira* (segundo genérico) *de* (conectivo) *Iguape* (*'y*, que como genérico incorpora o significado de “água”, “rio”, + *kûá*, termo específico

É o caso de *rio* (termo genérico) *Ribeira* (termo genérico) *de* (conectivo) *Iguape* (*'y*, termo genérico que pode significar “água, rio” + *kûá*, termo específico que pode significar “enseada” e *pe*, que significa “em”).

O sistema linguístico tupi registrava uma forma mais genérica para designar água ou líquidos em geral, incluindo-se por extensão rio. Estudiosos do tupi antigo e registros do vocabulário da época colonial costumavam grafar esse som gutural, estranho ao sistema vocabulário português, como |y|, com o significado de “água” ou “líquidos em geral”. De acordo com Dick (1990b), os povos indígenas brasileiros costumeiramente designavam os seus cursos d'água por meio dos significados genéricos do hidrônimo, sendo que em seus dialetos de origem envolviam tais morfemas um critério descritivo do próprio elemento geográfico, o que revela, dentro do campo perceptivo-sensorial indígena, a maneira lógica de identificar o local por si mesmo, sem necessidade de mostrar outra marca de relevância.

Podemos exemplificar essa afirmação de Dick<sup>36</sup> com o termo de origem tupi *tororó*, que aponta um marco na Carta de Adjudicação de 1869. Provavelmente o escrivão se referia a *'y tororó*. O termo não se configura no documento como topônimo, embora aí apresente um valor semântico designativo de lugar. Não é um termo usado atualmente na região. Para alguns moradores da zona rural, *'y tororó* corresponde a uma pequena cascata, geralmente localizada em encostas de pedras, com volume concentrado, que não se espalha na queda e pode formar bicas d'água. É o único termo de origem tupi utilizado como elemento genérico nos documentos pesquisados. No tupi possivelmente designava também a qualidade de um líquido: “água que jorra com barulho” ou “tempestade”. Na língua oral de Iporanga, encontra-se a expressão “caiu um toró” para designar uma tempestade com grande volume d'água concentrada, rápida e forte. Possivelmente, *'y tororó* seria um atributo do elemento água = “água que jorra com força ou que faz barulho” ou mesmo os dois significados. Conforme Carvalhinhos (2014)<sup>37</sup>, o signo toponímico não pode ser considerado arbitrário, como um signo comum, pois nasce da relação semântica que se estabelece entre o objeto e seu nome.

---

<sup>36</sup> Notas de aula de Toponímia I, FFLCH-USP, 2014 (informação verbal).

<sup>37</sup> Notas de aula de Toponímia I, FFLCH-USP, 2014 (informação verbal).

## 6.1 Termos específicos extraídos dos documentos analisados

**Sítio Barro Vermelho** (subst. + adj. — língua portuguesa): termo específico composto de natureza física (litotopônimo), denominando um elemento geográfico humano (sítio). Em visita ao local, verificamos com o proprietário do sítio Barro Vermelho, Aroldo Dias da Silva<sup>38</sup>, que o nome se refere a uma variedade de argila avermelhada, utilizada para feitura de taipas, telhas e painéis, existente em boa quantidade na propriedade.

**Sítio Fervedor** (subst. — língua portuguesa): termo específico simples de natureza física (hidrotopônimo), denominando um elemento geográfico humano (sítio). Fervedor<sup>39</sup>, substantivo masculino, é um recipiente cilíndrico e fundo, geralmente com uma asa, usado para ferver ou aquecer líquidos. Também pode constituir-se em um adjetivo (que ferve): o verbo “ferver” mais o sufixo “-dor”.

Em visita ao local foi observado defronte à propriedade, que é banhada pelo rio Ribeira, uma cachoeira conhecida como Fervedor, uma corredeira turbulenta que realiza um movimento semelhante ao da água fervente. De acordo com os canoeiros locais, nesse lugar do rio a canoa não se consegue manter na superfície da água, a proa entorna para baixo e para o lado e sem controle é compelida ao fundo do rio. Ao indagarmos aos canoeiros sobre a origem do nome, constatamos que a motivação toponímica é um recipiente com água fervente ao fogo; entretanto, a motivação não é somente o objeto fervedor, mas o fenômeno que ele é capaz de produzir, o ponto de ebulição da água e os efeitos que esse fenômeno causa - agitação descontrolada, situação temida pelos usuários do rio.

Para embasar nosso entendimento sobre a origem motivadora desse topônimo, citamos uma ocorrência semelhante na mesma região, uma cachoeira localizada no bairro Serra, em Iporanga, a despeito da distância temporal a separar uma nomeação da outra. Na década de 1990, em determinado ponto do rio Betari, afluente do rio Ribeira, uma cachoeira foi batizada como Sonrisal<sup>40</sup> por praticantes de esportes de aventura. O rio Betari é palco de algumas atividades radicais, especialmente a que consiste em descer as corredeiras do rio Betari deitado sobre uma boia (conhecida como *boia cross*). No percurso é necessário vencer a cachoeira do

---

<sup>38</sup> Neto de José Julio da Silva e filho de Ismael Julio da Silva.

<sup>39</sup> “Fervedor”, in: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. <https://dicionario.priberam.org/fervedor>. Consultado em: 12/3/2020.

<sup>40</sup> Nome comercial de um medicamento popular, composto de bicarbonato de sódio, carbonato de sódio e ácido cítrico, apresentado em forma de tabletes que, em contato com a água, reage com efervescência.

Sonrisal que à semelhança da cachoeira Fervedor, impulsiona a boia para baixo e para o lado, impelindo ao fundo do rio o condutor, que muitas vezes precisa ser resgatado, devido à impossibilidade de emergir da turbulência descontrolada das águas.

*Fervedor* e *Sonrisal* são nomeações imagéticas muito próximas, metáforas, tais como *Caracol*, *Funil*, *Parafuso*, nomes de outras cachoeiras localizadas no Rio Ribeira de Iguape.

**Sítio Castelhana** (subst. — língua portuguesa): termo específico simples de natureza antropocultural (etnotopônimo) denominando um elemento geográfico humano (sítio). Atualmente, designa o bairro Castelhana. Conforme a população do bairro, um dos primeiros moradores dessa área seria um castelhana.

**Sítio Martins** (subst. — língua portuguesa): termo específico simples de natureza antropocultural (antropotopônimo), denominando um elemento geográfico humano (sítio). Consta que era o antropônimo de um antigo morador.

**Sítio Guapiruvu** (subst. — língua tupi): termo específico composto de natureza física (fitotopônimo) para designar um elemento geográfico humano (sítio). Do tupi – *ibá-curu-bu*, “fruto áspero e preto” ou *iba-cum-uu*, “pau áspero mole” (CHIARADIA, 2008). Árvore leguminosa abundante na Mata Atlântica, utilizada para feitura de canoas escavadas em um só tronco.

**Iporanga** (subst. + adj. — língua tupi): termo específico composto de natureza física para designar um elemento geográfico físico. Do tupi *y*, “rio, água, líquidos” e *porang*, “bonito” (hidrotopônimo) (NAVARRO, 2013). Atualmente designa, além do rio, a sede do município de Iporanga, um elemento geográfico humano (poliotopônimo).

**Rio Ribeira de Iguape** (subst. + subst. + subst. — língua portuguesa + língua tupi: *iguape* = *y* “água, rio”, *kûá*, “enseada”, e *pe*, “em” (NAVARRO, 2013): termo específico de natureza física para designar um elemento geográfico físico (hidrotopônimo).

**Xiririca** (subst. + adj. — língua tupi): termo específico composto de natureza física para designar um elemento geográfico físico: o barulho das corredeiras d’água, (hidrotopônimo). Pode designar atualmente um curso d’água impetuoso. Etimologia controvertida; entretanto, os moradores locais acreditam que Xiririca seria uma onomatopeia de origem indígena, algo como

“murmurar das águas” ou “barulho das águas”, “som de corredeiras”. Com a formação de um núcleo urbano nas proximidades do rio Xiririca, o hidrotônimo passou a designar o município<sup>41</sup>.

**Itaúna** (subst. + adj. — língua tupi): termo específico composto de natureza física para designar um elemento geográfico físico. *Ita*, “pedra”, e *una*, “preta” (litotônimo) (NAVARRO, 2013). Atualmente, o distrito de Itaúna se chama Itapeúna (subst. + adj. — língua tupi): “pedra achatada escura” (NAVARRO, 2013).

---

<sup>41</sup> Notas de aula de Toponímia I, FFLCH-USP, 2014 (informação verbal).



## 7 O INTRA E O EXTRALINGUÍSTICO NOS TOPÔNIMOS DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE

Neste capítulo, nosso objetivo é discutir o intralinguístico: discussão dos nomes por sua própria constituição linguística, etimológica ou morfológica. Discutiremos também o extralinguístico: como o meio/*modus vivendi* influi na construção e na percepção e decodificação desses topônimos.

### 7.1 O caso do topônimo *córrego Arre Lá*

O topônimo espontâneo *córrego Arre Lá*<sup>42</sup> é constituído por um termo genérico, *córrego*, e por um termo específico de natureza antropocultural formado por um enunciado linguístico, no caso, uma locução interjetiva (um grupo de palavras com valor de interjeição). Conforme a metodologia classificatória de Dick (1990a, p. 31-34), seria um dirrematotopônimo. No português brasileiro, a interjeição [arre!] demonstra uma situação de impaciência.

As interjeições são enunciados linguísticos, uma manifestação oral que expressa emoção ou mesmo um “estado d’alma” em determinado tempo e contexto. Conforme Bechara (2009, p. 330-332), “a rigor, nem é pura palavra, mas uma palavra-oração, que só por si pode valer por um conteúdo de pensamento da linguagem emocional”.

Interjeição é a expressão com que traduzimos os nossos estados emotivos. Têm elas existência autônoma e, a rigor, constituem por si só verdadeiras orações. Em certas situações, algumas podem estabelecer relações com outras unidades e com elas constituir unidades complexas. Acompanham-se de um contorno melódico exclamativo. Podendo, entretanto, assumir papel de unidades interrogativo-exclamativas e certas unidades próprias de chamamento, chamadas vocativo, e ainda por unidades verbais, como é o caso do imperativo.

Faremos uma recolha lexicográfica sincrônica de *arre*, parte da locução interjetiva presente no termo específico do topônimo, *córrego Arre Lá*, para discutirmos sua possível origem etimológica.

---

<sup>42</sup> Coletado em mapa da região do Vale do Ribeira, elaborado pela Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo. **Exploração do Rio Ribeira de Iguape**. 2ª edição. São Paulo: Typografia Brazil de Rothschild & Co, 1914.

De acordo com Bluteau (1712, p. 555), *arre* “deriva do arábico *arrie* que vale o mesmo que mover-se, anda, caminha, *arre* é o termo com que se costuma incitar as bestas de albardas (tipo de capa para proteção de bestas) a que andem. Age mule”.<sup>43</sup>

No *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva (1813, p. 186), *arre* “é interjeição inurbana, de que usam azémeis (quem conduz azemalas/bestas), e ribeirinhos, para falarem às suas bestas”.

Conforme Ferreira (2010, p. 206 e 1.225), *arre* é interjeição. Designa cólera ou enfado. Emprega-se para incitar as bestas a andarem. O mesmo dicionário informa que

o advérbio “lá” se origina do latim, ablativo “*illac*” e nominativo “*illa*”. Ali, naquele lugar, naquela situação; aponta um lugar relativamente afastado da pessoa que fala. *Arre lá* é expressão usada para instigar os animais a andarem [...].

Em Corominas (1987, p. 63), *arre* é interjeição.

Empleada para arrear bestas, 1330 (*harre*). Voz de creación expressiva, que también se halla, com ligeras variantes, em las demás lenguas peninsulares, en oc., italiano y árabe africano. Deriv. Arrear 1495 “hacer andar animales”, “marchar de prisa”, “hacer de arriero”, S. XV; de arriero se extrajo *arria* “recua”, amer. 1540. Arrear “hacer andar animales”, V. *arre*.

No dicionário de Almoyna (1957, p. 129) *arre* é uma interjeição: “Interj. ¡arre! Usada para arrear a las bestias; también denota cólera o enfado”.

A locução interjetiva *arre allá* consta no Dicionario de la lengua española da Real Academia Española (2019); segundo a publicação, *arre* é interjeição. “Usada para estimular a las bestias; para denotar que se desaprueba o rechaza algo; caballería ruin (en desuso); *arre allá* - loc. interj. en desuso. Manifiesta desprecio o enfado, y se emplea para rechazar a alguien”.

Alguns estudiosos de arabismos, dentre os quais Corriente (2008, p. 328), relacionam esse *arre*, cujo testemunho mais antigo na língua é *harre*, com a expressão árabe *hírr úmmak*, que significaria “a vulva de tua mãe”. Consta que muleiros muçulmanos repetiriam insistentemente *hírr úmmak*, abreviando-a em um *hírr*, *hírr* e daí o *arre*, *arre*. Em discurso na Real Academia Española, Corriente (2018) profere comentários sobre a influência dos arabismos no castelhano que podem esclarecer sobre a origem da expressão utilizada por muleiros.

---

<sup>43</sup> “Age”, *agite imperativo de ago, usado como interjeição: Eia! Vamos! Coragem! Pois bem!* (FARIA, 1962, p. 51).

Otras veces, en cambio, la obscenidad ya existía en el árabe más antiguo que tenemos documentado, y lo curioso es que ha podido mantenerse o atenuarse en suelo hispánico, incluso engendrando expresiones características que diferencian estos romances de otros occidentales, que no conocen nada semánticamente parecido. Para empezar en este dominio, hay que sospechar la intervención de los arrieros moriscos en una serie de frases, comenzando por los pedales de aceleración y freno de este oficio, el *arre* y el *so*, cuya documentación árabe antigua y presencia actual en dialectos orientales y norteafricanos confirman dicho origen, detectado hace décadas por los arabistas alemanes Schultess, en una obra de 1912, y Graefe, en su artículo de 1914 en la *Zeitschrift der morgenländischen Gesellschaft*. Es también el caso de una serie de expresiones de asombro o condena, en que se manifiesta cierta obsesión de los antiguos árabes por la anatomía más íntima de las madres, en conexión cultural con su honorabilidad, que arranca en el grave insulto ya preislámico *fī ḥiri ummika ayr* ‘en la vulva de tu madre hay(a) un pene’, a veces más o menos abreviado, como frase de todos conocida y más interjectiva o expresiva que comunicativa. En esta forma, a menudo reflejado en árabe andalusí como *ḥirr úmmak*, tan frecuente que ha generado desde el castellano *caramba*, hibridado con el reflejo castellano vulgar del bajo latín *caraculus/m* y, con sustitución de sinónimos del término anatómico, al murciano *junema*, alternativamente construido con un reflejo eufemístico del latín *sinūs*, también reflejado por el catalán *xona*. La misma idea, semitraducida al judeoespañol, cuyos arabismos son a menudo peculiares y ajenos al castellano estándar, produce la frase *a jalún de la madre*, utilizando otro sinónimo eufemístico, en este caso de origen hebreo, *ḥallāh* ‘torta ritual’, nombre con aumentativo romance en árabe andalusí de algunas clases de bollos, lo que luego daría en su sentido propio nuestro *hallullo*.

A interjeição *arre* tem origem muito antiga e existe em todas as línguas peninsulares hispânicas, em árabe norte-africano, em occitano e em italiano; sua área de abrangência coincide com o Império Romano do Ocidente. Teyssier (1980, p. 5-6), afirma que a invasão muçulmana e a Reconquista são acontecimentos determinantes na formação das três línguas peninsulares: o galego-português a oeste, o castelhano no centro e o catalão a leste. Essas línguas nascidas no Norte foram levadas para o sul pela Reconquista. Na região setentrional, onde se formaram os reinos cristãos, a influência linguística e cultural dos muçulmanos foi menor. Ao norte do Douro, ao que hoje corresponde o extremo norte de Portugal e a Galiza, a influência foi apenas superficial; entretanto, em direção ao sul vai-se intensificando e encontra seu maior significado na região que vai de Mondego ao Algarve. Na região meridional subsistiu ao domínio muçulmano uma população cristã de língua românica, os moçárabes, mas pouco se sabe desses falares, a não ser que formavam uma variedade de dialetos hispano-românicos muito diferentes dos dialetos falados ao norte. De acordo com Abreu (2009, p. 263-280):

A língua portuguesa e o idioma árabe têm uma antiga história de envolvimento que remonta épocas passadas e mantém-se até os dias atuais. O princípio dessa história de contato desenrolou-se no cenário da Península Ibérica, com a ocupação do império árabe por um longo tempo, que compreende um período a partir de 711 até 1492, marcando, assim, uma fase de influência desta cultura

nas línguas faladas na região. Segundo a farta bibliografia que documenta a história, árabes e berberes, da região do Magreb, adentraram o território e, em pouco tempo, conquistaram toda a Península. Denominados por “mourós”, pelos habitantes peninsulares, esses povos tinham o islã como religião e o árabe como a língua de comunicação, mesmo aqueles que falavam a língua berbere. O longo contato entre muçulmanos e cristãos resultou na assimilação, por parte dos cristãos, de um léxico especializado de origem árabe.

É possível que o topônimo *córrego Arre Lá* tenha surgido na região, não fruto de um português brasileiro, mas por intermédio da língua dos primeiros colonizadores, falantes de um português em contato com línguas diversas, dentre outras razões, em função das navegações mercantilistas e expansionistas dos séculos XV e XVI. Além disso, não podemos deixar de considerar as proximidades da fronteira do Tratado de Tordesilhas nessa área do Sul de São Paulo disputada por portugueses e espanhóis.

Schmidlin, Polinari e Manfredini (2009, p. 72) esclarecem essa proximidade entre espanhóis e portugueses e os espaços criados por eles no território que mais tarde viria a ser o Estado do Paraná.

Segundo o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 para delimitar as fronteiras entre Espanha e Portugal no espaço atlântico e nas conquistas ultramarinas, somente o litoral norte do que é o atual Estado do Paraná pertencia a Portugal. Mas nem portugueses nem espanhóis respeitavam estritamente essa demarcação. Primeiro, porque a linha divisória nunca foi determinada com exatidão. Depois, porque a esses limites costumavam sobrepor-se os interesses econômicos de ambos os lados em torno, principalmente, da busca de metais preciosos, em particular do ouro. Assim, Portugal patrocinava expedições — oficiais e particulares — e, desse modo, aos poucos, foi ocupando territórios que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertenciam à Espanha. As vantagens da empreitada pareciam evidentes: na região de Serra Negra, atual município de Guaraqueçaba, os portugueses realizaram a primeira descoberta de ouro no Brasil. Assim começou a ocupação do território paranaense, nos séculos XVI e XVII, do Norte para o Sul, ou seja, a partir de Cananéia, atual Estado de São Paulo, com aventureiros, catadores de ouro (faiscadores), caçadores de índios (escravizadores/preadores), gente de São Vicente e Cananéia vinda em 1554. Aproximaram-se costeando, perlustrando enseadas, ilhas e baías que formam o vasto completo estuarino-lagunar do nosso litoral Norte, adentrando rios que desaguavam nas baías das Laranjeiras, Guaraqueçaba, Paranaguá e Antonina.

Não há como determinar de que modo o arabismo *arre lá* passou a integrar o léxico do português brasileiro. Na região que estudamos, aventamos a possibilidade de que tenha surgido entre a metade do século XVIII e final do século XIX, durante o ciclo econômico do Tropeirismo, que possibilitou um maior intercâmbio sociolinguístico entre a população do Vale do Ribeira e do Alto Paranapanema com o Brasil Meridional, região próxima à Bacia do Prata

e da influência castelhana. Entretanto, há outras hipóteses. Abreu e Aguilera (2010, p. 5) tecem os seguintes comentários sobre a entrada de arabismos na língua portuguesa:

De maneira geral, os estudos filológicos ressaltam três vias de entrada a fim de explicar a interferência dos arabismos na língua portuguesa, a saber: a presença árabe muçulmana na Península Ibérica, a expansão portuguesa e a entrada mediante as línguas europeias. Entretanto, omitem a via de entrada de arabismos em terras brasileiras, em decorrência do contato entre o árabe e o português, concretizado a partir da presença de africanos islamizados na sociedade escravagista nos séculos XVIII e XIX e do intenso fluxo migratório de sírios e libaneses nas primeiras décadas do século XX.

Embora exista a possibilidade do arabismo *arre lá* ter surgido por intermédio de escravos islamizados, não encontramos nos arquivos que pesquisamos<sup>44</sup> registro da origem dos cativos na região portuária de Iguape, porta de entrada de escravos no Vale do Ribeira. Entretanto, islamizados podem ter sido inseridos por meio de outros processos, já que os escravagistas da região estavam em constante movimento e em contato com outros centros. Todavia, percebe-se que, se houvesse ocorrido uma influência importante dessa cultura islamizada, manifestações mais substanciais estariam presentes nos sistemas extralinguístico e intralinguístico da região.

Quanto à influência migratória de sírios e libaneses, o primeiro registro de correntes migratórias é do início do século XX, segundo Abreu (2009, p. 263-280): “o período de migração dos primeiros libaneses para o Brasil foi incentivado a partir da visita do imperador D. Pedro II ao país do Líbano, em 1876”. Descartamos essa possibilidade, pois o topônimo *córrego Arre Lá* foi coletado em documento cartográfico de 1908, não haveria tempo hábil para tais imigrantes conhecerem uma região de tão difícil acesso e nomearem o lugar.

Apesar de todas as hipóteses, levando-se em consideração as circunstâncias históricas, a mais provável é que o topônimo *córrego Arre Lá* tenha surgido durante o ciclo econômico do Tropeirismo. Como já foi mencionado, a exploração mineral na baixada litorânea avançou serra acima rumo ao Planalto através dos rios e de antigas trilhas indígenas, estabelecendo rotas terrestres e fluviais que compunham uma malha de caminhos que se interligavam aos portos da Planície Litorânea. No século XVIII com a abertura da estrada que conduzia as tropas de animais e de mercadorias do Brasil Meridional às feiras de Sorocaba, as viagens se intensificam, estabelecendo um intercâmbio sociolinguístico importante e duradouro.

---

<sup>44</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo, documentos dos cartórios de Iporanga e Xiririca, dentre outros.



A motivação toponímica real sempre proporciona recuperar fatos da história econômica, individual, coletiva e social de determinado lugar. Schmidlin, Polinari e Manfredini, (2009) descrevem o cotidiano dos tropeiros:

Em 1731, à frente de uma tropa de mais de duas mil cabeças (cavalos, mulas e éguas), Cristóvão Pereira de Abreu realizou a primeira viagem pela mais importante e conhecida rota tropeira: o Caminho do Viamão ou Estrada da Mata, que partia de Viamão (RS) até a Vila de Sorocaba, em São Paulo, cruzando os campos de Lajes, em Santa Catarina, ingressando em território paranaense após cruzar o rio Negro, nos Campos da Lapa, e seguindo para os Campos Gerais, estreita e alongada faixa no segundo planalto paranaense, formada de campos e pequenos bosques. [...]. As tropas poderiam ser arreadas ou chucras ou brabas. Na tropa arreada, as mulas portavam cangalhas, ou seja, armação com carcaça de madeira sobre o lombo do animal, que sustentava a carga distribuída dos dois lados. As mulas carregavam as mais diversas mercadorias (mantimentos, louças, roupas, utensílios), muitas das quais sob encomenda. A tropa chucra ou braba era composta por animais selvagens, rústicos, de grande resistência, aptos a caminhar pelos caminhos mais difíceis. Eram domados ao longo do caminho. O tropeiro, geralmente português ou espanhol, era o proprietário dos animais e chefiava a tropa. O viajar contínuo, o contato com gentes de diversos lugares, das mais diferenciadas culturas, o conhecimento e o respeito aos hábitos e costumes dos moradores visitados incutiu-lhes concepções liberais.

O topônimo *córrego Arre Lá* exprime uma situação, um evento tão significativo que a expressão evoluiu para um nome de lugar. Por meio do topônimo podemos decifrar os indícios de como se dava o comportamento das tropas no local, as dificuldades ocasionadas pela topografia acidentada da serra, as águas ligeiras que costumam descer pelas escarpas, o tangedor a gritar, mulas teimosas carregando cangalhas pesadas. Caso o evento não se constituísse em uma experiência coletiva, o nome não se manteria no tempo e no espaço.

## 7.2 *Quilombo Galvão: um olhar toponímico pelo viés etimológico*

Neste estudo de caso, exploramos dados linguísticos e extralinguísticos para a ocorrência do nome próprio *Galvão* em composição com o genérico *quilombo* no topônimo *Quilombo Galvão*, que, embora se apresente como um antropônimo, registros históricos referentes ao lugar sugerem que possivelmente o nome se tenha originado do substantivo comum *carvão*, visto que anteriormente o lugar era nomeado pelos seus moradores como *Carvão* por abrigar em seu território fornos construídos especialmente para a queima de madeira e feitura de carvão. Pela impossibilidade de analisarmos a palavra por si só, recorreremos a hipóteses de etimologia como tentativa de detectar as possíveis motivações linguísticas e extralinguísticas que possibilitaram a mudança *carvão* > *Galvão*, as quais podem estar relacionadas a aspectos diatópicos ou mesmo diastráticos. Na pesquisa toponímica podemos recorrer a distintas fontes teóricas e metodológicas. À semelhança da Etimologia, a Toponímia, como já dito, se inter-relaciona com disciplinas diversas, possibilitando um procedimento multi-interdisciplinar capaz de promover interpretações do contexto linguístico e extralinguístico. Veremos nesse caso que o topônimo, aparentemente cristalino, havia sofrido modificações que tiveram como principais promotores os fatores extralinguísticos.

Viaro (2011, p. 296-297) aponta a aproximação entre a Onomástica e a Etimologia. Entretanto, o autor salienta que os nomes próprios apresentam peculiaridades linguísticas para as quais o método etimológico não consegue ser usado com rigor. Enfatiza a arbitrariedade dos nomes próprios, “diferentemente dos nomes comuns que são herdados e aceitos sem grandes questionamentos na aquisição da linguagem e são passados de uma geração para outra sem que seja claro seu surgimento em épocas anteriores à documentação histórica”. O autor salienta que “o nome comum pode se tornar nome próprio, assim como o inverso acontece” (Viaro, 2011, p. 296- 299).

Quanto aos topônimos, Viaro afirma que “os étimos são ainda mais intrincados e trazem consigo às vezes, informação histórica sobre populações antigas” (Viaro, 2011, p. 299). Enfatiza que cabe ao pesquisador cautela, pois muitas origens são difíceis de ser determinadas.

O Quilombo Galvão localiza-se entre o município de Eldorado (Xiririca) e o município de Iporanga, localidades em que, desde o final do século XX, alguns de seus bairros estão sendo identificados e reconhecidos como quilombos pelo Estado. O termo genérico *bairro* foi substituído oficialmente por *quilombo*. Conforme Santos (2016, p. 2):

Quilombos são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988. O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocratas e pós-escravocrata.

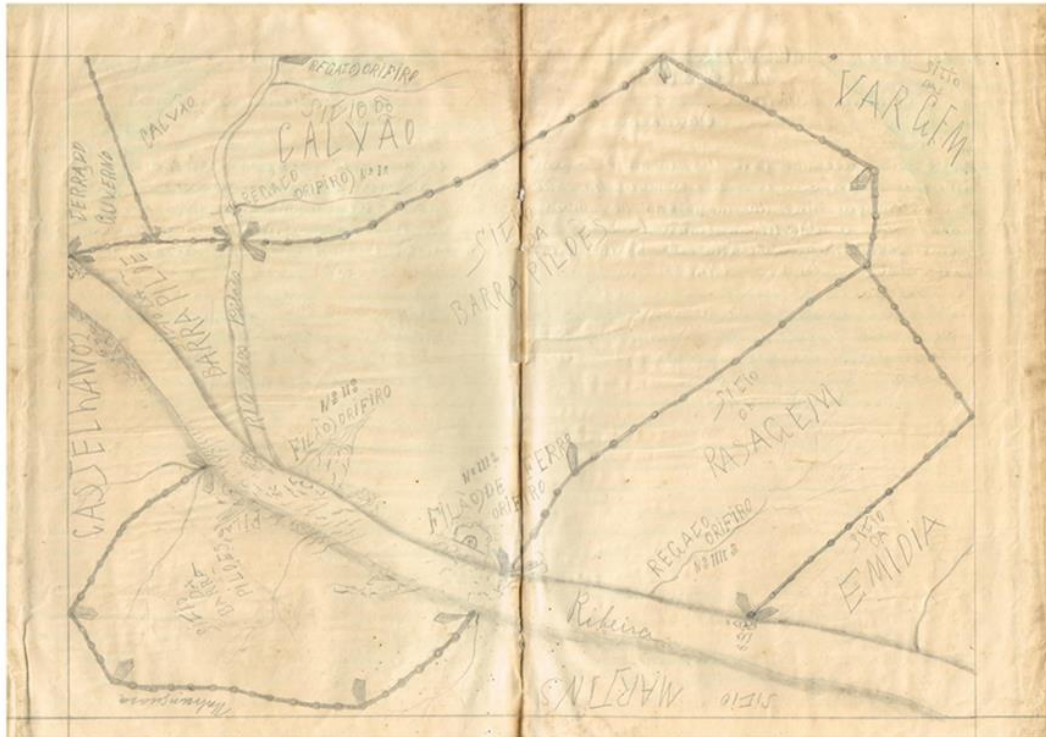
Durante a realização da coleta dos topônimos em borradores datados de 1890 a 1964, para o cotejo em mapas e cartas de diferentes temporalidades, observamos que o nome *Galvão* não constava entre eles, tampouco nos mapas oficiais da região até a década de 1980. Entretanto, no armazém de Ismael Julio da Silva<sup>45</sup>, foram encontrados três croquis (apresentados digitalizados, a seguir como **1º**, **2º** e **3º**), manuscritos de plantas de situação das áreas do entorno da Barra dos Pilões. Dois deles assinalam a ocorrência *Carvão ou Calvão* no local hoje conhecido como Quilombo Galvão.

O primeiro croqui (**1º**) é grafado a lápis (grafite) sobre papel almaço duplo, com pautas esmaecidas, medindo 325 mm por 220 mm. Não pretendemos fazer a transcrição dos documentos, porém, a título explicativo, o desenho sinaliza pontos de ocorrência de calcário aurífero. No verso do documento há dois manuscritos, cartas não assinadas. A primeira carta é datada de 1935, o remetente se localiza na Barra dos Pilões e informa a remessa de um rascunho “para lhe demonstrar o que há por aqui”. O destinatário é Francisco Dal Ponte (não foi possível identificá-lo, porém supomos ser alguém interessado nos recursos minerais da área). A segunda carta não é datada, o remetente localiza-se no sítio Passagem, área contígua à Barra dos Pilões, destina-se a Guilhermina, filha do Capitão José Julio da Silva e irmã de Ismael e Antonio Julio, ambos moradores na região de ocorrência do topônimo *Quilombo Galvão*. A carta refere-se à comercialização de porcos, atividade corriqueira no lugar. Nesse croqui encontramos o nome *Calvão* para a área onde hoje se localiza o Quilombo Galvão.

---

<sup>45</sup> Localizado em área conhecida como Passagem, parte do sítio Barra dos Pilões que lhe coube como herança do seu pai, Capitão José Julio da Silva.

Figura 45: cópia digitalizada da planta. Abaixo, no verso do mesmo documento, encontramos uma carta destinada a Francisco Dal Ponte. Data presumida: 1935



Fonte 45: acervo pessoal

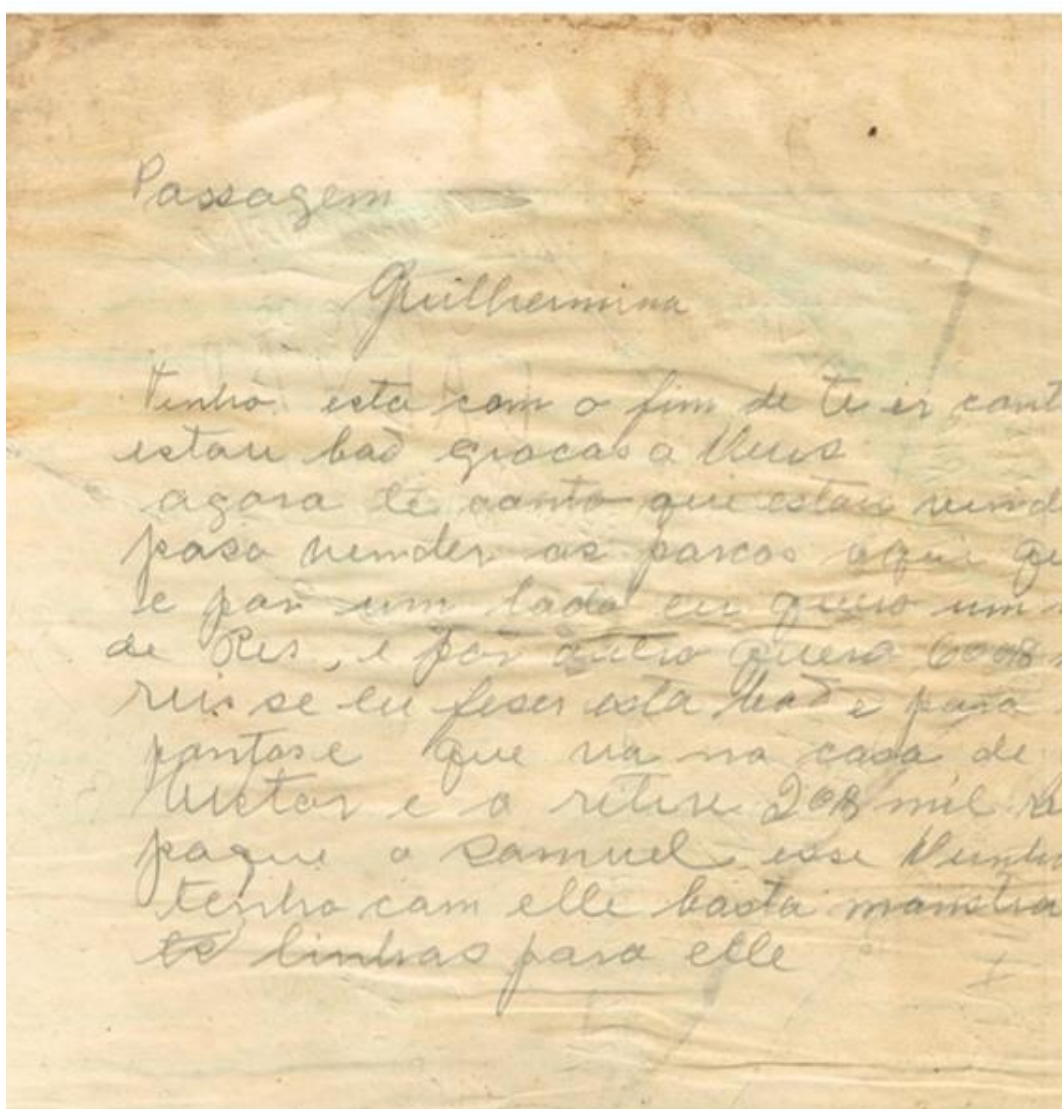
Figura 46: cópia digitalizada de manuscritos que constam no verso do 1º croqui. Data presumida: 1935

Barra dos Palões 15 de julho de 1935  
 Ilmo. Senhor  
 Francisco Dal Ponte  
 Saudações

Tenho este rascunho para lhe demonstrar o que  
 há por aqui que isto é e como eu lhe fiz  
 em esperança que lhe mandava os amo  
 para ver se de algum interesse e bem  
 como para melhor detalhe deste terreno  
 falar com o Senhor Alindo que já  
 esteve aqui e como espero que talvez  
 as amostras traga interesse por que  
 se quer interessar o senhor por  
 mil em lá aqui para melhorar  
 ver

Fonte 46: acervo pessoal

Figura 47: cópias digitalizadas de manuscritos que constam no verso do 1º croqui. Data presumida: 1935



Passagem

Guilhermina

tenho esta com o fim de te ir contar  
estou há gracas a Deus  
agora te conto que estou vindo  
passo vender os parcos aqui que  
le por um lado eu quero um  
de Deus, e por outro quero 6000  
ris se eu fizesse esta had e para  
pantose que na na casa de  
Mister e a retira 200 mil de  
pague a Samuel esse dinheiro  
tenho com elle basta maneta  
to limbas para elle

Fonte 47: acervo pessoal

O segundo croqui (2º) apresenta as mesmas características de manufatura, é grafado a lápis (grafite) sobre papel duplo de linho amarelado pelo tempo, sem pautas, medindo 325 mm por 220 mm e apresentando a marca d'água *Congresso Bond*. O desenho sinaliza as ocorrências auríferas, não é datado, não há outras anotações e não apresenta o registro das palavras *Carvão*, *Calvão* ou *Galvão*. Entretanto, é um rico testemunho da oralidade local e serviu de anteparo para nossa pesquisa.



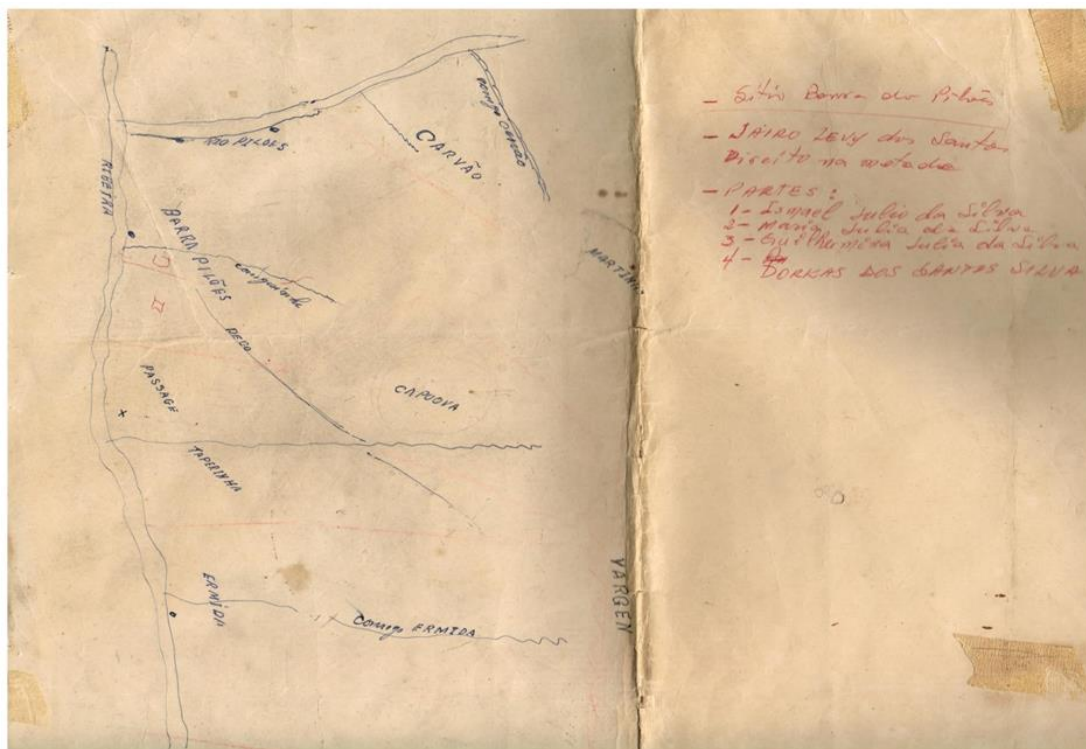
Figura 48: cópia digitalizada da planta. Não há anotações no verso. Sem data



Fonte 48: acervo pessoal

O terceiro croqui (3º) é uma planta de situação, sem escala, da propriedade Barra dos Pilões e envolve o sítio Passagem. O croqui apresenta características de manufatura diferentes, o desenho foi realizado com caneta esferográfica azul e vermelha sobre papel cartão de alta gramatura sem pautas, medindo 645 mm por 490 mm. O desenho destina-se a resolver a partilha da terra herdada. Ao lado do desenho há anotações dos nomes dos herdeiros do sítio Barra dos Pilões. Dentre os nomes dos herdeiros anotados, consta Dorkas dos Santos Silva, esposa de Antonio Julio da Silva, falecido em 1969 e filho do Capitão José Julio da Silva. Dessa maneira, podemos deduzir que o documento foi elaborado após 1969. No desenho há o registro do nome *Carvão* para o local conhecido na atualidade como Quilombo Galvão.

Figura 49: 3º croqui — cópia digitalizada da planta com anotações sobre a partilha das terras do sítio Barra dos Pilões. Data presumida: 1969



Fonte 49:acervo pessoal

Figura 50: borrador (datado de 1951 a 1969) pertencente a Antonio Julio da Silva, marido de Dorkas dos Santos Silva com nota escrita pelo seu filho Ercy Julio da Silva, relatando o seu falecimento em 1969

Papai. Faleceu dia 29 de Junho de 1969. as 3 horas da Tarde. em Registro. que ja vinha doente a uns 2 anos. 2 Trás. Sofrendo do coração. ele tinha ido para o hospital no dia 20 do mesmo foi com Tio Levi no carro do senhor. Jose da companhia do Vale do Ribeira. Eu. e Mãe e Juí/Ismael. Fomos fazer uma visita nele. no dia 29 do mesmo e quando chegamos. Lá no hospital já fez 2.1. hora que tinha morrido. estava sem com o corpo no carro para ser. para ele doado. e foi feita a grandeza em. El doado e veio o corpo

Fonte 50: acervo pessoal

### 7.2.1 *Análise etimológica — Galvão*

O topônimo *Quilombo Galvão* é constituído por um termo genérico (*Quilombo*) e por um termo específico, o antropônimo *Galvão*. De acordo com as taxonomias toponímicas propostas por Dick (1990a [1980], p. 26-34), *Quilombo Galvão* é um topônimo de natureza antropocultural relativo aos nomes próprios individuais, ou seja, um antropotopônimo. A seguir apresentaremos uma pesquisa, por meio de registros documentais, visando a uma reconstrução etimológica com o objetivo de obter significados ocultos do nome *Galvão*, uma vez que, obtida a documentação já exibida, a classificação taxonômica necessitaria ser alterada.

Considerando o motivo original que conhecemos, *Carvão* seria um topônimo de natureza antropocultural relacionada a cultura material, ou seja, aos fornos de queimar madeira para a feitura do carvão, um ergotopônimo. Entretanto, caso desconhecêssemos os aspectos socioculturais e históricos do lugar, poderíamos classificar *carvão* até mesmo como um topônimo de natureza física relacionado aos minerais e a elementos do solo. É um exemplo de como as taxonomias podem ser um problema e não uma solução.

Memórias de moradores, documentadas pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP, 2000) em estudo antropológico efetuado para identificar comunidades quilombolas no Bairro Galvão, colheram o seguinte testemunho sobre a origem do nome:

Até poucas décadas atrás, o local onde está São Pedro, como vimos, era denominado Lavrinha, e o local onde está o atual Galvão era chamado de Barra do São Pedro, onde o rio São Pedro deságua no rio Pilões. A mudança de nome deste último é explicada da seguinte forma: em 1981, a prefeitura construiu uma escola no bairro, e o homem que se tornaria o coordenador da mesma, não sendo morador do lugar, forneceu o nome incorreto à prefeitura. Ele confundiu o nome de um sítio chamado de Carvão (localizado justamente onde existiu a fábrica de carvão de Bernardo Furquim e muito próximo de onde está o centro do bairro hoje) com o nome do bairro inteiro e, numa confusão ainda maior, cometendo, em termos gramaticais, uma hipercorreção, registrou a escola como pertencendo ao bairro Galvão. Desconhecendo a existência da fábrica de carvão no passado e considerando que na pronúncia local é comum pronunciarem o som de “L” pelo de “R”, ele deve ter pensado que o lugar pertencera a alguém com o sobrenome Galvão. Os moradores mais antigos dizem que o correto seria chamar “escola do bairro Barra do São Pedro” [...] (ITESP, 2000, p. 38).

Santos (2016, p. 8) confirma tal versão:

Galvão não era o nome original do povoado, e sim “Bairro da Barra do São Pedro” — como ainda é chamado pelos moradores mais antigos. Passou a ser conhecido como Galvão em 1981, quando a prefeitura construiu uma escola no bairro. O novo coordenador da escola, que não era do lugar, confundiu o

nome de um sítio próximo ao centro do bairro chamado Carvão — pois era onde ficava a fábrica de carvão de Bernardo Furquim — com o nome de toda a localidade e, considerando a pronúncia local, apelidou o lugar de Galvão [...].

Laudo de antropólogos do Ministério Público Federal (ITESP, 2000, p. 26 e 27) aponta para o escravo fugitivo Bernardo Furquim como o fundador das áreas que correspondem, na atualidade, aos quilombos Galvão e São Pedro. “A história do bairro Galvão (até cerca de duas décadas atrás chamado de Barra do São Pedro) está intimamente ligada à história do bairro de São Pedro (antigamente chamado de Lavrinha). Ambos formavam um único grupo de parentesco ocupando um mesmo território contínuo” (ITESP, 2000, p. 26). Bernardo Furquim, “depois de chegar à região, ligou-se a mulheres de diversos lugares e teve 24 filhos com elas. Também montou fábricas de pilar arroz e café, e de fazer pinga nos locais” (ITESP, 2000, p. 26-27). Jovita Furquim de França, bisneta de Bernardo Furquim, afirma que essa história lhe foi narrada pela avó Rita Machado, filha de Bernardo Furquim e de Rosa Machado, e por uma tia avó chamada Martimiana, quando ela tinha cerca de dez anos e, muitos anos mais tarde, lhe foi confirmada por uma tia muito idosa chamada Maria Tibúrcia, neta de Bernardo (ITESP, 2000, p. 26-27).

Pesquisando os registros de batismo da Paróquia de Nossa Senhora da Guia, em Eldorado, Stucchi encontrou registros de filhos de Bernardo com duas mulheres diferentes, Catharina de Sene e Maria Rodrigues. Nesses documentos, ele aparece como “preto liberto”, e as duas mulheres também figuram como “pretas libertas”: Em 1856, Bernardo e Catharina batizaram a filha Ana; em 1857, a filha Miquelina. [...]. Em 1870, Bernardo e Maria Rodrigues batizaram os filhos João e Marcelino, quando declararam residir em Pilões. Em 1871 batizaram o filho Lindolfo, e em 1873 a filha Carmelina. A maioria dos nomes acima mencionados está presente na memória de alguns dos moradores mais velhos do Galvão, que mencionam também Maria de Sene, irmã de Catharina. Jovita conta que conheceu Lindolfo (irmão de seu avô Graciano), filho de Bernardo e Maria Rodrigues, que morava no sítio Alegre, no São Pedro (ITESP, 2000, p.34).

Do elenco de nomes citados acima, muitos estão registrados nos borradores do Capitão José Julio da Silva, datados de 1890 a 1899, o que confirma a inserção da família do Capitão José Julio da Silva na espacialidade dessa comunidade e a fidedignidade dos documentos que estamos analisando.



Figura 51: “Lindolpho Furquim” — imagem digitalizada do borrador (datado de 1890 a 1899) do Capitão José Julio da Silva

Lindolpho Furquim  
 Recbi uma Silva 20  
 vinte mil reis  
 16  
 Claudina Machado  
 1/4 de sabao  
 2 Litros de pil

Fonte 51: acervo pessoal

Figura 52: “Miquelina Furquim” — imagem digitalizada do borrador (datado de 1890 a 1899) do Capitão José Julio da Silva

1899 Setembro 11  
~~animo Leonor~~  
 2 1/2 m de riscado Paul 27/25  
 20 bis to a 1300  
 Miquelina Furquim  
 4 1/2 m de Madry 1300 5:8  
 2 m de riscado Paulis  
 to a 1300 26

Fonte 52: acervo pessoal



## 7.2.2 Os nomes Galvão e carvão em dicionários

Embora conhecedora das limitações do *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, de José Pedro Machado, pesquisamos na obra o nome próprio *Galvão*:

Galvão<sup>1</sup>, m. ant., em 1220 (Inq., p. 165). Segundo parece, do fr. Gauvain, antr. m. em moda nos tempos medievais por influência dos romances da Távola Redonda. O nome fr. corresponde ao galês Gwalchmei, <<gavião de Maio>> (Dauzat, F., s.v. Gauvain), mas, segundo Withycombe (s.v. Gawain), provém do al. ant. Gawin. Talvez com influência de Galganus, lat. medieval correspondente ao nome galês. Galvão<sup>2</sup>, apel. (Tel.). De Galvão<sup>1</sup>. Galvano em 1220 (Inq., p. 165). Segundo a G. Enc., s.v., este apel., teria chegado a Portugal no séc. XII. Galvão<sup>3</sup>, topônimo frequente no Brasil: Paraná, Santa Catarina, São Paulo. De Galvão<sup>1</sup> ou de Galvão<sup>2</sup>. Ver Galvões (Machado, 1984, p. 691) [...].

Há uma entrada para *Galvões* que, por sua vez, aparece como topônimo: “top. Alandroal, Santiago de Cacém, Vila Viçosa; no Brasil: Paraná, São Paulo. Alusão a pessoas de famílias daqueles locais com o apel. Galvão (q.v.)” (MACHADO, 1984, p. 691).

Encontramos *Garvão*<sup>2</sup>, “apel. (Tel.; G. Enc.-Bras., I, p. 932; D.N de 26-I-1978, p. 12) de Garvão<sup>1</sup>. No Brasil usou-o o poeta Eneias Garvão, nascido em 1862” (MACHADO, 1984, p. 700).

Nossa pesquisa em Machado (1984) pelo nome comum *carvão* resultou em uma entrada “Carvão apel. (Tel.; D.N. de 27-VIII-1977, p. 22; id. de 3-XI-1978, p. 15). Ant. alc. Do s.m. carvão. Carvom em 1220 (Inq. p.104)” (MACHADO, 1984, p. 364).

No dicionário de Corominas (1987), há uma entrada para *carvão*:

CARBÓN, 1220-50 Del lat. CARBO, – ONIS, id. DERIV. Carbonada ‘carne cocida picada, asada después en las ascuas’, 1517 ‘carne tierna en pedacitos sofrita com condimentos y mucho caldo’ amer., probablemente del it. carbonata id. Carbonario, del it. carbonaro id., propriamente ‘carbonero’. Carboncillo. Carbonear; carbôneo. Carbonero, fin S. XV; carbonera. Carbonilla. Carbonita. Carbonizar. h. 1500. Carbono, 1853; de aquí: carbinol; carbol; carbólico; carbonato; carbonatar; carbonatado; carbónico; 1832; carbónidos; carburo, 1865, carburar, -buración, -burador, -burante. CPT. Carbonífero. Carborundo. S. XX, del ingl. carborundum., 1893, provisto de la terminación de corundum, del mismo sentido y origen que el cast. corindón. Carbógeno. Carborundo, V. carbón.

Em Cunha (2010) consta a seguinte entrada para *carvão*:

Medieval: carvon | Substantivo — Séc. XIII, CSM, 84.44. A dona tornou por esto mais negra que un carvon. CSM: AFONSO X. Cantigas de santa Maria. Editado por Walter Mettmann. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972. v. 4. Texto do século XIII. [Citam-se, nas transcrições, os números da poesia e do verso, de acordo com o critério de numeração adotado pelo editor.]

No dicionário de Nascentes (1955): “CARVÃO — Do lat. carbone; esp. carbón, it. carbone, fr. charbon”.

### 7.2.3 Hipótese etimológica

Os estudos do léxico partem das palavras (vocábulos) e dos morfemas como unidades formais de análise, ou no plano da fonética, das interfaces de natureza morfofonológica, com a sílaba e os sons. No âmbito da teoria gramatical visam a investigar como acontecem a identificação e a combinação de unidades dentro do sistema linguístico, quer seja na fonologia, na morfologia ou na sintaxe. A Etimologia integra os estudos do léxico, é uma área do conhecimento situada nos estudos da linguagem. Viaro (2011) afirma que a Etimologia se apresenta como o estudo dos étimos e das origens, isto é, uma demonstração explicativa de como a palavra surgiu na língua de forma científica. As origens antecedem os étimos, que são a ocorrência mais imediata das palavras.

As definições dos dicionários descritivos e etimológicos são importantes para o conhecimento do percurso histórico da palavra, retornando ao *terminus a quo*, a sua primeira ocorrência. O *terminus a quo* será confrontado com as regras gramaticais da sincronia em que foi encontrado, assim como com os aspectos extralinguísticos específicos, para verificar a validade da hipótese etimológica em questão. Nos estudos etimológicos, é fundamental basear a pesquisa em fontes documentais, nas quais se encontra a primeira ocorrência da palavra na língua, o *terminus a quo*, validando a hipótese para o étimo. No caso de palavras arcaizadas, que não se usam mais, busca-se o *terminus ad quem*, que, ao contrário do *terminus a quo*, trata do último registro da palavra na língua (VIARO & BIZZOCHI, 2016).

Evidências de novas ocorrências não anulam leis e hipóteses anteriores; no entanto, apontam para a necessidade da revisão da explicação etimológica. Parte da análise etimológica consiste no inventário da incidência da palavra com base na data de escrita dos documentos,

por meio da datação e retroação (VIARO, 2011). É importante que haja uma comparação de usos da palavra com sincronias pretéritas para possibilitar a observação se o uso da palavra é condizente com o recorte temporal do documento (VIARO & BIZZOCHI, 2016).

Quanto à datação dos étimos e origens, há desafios como a dificuldade de documentação das línguas pela perda de grande parte dos registros da sua tradição escrita e pelo simples fato de algumas línguas serem ágrafas, transmitidas por registro oral (VIARO & BIZZOCHI, 2016). Além disso, a documentação de línguas ágrafas apresenta a possibilidade de intervenção da impressão individual do observador na sua sistematização e registro escrito.

Para situar esse conceito em nosso *corpus*, trazemos algumas datas. Em 1935, é documentada graficamente a forma *calvão*. Já *carvão* aparece em um mapa posterior ao ano de 1969, provavelmente confeccionado na década de 1970, devido ao fato de ser posterior à morte de um dos herdeiros.

A forma *Galvão* surge num documento oficial datado de 1981. Pode-se inferir que havia uma variação *carvão/calvão*, motivada pela troca comum na região de *r* por *l*. O *córrego do Carvão* é um ergotopônimo que está por trás da denominação do bairro, devido à presença, naquele lugar, de fornos para a produção de lenha, tendo como produto o carvão vegetal.

A pressuposta transformação que aconteceu com o topônimo *Quilombo Galvão* parece ter seguido o percurso *carvão > calvão > Galvão*. A transformação de [k] em [g] acontece por uma mudança fonológica chamada sonorização. Essas mudanças fonológicas são chamadas de metaplasmos nas gramáticas e obras relacionadas à descrição da língua portuguesa através do tempo, por meio de leis fonéticas, processos que atingem uma grande quantidade de palavras a partir de uma regra finita. Esse foi um fenômeno que aconteceu em palavras do latim para o português, como em latim *manĭca*, *ae > manga*. Dessa forma, o segmento assume o traço [+sonoro] pela vizinhança das sílabas. Como as vogais apresentam o traço [+sonoro], ele é assimilado pela consoante devido à posição dentro da sílaba e ao ambiente da sílaba dentro da palavra.

No caso *carvão > calvão > Galvão*, é difícil sustentar a posição de que houve uma sonorização nesse contexto, tendo em vista que esse fenômeno acontece em consoantes entre vogais, estando numa posição V (vogal) em sílabas como a seguinte configuração CV. CV. (consoante/vogal e consoante/vogal). É pouco provável que [k] > [g] em posição C1 em sílaba em posição inicial de palavra. Isso porque o silêncio que precede o segmento é surdo e, portanto, não influencia o segmento que inicia a palavra com uma sonorização. Mesmo a lei fonética que preconiza esse fenômeno, como no latim *cattus > português gato*, é considerada uma lei fonética fraca, dada a baixa ocorrência de casos dessa natureza em língua portuguesa (VIARO, 2013).

[k] é uma consoante oclusiva velar surda. Tendo em vista que todas as vogais, em língua portuguesa, apresentam o traço [+sonoro], o [k], que é [-sonoro] (ou surdo), torna-se [g], sua consoante correspondente no par mínimo [k]/[g].

A analogia é um mecanismo que explica a variação e as mudanças linguísticas. Ela se manifesta de diversas formas, como pela similaridade fonética, ortográfica ou semântica. Do ponto de vista fonético, a transcrição de *calvão* e *Galvão*, conforme o Alfabeto Fonético Internacional é, respectivamente, [kaw.'vãw] e [gaw.'vãw]. Como se nota, são bastante semelhantes e de alguma maneira pode ter havido analogia devido a essa semelhança fonética.

Do ponto de vista semântico, *Galvão* é um nome próprio e *carvão/calvão*, um nome comum. *Galvão* tem uma referência bem mais específica do que *carvão/calvão*, sendo um antropônimo comum no Brasil, na condição de apelido de família. Já *carvão/calvão* é um substantivo que tem referência aberta, apontando para um fenômeno de natureza tanto mineral como vegetal.

Presente em nosso *corpus*, o uso de *Valgem* em vez de *Vargem* é um fenômeno conhecido como lambdacismo. O contrário também pode ocorrer, como em *marvado* por *malvado*, o chamado rotacismo. No nosso caso, possivelmente aconteceu uma hipercorreção de *calvão* em *Galvão*, por parte de um agente público, externo à comunidade, que interpretou a forma *Calvão* [kaw.'vãw], produzida pela população local, como *Galvão* [gaw.'vãw], oficializando o nome *Galvão* junto ao Estado. É por esse motivo que afirmamos anteriormente que a transformação fonética natural de *carvão* em *Galvão* era suposta, uma vez que não se confirmou.

Esse fenômeno pode ter muitas explicações, dentre as quais o fato de o falante ou escrevente querer demonstrar para o seu interlocutor que domina as regras da norma-padrão da língua portuguesa, embora de uma forma que generalize casos em que essa norma não se aplique. É uma espécie de analogia extrapolada em casos em que a abstração e emprego desse padrão abstraído não são cabíveis.

É imprescindível uma perspectiva crítica em relação aos mecanismos de nomeação que não são espontâneos, aqueles vinculados diretamente ao denominador e às circunstâncias originais que condicionaram a denominação primitiva. Em confronto à denominação espontânea, a oficialização de topônimos por meio de leis é, na maioria das vezes, reveladora das intenções ideológicas (ou econômicas) de determinado grupo politicamente dominante, ocasionando conflitos em alguns casos.

Em toponímia, podemos observar que o nome original, vinculado diretamente ao denominador, nasce de maneira espontânea em confronto ao registro oficial de um nome por

meio de leis, fruto da organização centralizada do Estado. Muitas vezes, o topônimo imposto pela lei desconsidera as diversas camadas, materiais e imateriais, das quais se constitui um espaço. Camadas marcadas por uma sucessão de acontecimentos, eventos e fatos que podem ser nomeados e renomeados pelo sistema linguístico do falante. Sistema que não é estanque — fatores socioculturais, ambientais ou naturais podem determinar mudanças de sentido e provocar alterações que têm como agente de mudanças o próprio homem. As alterações podem ser observadas pelos estudos toponímicos numa perspectiva diacrônica, quando analisamos as cartas geográficas, os documentos básicos e as fontes primárias de estudo dos fenômenos toponímicos, pela sucessão de mudanças linguísticas que ocorrem ao longo do tempo.

Assim, considerando-se o momento sincrônico de análise, buscam-se outros planos de apreensão do objeto pesquisado, em épocas anteriores, recuperando-se um *continuum* denominativo daquela nomenclatura. Muitas vezes ocorre a cristalização semântica dos topônimos, ou seja, a sua persistência mesmo quando os elementos que o compõem deixaram de ser facilmente identificáveis. Em outros casos, o registro oficial de um topônimo em cartas, mapas ou por meio de leis não é o referido pela população usuária do espaço. Em resumo, é necessária a intenção de interpretar as mudanças de sentido para decifrar significados ocultos dos elementos constituintes de um nome de lugar.



## 8 DISCUTINDO O MÉTODO

Carvalhinhos (2008, p. 71-92) esclarece que a toponímia “é a articulação crítica do nome em relação a três fatores: o **homem** que o produz, dentro de determinada cultura (de acordo com sua cosmovisão), situado em determinado **espaço** e em certa **temporalidade**. Somente enquadrando o topônimo neste tripé é possível compreendê-lo e interpretá-lo como realmente é, e não apenas como componente de uma ‘lista de nomes seguida do provável significado (DICK, 1992)’ (negritos nossos).

Há dois principais métodos mais comumente usados em estudos toponímicos pelo mundo. O modelo dos campos semânticos ou taxonomias toponímicas é bastante utilizado, e foi Dick (1980, publicado pelo Arquivo do Estado em 1990) quem desenvolveu o modelo brasileiro que estabelece 11 taxes de natureza física e 16 taxes de natureza antropocultural. O modelo criado apresenta a adoção de um prefixo greco-latino adicionado ao termo *topônimo*, que permite considerar as motivações dos nomes e definir as classes onomásticas - é calcado em modelos já utilizados no exterior naquela época e anteriormente. Por outro lado, a escola que parte dos estudos de George R. Stewart (1954)<sup>46</sup> ensina que mais relevante que o produto em si é o mecanismo de nomeação.

Há maneiras distintas de conduzir as pesquisas toponímicas. Podemos concentrar esforços investigativos em hipóteses etimológicas — o significado e a origem dos topônimos, como nos estudos sobre os topônimos Quilombo Galvão e Córrego Arre Lá que apresentamos — ou investigar os topônimos de uma região, examinando os padrões desses nomes.

É comum na pesquisa toponímica contrastar os níveis micro e macro, ou seja, entre o exame de um caso e a análise-padrão dos casos. No paradigma de pesquisa científica, o contraste é mais comumente expresso, em termos gerais, como pesquisa quantitativa e qualitativa (TENT, 2015, p. 65-74).

Podemos chamar de pesquisa quantitativa a que investiga os dados de forma numérica, como, por exemplo, a quantidade de topônimos por categorias que lhes deram origem, como a flora, a fauna, a natureza do solo, a história, a religião, dentre outros, ou a quantidade de genéricos para nomear os corpos d’água, por exemplo. Conforme Tent (2015, p. 65-74), o método quantitativo investiga empiricamente os dados de forma numérica, por meio de técnicas estatísticas, matemáticas ou computacionais, e requer técnicas específicas na tentativa de

---

<sup>46</sup> George R. Stewart foi fundador da American Names Society (ANS) e 1954 é a data de publicação do primeiro artigo em que propõe mecanismos de nomeação, publicado na revista **Names**.

descobrir significados e padrões de relacionamento subjacentes, incluindo classificações dos tipos de fenômenos e entidades.

A pesquisa qualitativa visa a reunir uma compreensão aprofundada de um determinado fenômeno ou caso. Esse método investiga e tenta responder o porquê, o quê, o onde, o quando, o como — de um único caso ou de uma pequena amostra. Afinal, cada topônimo tem uma história, ou seja, o nome foi dado por alguém em determinado momento e por um motivo específico e, às vezes, pode ser alterado. As conclusões tiradas de tal estudo não podem ser generalizadas, apenas suportam proposições ou hipóteses. Os resultados da pesquisa qualitativa são frequentemente acompanhados por uma avaliação quantitativa, a fim de encontrar suporte empírico para hipóteses.

Para analisarmos como alternativas de abordagem de estudos toponímicos podem contribuir para melhor compreensão dos aspectos sociais das dinâmicas da paisagem e da apropriação humana na constituição de seus territórios, nosso trabalho buscou não apenas coletar e registrar dados primários das cartografias históricas impressas, mas propõe uma metodologia que permita complementar estudos de leitura da paisagem por meio de resultados quantitativos dos topônimos, derivados de programação matemática, a partir da identificação sistematizada de padrões tais como concentração, dispersão, recorrência, intersecção e variações ao longo do tempo e espaço.

Tratando-se de um sistema computacional, o tratamento dos dados é uma etapa fundamental para possibilitar resultados confiáveis. Os dados foram divididos em três grupos principais:

1. informações sobre a fonte, tais como documento, tipo de documento, data, fonte, dentre outros.
2. informações sobre o topônimo, identificação dos termos genéricos, termos específicos e filiação linguística.
3. codificação relacionada à análise da taxonomia toponímica.

Foram coletados 4355 topônimos, do total, nós identificamos 1134 topônimos de filiação linguística indígena. A dimensão do acervo impossibilitou um estudo capaz de proporcionar uma classificação do sintagma toponímico dos topônimos de origem indígenas, com o rigor científico necessário, em decorrência da amplitude e complexidade que esse campo de investigação exige. Pelo exposto ressaltamos que os topônimos de origem indígena foram identificados e coletados, porém não foram analisados e interpretados.

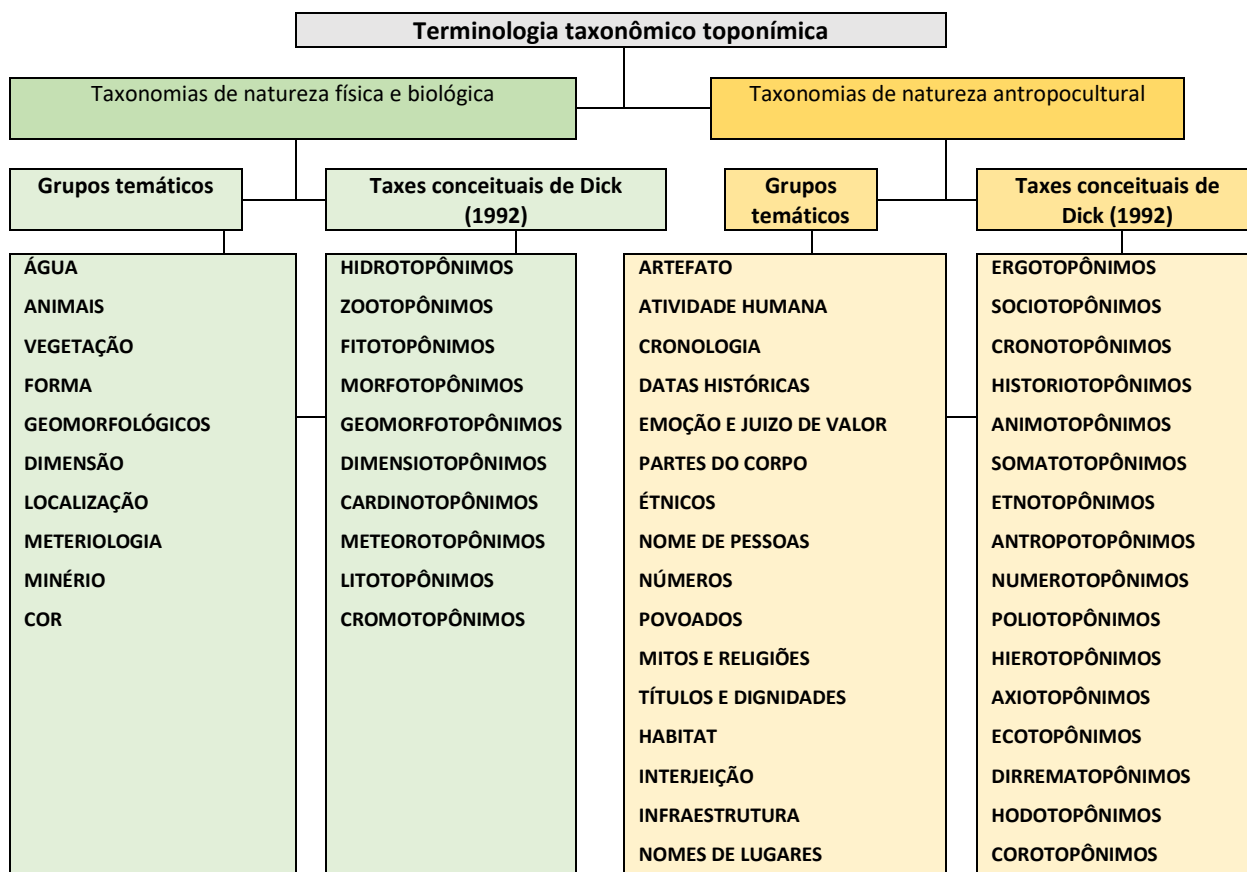
Tabela 1: total de topônimos coletados em documentos pessoais

AUTOR	CARTA DE ADJUDICAÇÃO 1869	BORRADORES 1890 - 1896	BORRADORES 1988	BORRADORES 1947	DOCUMENTO DE POSSE 1948	LENDAS S/D	MEMÓRIAS SD	TOTAL
ANTONIO JULIO				361				361
CAP. JOSÉ JULIO DA SILVA		235	56					291
ISMAEL JULIO					12			12
JUÍZO DE ÓRFÃOS DA VILLA DE XIRIRICA	7							7
LUIZ NESTLEHNER						117	281	398
TOTAL GERAL	7	235	56	361	12	117	281	1069

Fonte Tabela 1: desenvolvida pela autora com base dos dados coletados

Na folha topográfica de Itapetininga, a coleta foi realizada digitalmente. Em seguida, organizamos as informações em grupos distintos relacionados às informações cartográficas, características dos topônimos, identificando seu termo genérico e específico, assim como os nomes próprios de pessoas. Para melhor possibilidade de cruzamento de dados, desenvolvemos uma classificação baseada na natureza de sua origem — antropocultural e física — e classificação em subcategorias relacionadas na proposta conceitual de Dick (1992).

Figura 53: subgrupos principais relacionados ao mundo geofísico e humano baseado nas considerações de Dick



Fonte 53: desenvolvida pela autora baseada em Dick (1992)

Essa subdivisão possibilitou desenvolvermos algumas análises temáticas como demonstraremos a seguir. Vale ressaltar que para resultados absolutos é necessário aprofundar a análise dos topônimos relacionados a nomes indígenas. O instrumento também permite a criação de novas variáveis de acordo com a necessidade e interesse do pesquisador.

*Tabela 2: relação dos documentos nos quais ocorreram a coleta e a análise de dados*

<b>Documentos utilizados:</b>	
1-	Borrador s/n.º do Capitão José Julio da Silva — datado de 1890 a 1896 — 488 fólios;
2-	Borrador n.º 24 do Capitão José Julio da Silva — datado de 1899 a 1900 — 180 fólios;
3-	Borrador s/n.º de Antonio Julio da Silva — datado de 1947 a 1969 — 194 fólios;
4-	Documentos relativos à posse de terra e imóveis — datados de 1869 a 1950, pertencentes ao Capitão José Julio da Silva, Antonio Julio da Silva, Ismael Julio da Silva — 84 fólios;
5-	Memórias, croquis e anotações de Luiz Nestlehner — datados de 1928 a 1970;
6-	Ofícios diversos e Posturas Municipais de Iporanga — datados de 1894 a 1930;
7-	Certidões de nascimento, casamento e óbito;
8-	Carta do Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, folha topográfica de Iguape, edição Comemorativa do IV Centenário de 1954 — escala 1:250.000;
9-	Carta do Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, folha topográfica de Itapetininga, edição Comemorativa do IV Centenário de 1954 — escala 1:250.000
10-	Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo: Exploração do rio Ribeira de Iguape — São Paulo, Typographia Brazil de Rothschild & Co. 2ª edição, 1914. (PP 1 – 24 e estampas: I, II, III, IV, V e VI da planta do rio Ribeira de Iguape e seus afluentes de 1908 — escala 1:50.000;
11-	Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo. Planta de Sorocaba, Itapetininga, Bury, Faxina, Itaporanga, Sete Barras, Capão Bonito, Ribeirão Branco e Itararé. Typographia Brazil de Rothschild & Co. S. Paulo. Edição provisória, 1927 - escala 1:100.000.

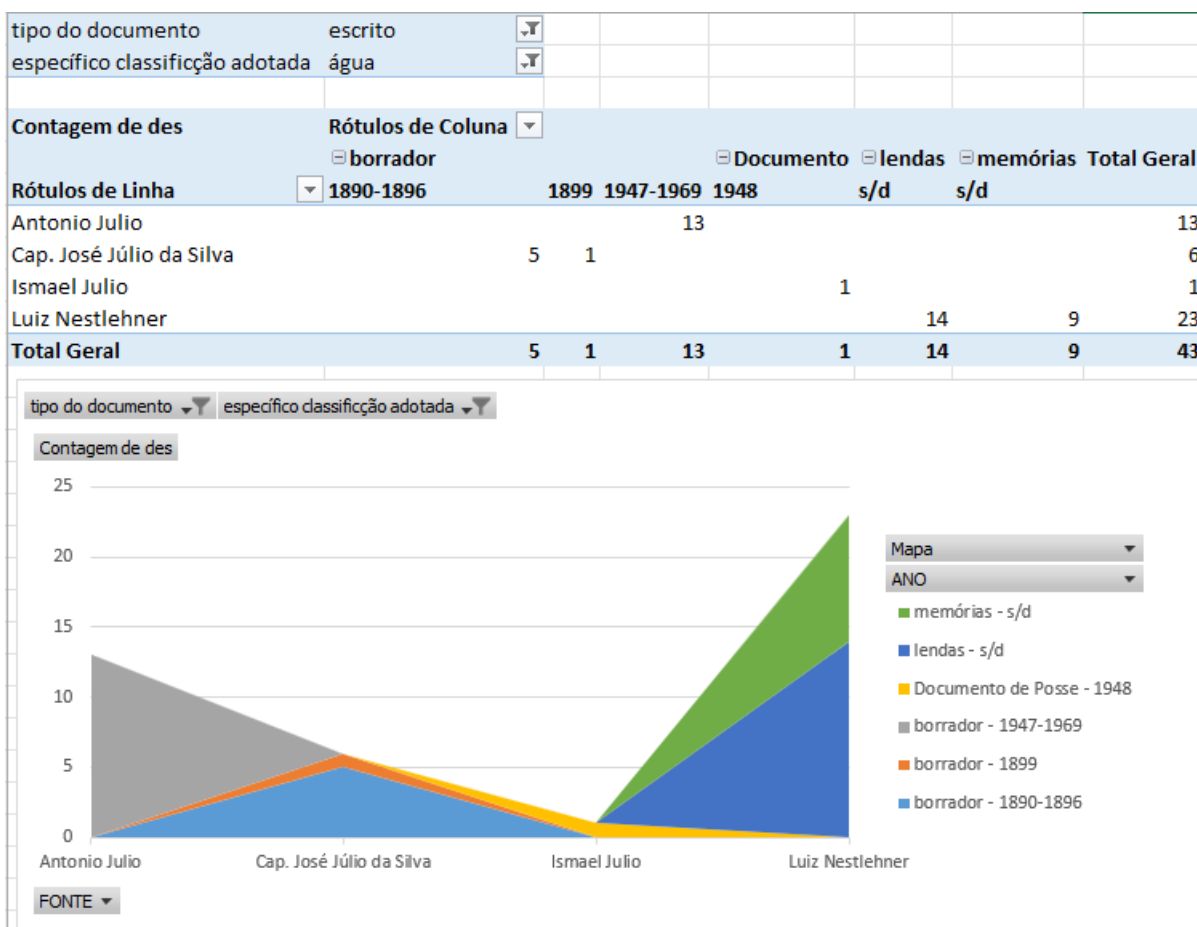
*Fonte Tabela 2: desenvolvida pela autora*

Com a organização dos dados em um instrumento para análise computacional, aplicamos análise de dados estatísticos que permitiram observar por meio da contagem, sobreposição e interseção das variáveis alguns padrões existentes no território estudado. As possibilidades de aplicação do instrumento não foram completamente exploradas, mas demonstraremos alguns resultados possíveis a partir da análise de quatro cartas históricas, borradores e diários pessoais.

Figura 54: imagem ilustrativa da organização e tabulação de dados coletados

Fonte 54: desenvolvida pela autora

Figura 55: demonstração do método e cruzamento de dados da ocorrência de topônimos cujo termo específico está relacionado a água, por fonte, tipo de documento (gráfico ou escrito), ano e autor



Fonte 55: desenvolvida pela autora



## 8.1 Demonstração do método

Algumas considerações iniciais são importantes para podermos melhorar o entendimento dos dados resultantes. Primeiramente, as cartas publicadas em anos distintos têm dimensões distintas, e algumas áreas sobrepõem-se às outras, o que impossibilita uma comparação quantitativa da dimensão territorial global do material analisado; mesmo assim, podemos identificar alguns padrões e relações interessantes entre a toponímia e o seu território, em termos de aspectos físicos e culturais ao longo da história.

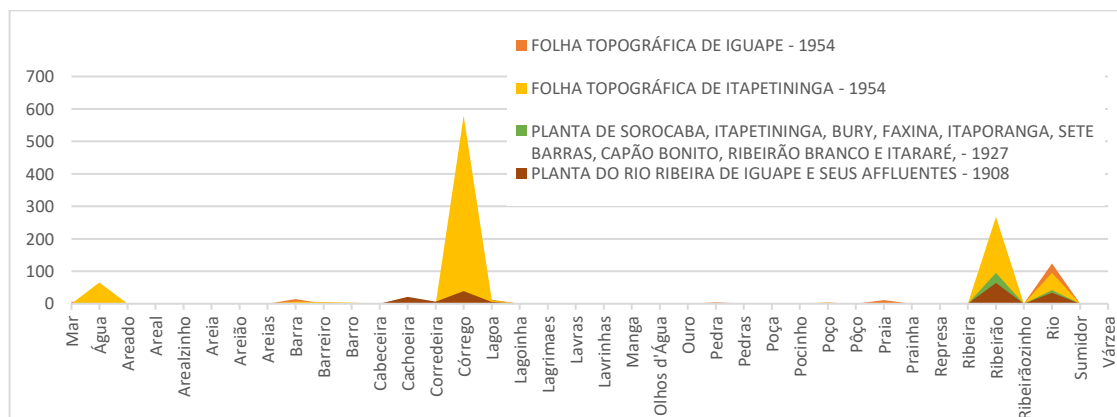
Tabela 3: total de topônimos coletados por ano e fonte

Rótulos de Linha	1869	1890-1896	1899	1908	1927	1947-1969	1948	1954	s/d	Total
Borrador		235	56			361				652
Carta de Adjudicação	7									7
Documento de Posse							12			12
FOLHA TOPOGRÁFICA DE IGUAPE								736		736
FOLHA TOPOGRÁFICA DE ITAPETININGA								1602		1602
lendas									117	117
memórias									281	281
Planta de Sorocaba, Itapetininga, Bury, Faxina, Itaporanga, Sete Barras, Capão Bonito, Ribeirão Branco e Itararé,					378					378
Planta do Rio Ribeira de Iguape e seus Affluentes				570						570
<b>Total Geral</b>	<b>7</b>	<b>235</b>	<b>56</b>	<b>570</b>	<b>378</b>	<b>361</b>	<b>12</b>	<b>2338</b>	<b>398</b>	<b>4355</b>

Fonte Tabela 3: desenvolvida pela autora

O número de topônimos relacionado aos cursos d'água (1809 nomes) é equivalente a 55, 05% do total coletado, apenas, em cartas e mapas (3286 nomes), excluindo o restante dos documentos. *Córrego*, *Ribeirão*, *Rio* e *Água* são os mais recorrentes dentre os termos genéricos relacionados.

Figura 56: ocorrência de termos genéricos relacionados a corpos d'água nas representações cartográficas



Fonte 56: desenvolvida pela autora

O instrumento possibilita averiguar a ocorrência de alguns topônimos em cartas distintas ou na mesma carta. Dentre os mais frequentes, observamos que na Folha de Itapetininga corpos d'água eram designados com maior frequência para orientação espacial, tais como *Córrego da Divisa* e *Córrego do Meio*. De acordo com a taxonomia proposta por Dick, os topônimos relacionados às posições geográficas são identificados como cardinotopônimos. A análise computacional demonstra que a Folha de Itapetininga de 1954 tem maior número de cardinotopônimos, um total de 29 de 43 existentes em todo o documento. Entretanto, nenhum cardinotopônimo foi identificado na Planta do rio Ribeira de Iguape de 1908. Essa concentração dos topônimos com objetivos espaciais demonstra transformações históricas e sociais das dinâmicas no território logo após a marcha para o Oeste paulista.

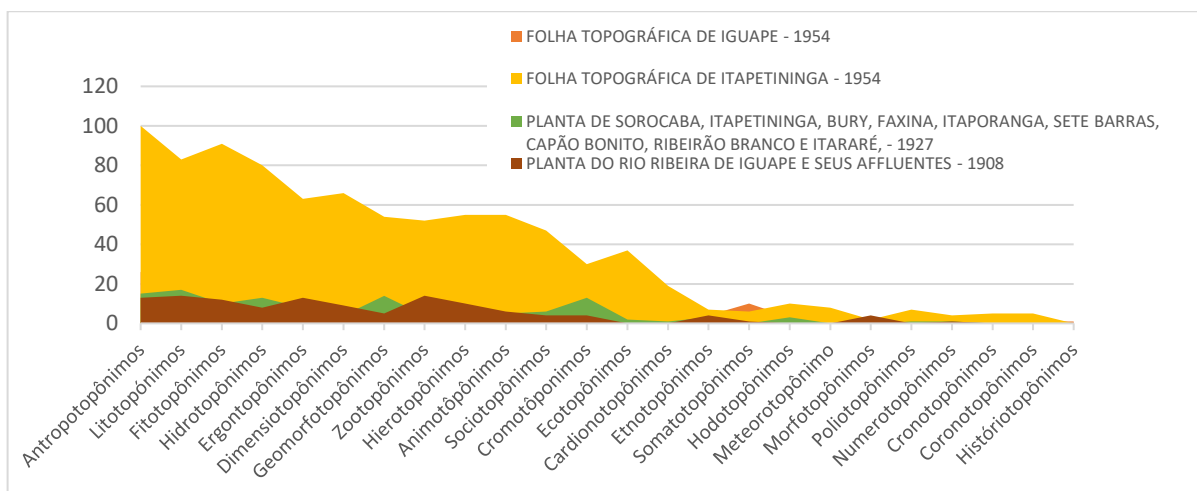
*Tabela 4: listagem dos 20 topônimos mais recorrentes relacionados a corpos d'água*

RÓTULOS DE LINHA	FOLHA TOPOGRÁFICA DE IGUAPE 1954	FOLHA TOPOGRÁFICA DE ITAPETININGA 1954	PLANTA DE SOROCABA (...) 1927	PLANTA DO RIO RIBEIRA (...) 1908	TOTAL GERAL
RIBEIRÃO GRANDE	3	5	2	3	13
RIO VERDE	2	7	2		11
CÓRREGO DA DIVISA		8			8
RIO PARANAPANEMA		6	1		7
RIO TURVO	3	2	1	1	7
RIBEIRÃO PONTE ALTA		3	3		6
RIBEIRÃO BRANCO		2	4		6
CÓRREGO LAJEADO	1	5			6
CÓRREGO DAS PEDRAS	2	4			6
RIO ITARARÉ		3	2		5
RIO NOVO		5			5
RIBEIRÃO VERMELHO	2	1	2		5
RIO TAQUARI	1	4			5
RIO DAS ALMAS		3	2		5
RIBEIRÃO DO LAJEADO		5			5
LAGOA		4	1		5
RIBEIRÃO BONITO		5			5
CÓRREGO DO MEIO	1	4			5
CÓRREGO DA ESTIVA	1	4			5

*Fonte Tabela 4: desenvolvida pela autora*

Ao cruzarmos os dados dos termos genéricos relacionados aos corpos d'água com seus motivadores (estrato do ambiente), observamos de modo geral a prevalência numérica relacionada na seguinte sequência: 1º) nomes de pessoas, 2º) mundo mineral, 3º) mundo vegetal, 4º) mundo hídrico, 5º) mundo material e as condições das dimensões de seus lugares. De todos os motivadores relacionados às condições geológicas, 85% dão nomes a corpos d'água. Reduzindo a escala, de modo singular, é possível constatar que a variação da ocorrência dos diferentes motivadores toponímicos diverge de região para região. Em proporção, na região de Iguape, a relação dos corpos d'água com a extração mineral é recorrente, enquanto na região de Itapetininga os nomes próprios (antropônimos) aumentaram consideravelmente.

Figura 57: relação dos nomes de corpos d'água e motivação toponímica



Fonte 57: desenvolvida pela autora

Tabela 5: relação dos nomes de corpos d'água e motivação toponímica

	FOLHA TOPOGRÁFICA DE IGUAPE 1954	FOLHA TOPOGRÁFICA DE ITAPETININGA 1954	PLANTA DE SOROCABA, (...) 1927	PLANTA DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE E SEUS AFLUENTES (...) 1908	TOTAL GERAL
ANTROPOTOPÔNIMOS	26	100	15	13	154
LITOTOPÔNIMOS	36	83	17	14	150
FITOTOPÔNIMOS	26	91	10	12	139
HIDROTOPÔNIMOS	31	80	13	8	132
ERGONTOPÔNIMOS	33	63	8	13	117
DIMENSIOTOPÔNIMOS	27	66	4	9	106
GEOMORFOTOPÔNIMOS	17	54	14	5	90
ZOOTOPÔNIMOS	18	52	4	14	88
HIEROTOPÔNIMOS	10	55	4	10	79
ANIMOTÔPÔNIMOS	5	55	5	6	71
SOCIOTOPÔNIMOS	12	47	6	4	69
CROMOTÔPONIMOS	21	30	13	4	68
ECOTOPÔNIMOS	4	37	2		43
CARDIONOTOPÔNIMOS	7	19	1		27
ETNOTOPÔNIMOS	4	7	3	4	18
SOMATOTOPÔNIMOS	10	6		1	17
HODOTOPÔNIMOS	3	10	3		16
METEOROTOPÔNIMO	2	8			10
MORFOTOPÔNIMOS	3	2		4	9
POLIOTOPÔNIMOS	1	7	1		9
NUMEROTOPÔNIMOS	2	4	1	1	8
CRONOTOPÔNIMOS	2	5			7
CORONOTOPÔNIMOS	1	5			6
HISTÓRIOTOPÔNIMOS	1				1
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>302</b>	<b>886</b>	<b>124</b>	<b>122</b>	<b>1434</b>

Fonte Tabela 5: desenvolvida pela autora

Restringindo o trabalho às cartas da região de Iguape, podemos constatar uma maior ocorrência de topônimos de corpos d'água relacionados a minérios. Dos 34 topônimos de corpos d'água, 15 são relacionados à mineração de ouro, tais como Córrego das Larvas, Córrego Ouro Fino, Ribeirão do Ouro Grosso. De toda a região de Iguape, 13 de 15 dos referidos topônimos estão localizados nas folhas cartográficas que compreendem os atuais municípios de Eldorado, Iporanga e Apiaí. Os dados computadorizados demonstram que a ocorrência majoritária de litotopônimos na região relacionava-se com a extração aurífera.

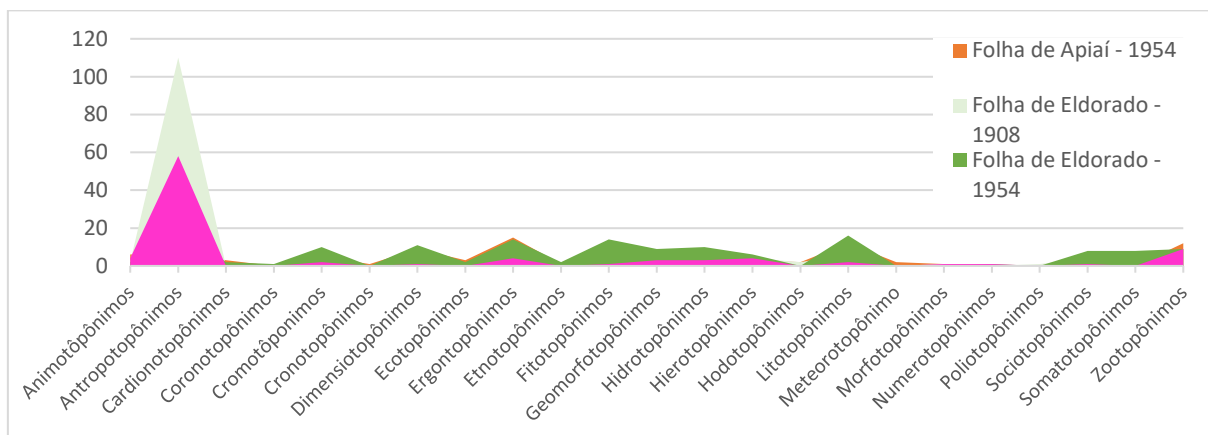
*Tabela 6: ocorrência de topônimos relacionados a aspectos geológicos nas folhas de Iporanga, Eldorado e Apiaí*

FOLHA TOPOGRÁFICA DE IGUAPE (1954)			PLANTA DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE (...) 1908		
	FOLHA DE APIAÍ	FOLHA DE ELDORADO	FOLHA DE ELDORADO	FOLHA DE IPORANGA TOTAL	
CÓRREGO DAS LAVRAS	1	1		1	3
RIBEIRÃO AREADO	1	1			2
RIBEIRÃO DAS PEDRAS	1			1	2
LAVRAS		1			1
RIBEIRÃO LAVRAS		1			1
RIBEIRÃO BARREIRO		1			1
BARREIRO		1			1
CÓRREGO PEDREIRA		1			1
CACHOEIRA DAS LAVRAS	1				1
MORRO DO OURO	1				1
CORREDEIRA LAVRINHA	1				1
RIBEIRÃO DO OURO FINO DE CIMA			1		1
CÓRREGO AREADINHO			1		1
USINA DE CHUMBO	1				1
CÓRREGO DA AREIA PRETA		1			1
CÓRREGO SALITRE	1				1
CÓRREGO DA MINA		1			1
MINA DE FERRO E APATITA		1			1
CÓRREGO DA PEDRA		1			1
AREIA PRETA		1			1
RIBEIRÃO DAS LAVRINHAS	1				1
BAIXIO DO OURO LEVE			1		1
AREIA BRANCA	1				1
RIBEIRÃO DO AREADO	1				1
RIBEIRÃO DO AREADO GR.			1		1
CÓRREGO DAS PEDRAS		1			1
RIBEIRÃO DO OURO GROSSO			1		1
CÓRREGO DO OURO FINO			1		1
RIO DAS PEDRAS	1				1
CÓRREGO OURO GROSSO		1			1
AREADO		1			1
CÓRREGO PEDRA PRETA		1			1
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>12</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>36</b>

Fonte Tabela 6: desenvolvida pela autora

De 604 topônimos coletados nas folhas de Eldorado, Iporanga e Apiaí, observamos, explorando os termos específicos desse recorte territorial, a predominância de topônimos motivados por nomes de pessoas (32,45%). Nas mesmas folhas foram identificados 15,73% de topônimos de filiação linguística de origem indígena. Enfatizamos que não aprofundamos a pesquisa sobre as palavras indígenas especificamente, mas esse é um passo necessário para melhor interpretação das dinâmicas de apropriação e apreensão da paisagem local, uma das áreas de colonização mais antiga do Brasil.

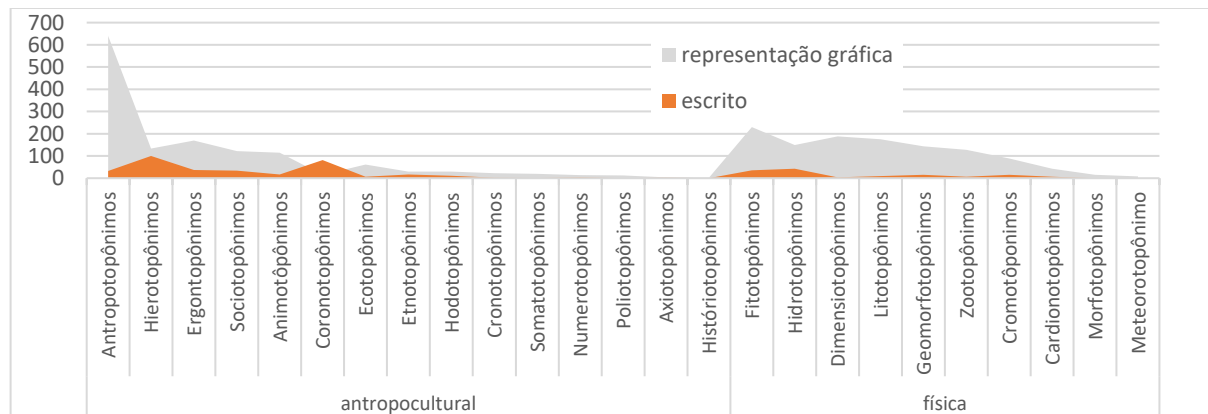
Figura 58: frequência de topônimos por classificação taxonômica nas folhas de Iporanga, Eldorado e Apiaí



Fonte 58: desenvolvida pela autora

Ao compararmos esses topônimos com os coletados em materiais de representação gráfica (cartas e mapas) e documentos particulares (cartas, borradores, escrituras, dentre outros), podemos observar algumas mudanças no padrão de ocorrência. Os documentos pessoais demonstram maior número de hierotopônimos e corotopônimos, assim como fitotopônimos e hidrotopônimos.

Figura 59: frequência de topônimos por classificações taxonômicas em material gráfico impresso e escrito

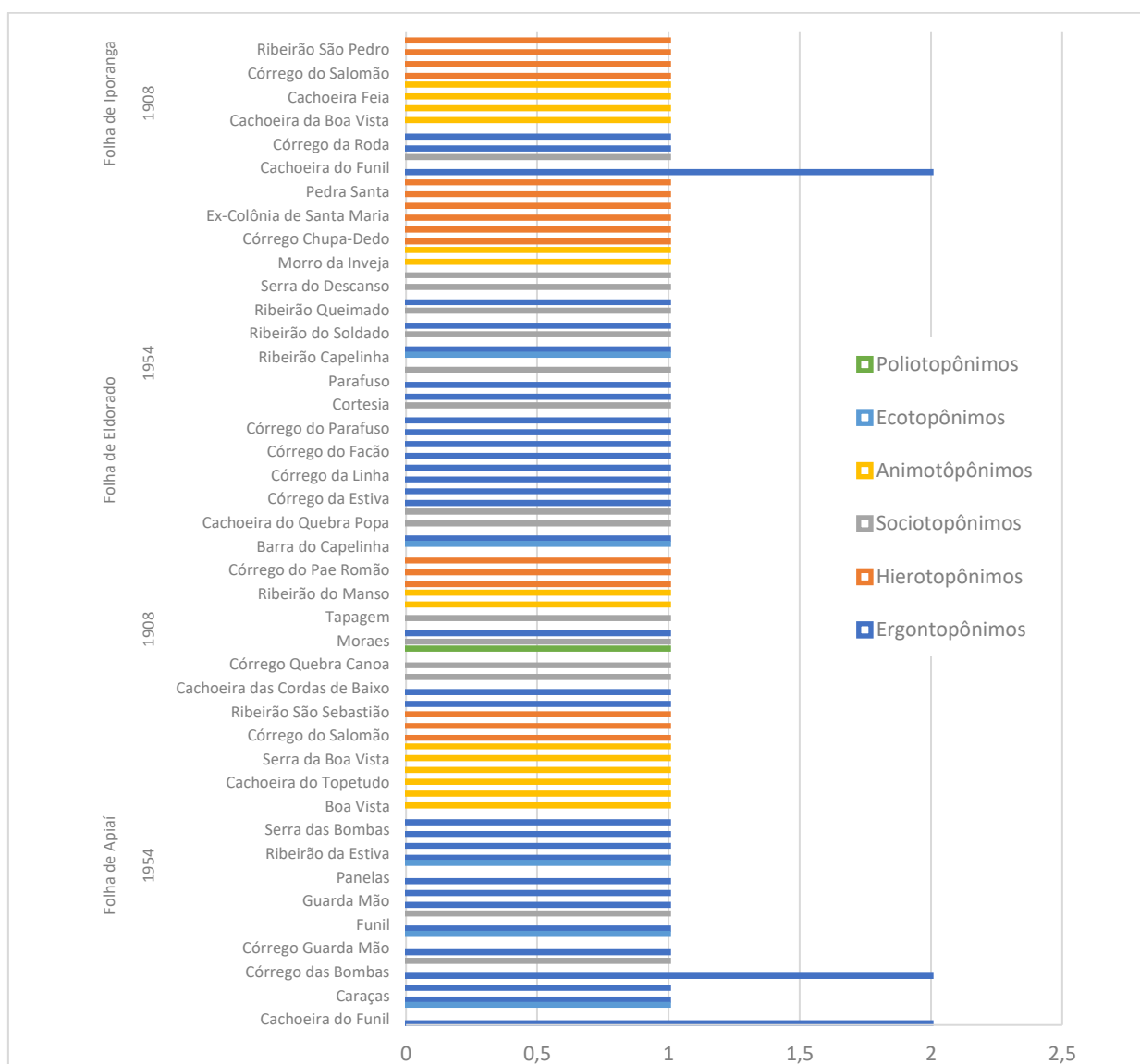


Fonte 59: desenvolvida pela autora



No universo dos topônimos antropoculturais do território do Vale do Ribeira, os mais recorrentes são os relacionados a nomes de pessoas, seguidos dos ergotopônimos, hierotopônimos e somatotopônimos. Ao excluirmos topônimos de origem indígena e antropônimos, observamos uma mudança no padrão de ocorrência nas cartas de 1908 e 1954. As folhas de 1954 apresentam maior proporção de ergotopônimos e somatotopônimos do que as de 1908, que concentram maior ocorrência de animotopônimos e hierotopônimos.

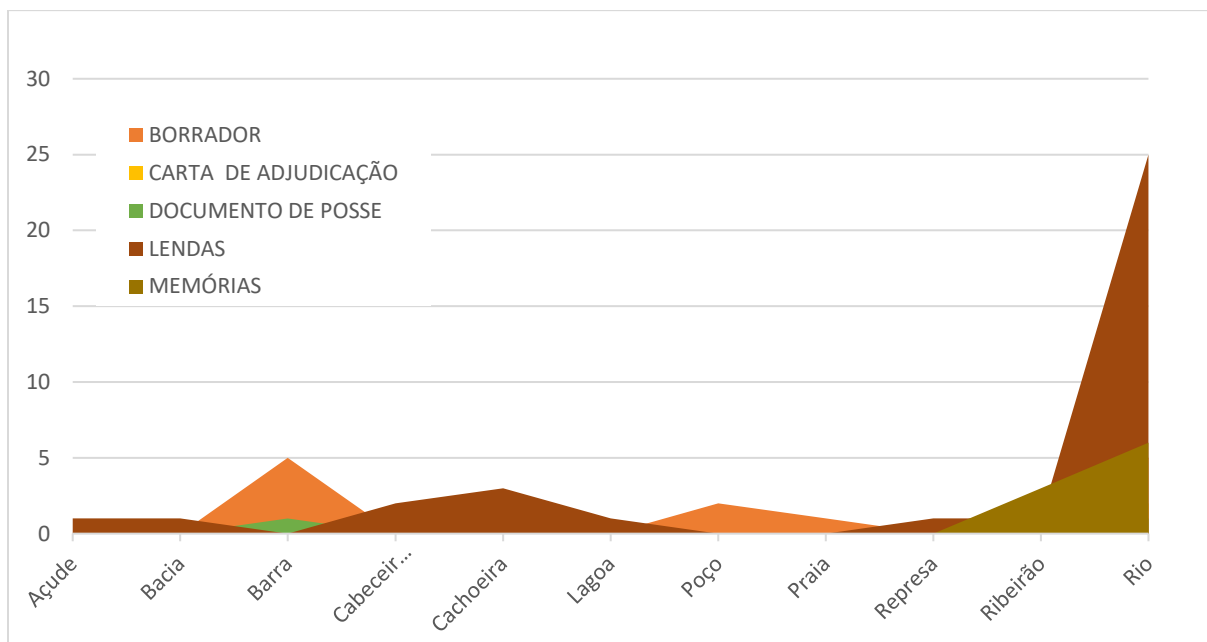
Figura 60: ocorrência de topônimos antropoculturais nas folhas de Eldorado, Iporanga e Apiaí



Fonte 60: desenvolvida pela autora

Ao analisarmos os topônimos citados nos documentos pessoais, observamos uma mudança no padrão da ocorrência dos termos genéricos relacionados a água. A maior recorrência dos rios nos livros de lendas demonstra a ligação do imaginário coletivo com os corpos d'água locais. Os borradores ressaltam a importância das barras de rios para o comércio, local de agrupamento, referência espacial e via de entrada para o sertão.

Figura 61: topônimos relacionados a água dos documentos pessoais escritos



Fonte 61: desenvolvida pela autora

É interessante observar que, por meio da análise das ocorrências dos topônimos relacionados a água, conseguimos dimensionar a territorialidade de cada documento. Nos documentos de posse e propriedade, os topônimos relacionados aos corpos d'água são usados como demarcadores de fronteiras territoriais, enquanto no borrador do comércio, demonstram as conexões comerciais que extrapolam inclusive o Estado de São Paulo, chegando ao Rio de Janeiro. Nos relatos das Memórias e Lendas, os topônimos trazem perspectivas inter-regionais, com a citação de Ribeirão Preto, enquanto nas lendas nota-se uma clara concentração da narrativa na sub-bacia do Rio Pilões.

Tabela 7: número de ocorrência de topônimos relacionados a água coletados nos documentos pessoais

NOMES DE CORPOS D'ÁGUA	CADERNETA DE COMPRA E VENDA	CARTA DE ADJUDICAÇÃO	DOCUMENTO DE POSSE	LENDAS	MEMÓRIAS	TOTAL GERAL
RIO PILÕES	1			8		9
RIO DOS MORTOS				4		4
RIO RIBEIRA				2	2	4
RIO DE JANEIRO	2				2	4
RIO PARDO	1			2		3
RIBEIRÃO PRETO					3	3
RIO CLARO				2		2
BARRA DO AREADO	2					2
CACHOEIRA DO CARACOL				2		2
RIO RIBEIRA DE IGUAPE			1		1	2
RIBEIRÃO DOS PILÕES	2					2
RIO DAS MORTES				1		1
RIO RENO					1	1
RIO IVAPURUNDUVA				1		1
LAGOA				1		1
BARRA DOS PILÕES	1					1
POÇO GRANDE	2					2
CABECEIRA DO PEDRO CUBAS				1		1
RIO PEDRO CUBAS				1		1
PRAIA GRANDE	1					1
CACHOEIRA DO NHUNGUARA	1					1
REPRESA				1		1
RIO DA MORTE				1		1
BACIA DO RIO DA PRATA				1		1
BARRA PILÕES	1					1
RIO TURVO				1		1
RIO GRANDE				1		1
BARRA DOS PILÕES	1					1
CABECEIRAS DO FAXINAL				1		1
RIO (RIBEIRA)				1		1
BARRA DE UM CÓRREGO			1			1
RIO ABAIXO		1				1
CACHOEIRA DO FUNIL				1		1
RIO ACIMA		1				1
RIO BATATAL	1					1
AÇUDE				1		1
RIBEIRÃO FARTO				1		1
TOTAL GERAL	16	2	2	35	9	64

Fonte Tabela 7: desenvolvida pela autora

## 8.2 Sobre o instrumento

A quantidade de informações que um topônimo pode carregar demonstra ao leitor a complexidade enfrentada pelo toponimista não apenas quanto à sua pesquisa, mas também quanto à sua formação como pesquisador, já que a própria essência da disciplina o leva a deparar-se com problemas de solução complexa, exigindo inovação teórica, epistemológica e metodológica, além de uma interdisciplinaridade que produz uma grande quantidade de dados a serem interpretados a partir de múltiplos ângulos e perspectivas.

Durante nossa pesquisa, coletamos 4.355 topônimos em variadas fontes, de modo que o cruzamento de dados de forma manual seria muito difícil. A pesquisa toponímica em específico e a pesquisa em geral sempre estão dinamicamente em movimento e constante atualização, e, por conta dessa dinâmica que possibilita novos empreendimentos, resolvemos criar um instrumento capaz de permitir o manuseio dos dados dos topônimos e suas variáveis de forma mais eficiente.

O instrumento demonstrou-se promissor por apontar novos caminhos e arranjos na composição dos estudos toponímicos, por sinal, avançando em outras áreas do conhecimento, como nos estudos da paisagem, que incluem o território, a dimensão do espaço físico, a transformação e a apropriação do espaço ao longo do tempo por meio de diferentes processos de construção e reconstrução da paisagem. Além do seu aspecto identitário de lugar, o topônimo resulta da criação do espaço pelo homem e, nesse sentido, é importante elemento a proporcionar pistas a quem busca entender de forma mais aprofundada as dinâmicas do território, como os geógrafos, urbanistas, planejadores territoriais, paisagistas, arquitetos, tomadores de decisão e gestores públicos, dentre outros.

Dessa maneira, o instrumento computacional fortalece a capacidade de pesquisa, ampliando e potencializando os topônimos como peças fundamentais para a compreensão da história da paisagem e da relação do homem com o lugar. O instrumento permite análises em diversas escalas. Vale ressaltar que as suas possibilidades ainda não foram completamente exploradas; entretanto, o instrumento proporciona uma abordagem multiescalar.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem nomeia o território que utiliza desde o início do processo civilizatório, principalmente para orientar-se em seus caminhos ou demarcar seu espaço, sua posse, seu domínio, como nos topônimos presentes em nosso corpus - Sítio do Castelhana, Ribeirão dos França, Ribeirão João Luiz. Muitos são descritivos da própria natureza do espaço, tais como Nove Ilhas, Córrego Comprido, Córrego do Descalvado, Córrego do Tijuco, Cachoeira do Caracol, Cachoeira do Funil. Entretanto, há aqueles que transmitem a história do lugar - Córrego do Ouro Grosso, Córrego do Ouro Fino, Córrego Lavrinha, Ribeirão da Lavra, Ribeirão das Catas, por exemplo, são topônimos criados durante o Ciclo do Ouro, que se iniciou no século XVI e se estendeu até o final do século XVIII no Vale do Ribeira, com algumas recorrências durante o XIX, o século da rizicultura, dos canaviais, da criação de porcos, dos engenhos e da intensificação das viagens comerciais de tropas e canoas. Ocorrências registradas em Córrego Arre Lá, Córrego Quebra Canga, Cachoeira do Quebra Poupa dentre outros que remetem diretamente ao comércio de tropas e canoas por recuperarem eventos ocorridos com viajantes, canoeiros ou tropeiros, cargas ou animais nos caminhos d'água, ou em velhas trilhas, são marcos históricos das relações socioeconômicas que se estabeleceram entre o Vale do Ribeira e as regiões "serra acima" do Alto Paranapanema e dos Campos Gerais Paranaenses.

Na segunda metade do século XVIII, o povoamento territorial se intensifica ao longo das estradas de tropas que levam aos Caminhos do Sul, notadamente no Estado de São Paulo: Sorocaba, Itapeva, Itapetininga e Itararé; e no Paraná: Castro, Ponta Grossa e Palmeira, localidades com áreas de campos propícios para assentamento das invernadas, lugar de pastagem e parada para descanso e engorda dos animais no inverno, como em Paiol de Taipa, Córrego Invernada, Ribeirão Paiol Grande, Paiol de Telha, Arroio Grande.

O léxico das línguas de distintos povos foi o instrumento utilizado para fixar na própria língua o contexto extralinguístico. A escolha e a utilização dos nomes resultaram dos interesses e valores dos usuários. Os nomes que se mantiveram no tempo e no espaço se referem a elementos da paisagem altamente icônicos para a sociedade que se desenvolveu a partir dos condicionantes iniciais de ocupação territorial, fundamentados na exploração mineral. O ecossistema atual da região é resultado dessa interação entre fatores históricos de ocupação e fatores ecológicos. Os topônimos resultam do intercâmbio do homem com seu meio e, assim como os ecossistemas, sofrem evoluções e adequações ao longo do tempo, possibilitando interpretações das condições socioambientais de um território em decorrência da ocupação



humana. São interpretações que podem revelar-nos os tipos de colonização e as formas de interação com o meio, dentre outras atividades do homem.

Cabe destacar que, apesar de ser essencialmente linguística, por trabalhar com elementos lexicais que são usados no discurso como topônimos, a análise toponímica conta com teoria própria na medida em que depende também de fatores externos à estrutura linguística propriamente dita, em seus aspectos discretos, isto é, suas relações de segmentação e/ou decomposição. É fundamental voltar as atenções para os aspectos externos à língua, desvencilhando-se da ideia costumeira de toponímia como mera área de estudo estritamente situada no léxico, integrante da gramática da língua (um estudo da sucessão de mudanças na forma de uma palavra ou expressão no decorrer do tempo) num viés claramente estrutural, privilegiando aspectos da forma linguística (fonético-fonológica, morfológica, sintagmática e até mesmo sintática). Trata-se necessariamente de uma abordagem híbrida, em que o topônimo é a materialidade empírica compreendida pelo empreendimento de estudos de natureza sociológica, política, mítica ou religiosa de uma dada sociedade, comunidade ou grupo social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria Youssef. “O contato árabe-português no Brasil: descrição sociolinguística-demográfica”. **PAPIA**, 19, Universidade Estadual de Londrina, 2009, p. 263-280.

ABREU, Maria Youssef; AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Entretextos**. Londrina, v. 10, n.º 2, p. 5-29, jul./dez. 2010.

AB’SÁBER, A. N. **O Ribeira de Iguape**: uma setorização endereçada ao planejamento regional. São Paulo: SUDELPA, 1985.

AB’SÁBER, A. N. O tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.º 21, 1986, p. 7-20. (Republicado em São Paulo: *Ensaio Entreveros*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2004)

ALI, Manuel Said. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2001.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Atlas Linguístico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

ALMEIDA, Antonio Paulino de. Da decadência do litoral paulista. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Depto. de Cultura da Prefeitura Municipal, v. CVII 1946a.

ALMEIDA, Antonio Paulino de. O Ribeira de Iguape. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, Depto. de Cultura da Prefeitura Municipal, v. CII, 1946b.

ALMEIDA, Antonio Paulino de. Memórias memoráveis. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal, 1948.

ALMEIDA, Antonio Paulino de. Memória histórica de Xiririca. **Boletim**. São Paulo: Depto. Arquivo do Estado de S. Paulo, 1955.

ALMOYNA, Julio Martinez. **Dicionário de português–espanhol de la Real Academia Gallega**. 3ª ed. Porto: 1957.

ALVAR, Manuel. Las encuestas del Atlas Lingüístico de Andalucía. **Revista de Dialectología y Tradiciones Populares**, 11:3, 1955.

AMARAL, Aracy. **A hispanidade em São Paulo**, da Casa Rural à Capela de Santo Antonio. São Paulo: Nobel, 1981.

ANDRADE, Tânia Pereira e outros. Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território. São Paulo: **Cadernos ITESP**, n.º 3, ITESP, 2000.

ARAÚJO, Alceu Maynard de. **Ritos, sabença, linguagem, artes e técnicas**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

ARAÚJO, Alceu Maynard de. **Folclore nacional III** — ritos, sabença, linguagem, artes e técnicas. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1967.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ms. — Maços da população de Apiaí/Iporanga e Xiririca, Iguape. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web>. Acesso em: 20 de março de 2023.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ofícios diversos de Apiaí, Xiririca, Iporanga, Itapeva, Capão Bonito, Cananeia, Itapetininga, dentre outras. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web>. Acesso em: 21 de março de 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores de terras: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista — 1765-1855**. Campinas: área de publicações, CMU/UNICAMP, 1997. (Coleção Campiniana)

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno** (Sorocaba, séculos XVIII e XIX). Tese (Doutoramento em História) — FFLCH-USP, São Paulo, 1994.

BADDINI, Cássia Maria. **Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano**. São Paulo: FAPESP, 2002.

BARBOSA, Maria Aparecida. Para uma etno-terminologia: recortes epistemológicos. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 58, n.º 2, p. 48-51, junho de 2006. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252006000200018&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000200018&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 de novembro de 2020.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**, 37ª edição, revisada, ampliada e atual conforme novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765–1775)**. São Paulo: Secretaria de Cultura, 1979.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O conhecimento, a terminologia e o dicionário. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n.º 2, p. 35-37, jun. 2006.

BLAIR, D.; TENT, J. A revised typology of place-naming. **Names**, [s. l.], v. 69, n. 4, p. 65-74, 2021. DOI: <http://doi.org/10.5195/names.2021.2260>. Disponível em: <https://ans-names.pitt.edu/ans/article/view/2260>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

BLUTEAU, Rafael, C. R. (1638–1734) **Vocabulario portuguez & latino...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BOLÉO, Manuel de Paiva. **O estudo dos dialectos e falares portugueses**. Um inquérito linguístico. Coimbra: 1942.

BOLÉO, Manuel de Paiva. **Estudos de linguística portuguesa e românica**. Coimbra: Sá da Costa, 1983.

BORGES, Schmidt Carlos. **Constituições do Taipa**. São Paulo: Secretarias da Agricultura, 1949.

BORGES, Schmidt Carlos. **Técnicas agrícolas primitivas e tradicionais**. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1976.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

BRUNO, Ernani Silva. **O equipamento da casa bandeirista segundo os Antigos Testamentos**. São Paulo: Publicação do Departamento do Patrimônio Histórico, 1977.

BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. 3ª ed. São Paulo, Hucitec, 1984. 3 v.

CALOGERAS, João Pandiá. **Transportes arcaicos**. São Paulo: Res Nostra, 1930, p. 152.

CÂMARA CASCUDO, Luis. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1983.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CARDOSO, Joaquim. **Um tipo de casa rural do Distrito Federal**. Arquitetura Civil II. São Paulo: FAU-USP e MEC-IPHAN, 1975.

CARMO, Flávio Fonseca do; KAMINO, Luciana Hiromi Yoshino (orgs.). **Geossistemas ferruginosos do Brasil: áreas prioritárias para conservação da diversidade geológica e biológica, patrimônio cultural e serviços ambientais**. Belo Horizonte: 3i Editora, 2015.

CARTÓRIO DE NOTAS E DOCUMENTOS DE IPORANGA. Documentos diversos, visita em 11 de agosto de 2022.

CARTÓRIO DE NOTAS E DOCUMENTOS E DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE APIAÍ /ELDORADO. Documentos diversos, visita em 20 de agosto de 2022.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. **Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória**. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). **Revista USP**, São Paulo, n.º 569, 2003, p. 172-17.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. **Hierotoponímia portuguesa**. De Leite de Vasconcelos às atuais teorias onomásticas. Estudo de caso: as nossas senhoras. Tese de doutorado em Linguística, FFLCH-USP, 2005.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. Toponímia brasileira. Origens históricas. **Caderno do CNLF**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, volume XI, n.º 02 — Livro dos Minicursos, 2007, p. 141-158.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. Aspectos gerais de toponímia na Península Ibérica: a toponímia como instrumento de investigação filológica e a filologia como ferramenta de investigação e recuperação toponímica. **Atas da III Semana de Filologia na USP**. São Paulo: Serviço de Comunicação Social — Gráfica FFLCH, 2008 (2010). v. 1., p. 71-92.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. Estudos de Onomástica em língua portuguesa no Brasil: perspectivas para inserção mundial. *In*: Maria Célia LIMA-HERNANDES; Maria João MARÇALO; Guaraciaba MICHELETTI; Vima Lia de Rossi MARTIN (orgs.). **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: FFLCH-USP, 2008 (c). CD-ROM.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. Projeto Atlas Toponímico de Portugal: informes iniciais, critérios. Recorte: Projeto variantes lexicais na toponímia portuguesa. A questão do genérico. **Anais do SILEL**, v. 1. Uberlândia: EDUFU, 2009a.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. **Variantes lexicais na toponímia portuguesa**: os elementos genéricos (entidades geográficas) denominados. Estudo de caso: diferenças terminológicas entre português do Brasil e português europeu. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009b, p. 177-194.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. Portugal: Presença, 1979.

CERTEAU, Michel de. **A escritura da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHIARADIA, Clóvis. **Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena**. São Paulo: Limiar, 2008.

CLETO, Marcelino Pereira. Dissertação a respeito da Capitania de S. Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la. 25 de outubro de 1782. *In*: **Roteiros e notícias de São Paulo Colonial (1751-1804)**. Introdução e notas de Ernani da Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado, 1977.

COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Planta de Sorocaba, Itapetininga, Bury, Faxina, Itaporanga, Sete Barras, Capão Bonito, Ribeirão Branco e Itararé**. Edição provisória. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Co., 1927. Escala 1:100.000. Acervo pessoal.

COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Exploração do Rio Ribeira de Iguape**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Typografia Brazil de Rothschild & Co, 1914.



CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO (CONDEPHAAT). Disponível em: <http://www.condephaat.sp.gov.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SÃO PAULO (CREA-SP). Disponível em: <http://www.creasp.org.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

CORRÊA, Jerêmias. “Memória de um caboclo de Iporanga”. Registro de memória. Dados de 1945 até 1967. Iporanga. Acervo Alberto Corrêa.

COROMINAS, Joan. **Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana**. Madrid: Gredos, 1976.

COROMINAS, Joan. **Breve diccionario etimológico de la lengua castellana**. 3ª ed. Madrid: Gredos, 1987.

CORRIENTE, Federico. **Dictionary of Arabic and allied loanwords: Spanish, Portuguese, Catalan, Galician and kindred dialects**. Leiden: Brill, 2008. (Print)

CORRIENTE, Federico. La investigación de los arabismos del castellano en registros normales, folklóricos y bajos. **Real Academia Española**. Discurso leído el día 20 de mayo de 2018 en su recepción pública por el Excmo. Sr. D. Federico Corriente y contestación del Excmo. Sr. D. Juan Gil. Instituto Madrid, 2018.

COSTA, Lúcio. **Sobre arquitetura**. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

COSERIU, E. **Teoría del lenguaje y lingüística general**. Madrid: Gredos, 1969.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Diccionario etimológico da língua portuguesa**. 4ª edição, revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**. Origine et évolution. 2ª ed. Paris: Librairie Delagrave, 1928.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1954.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos**. Tese de doutorado em Linguística, FFLCH-USP, 1980.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos**. 2ª ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990b.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: O atlas toponímico do Estado de São Paulo. Investigações. **Linguística e Teoria Literária**, v. 9 Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFPE, março de 1999.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico do Brasil. Teoria e Prática II. **Revista Trama**, v. 3, n.º 5, 1º semestre de 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis**: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. v. 6. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente história e população. **Antropólogo**, Universidade de São Paulo. Texto originalmente para CENPEC, março de 2007.

DIEGUES JR., Manuel. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Min. da Educação e Cultura, 1960.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Coleção Trans. São Paulo: Editora 34, 1996.

DRUMOND, C. **Contribuição do bororo à toponímia brasílica**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1965.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2 v. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

EISENBERG, Peter L. **Homens esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil — séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

FARIA, Ernesto. **Dicionário escolar latino-português**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1962.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Coordenação de Marina Baird Ferreira e Margarida dos Anjos. 5ª ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Francisco Ignacio. **Diccionario geographico das minas do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso V. O meio ambiente prejudicou a gente. **Anais do 31º Congresso Brasileiro de Espeleologia**, Sociedade Brasileira de Espeleologia, Ponta Grossa-PR, 21-24 de julho de 2011.

FORTES, Roberto. **Iguape**. Nossa história. 2 v. Iguape: edição do autor, 2000.

FÓRUM DE APIAÍ/FÓRUM DE ELDORADO PAULISTA. Documentos diversos.

FRANCHI, Cleide. **Arqueologia histórica do baixo Vale do Ribeira**: inventário dos sítios entre Iguape e Icapara. Dissertação de mestrado em Arqueologia, MAE-USP, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

FUNDAÇÃO FLORESTAL DE SÃO PAULO (FF). Disponível em: <http://www.fflorestal.sp.gov.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP). Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

GINZBRUG, C. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Portadas de Israel Cysneiros; ilustrações de Renato Silva. Rio de Janeiro: Coleção Temas Brasileiros, 1961.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O arroz em São Paulo na era colonial. **Digesto Econômico**, ano III, número 31, 1947.

HOLANDA, Sérgio Buarque de **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

HOLANDA, Sérgio Buarque de **Caminhos e fronteiras**. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio/Departamento de Cultura da Guanabara, 1975./3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da Civilização Brasileira**. Tomo I. A época colonial; 2º Volume: Administração, economia, sociedade. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.

HOMEM, M. Cecília Naclério. **O palacete paulistano**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1996.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa Municipal Estatístico de Itaberá** — Mesorregião de Itapetininga e Microrregião de Itapeva — Malha territorial 2010 — Edição 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **“Histórico de Formação” do município de Barra do Turvo**, 2019.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA” (ITESP). **Relatório técnico-científico sobre a comunidade de Quilombo do Galvão**. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. São Paulo, outubro de 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Publicações do IPHAN**. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

INSTITUTO FLORESTAL (IF). Disponível em: <http://www.iflorestal.sp.gov.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO DE SÃO PAULO (IGC). Disponível em: <http://www.igc.sp.gov.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Folha topográfica de Iguape**, edição comemorativa do IV Centenário de 1954. Escala 1:250.000. Acervo pessoal.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Folha topográfica de Itapetininga**, edição comemorativa do IV Centenário de 1954. Escala 1:250.000. Acervo pessoal.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). Disponível em: <http://www.ihgb.org.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

ISQUERDO, A. N. A toponímia como signo de representação de uma realidade. **Fronteiras** — **Rev. História UFMS**, Campo Grande-MS, 1(2): 27-46, jul./dez. 1997.

JUREMA, Aderbal. **O sobrado na paisagem recifense**. Recife: Nordeste, 1952.

KATINSKY, Julio Roberto. **Casas bandeiristas**. São Paulo: Instituto de Geografia-USP, 1976.

KRONE Ricardo, Informações ethnographicas do valle do rio Ribeira de Iguape. *In*: COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ed.) **Exploração do Rio Ribeira de Iguape**. 2ª ed. São Paulo, 1914, p. 24-34.

\_\_\_\_\_. As grutas calcárias do vale do rio Ribeira de Iguape. **O I.G.G.**, 8(3): 248-297 (transcrição do vol. XV). Rio de Janeiro: Arquivos do Museu Nacional, 1909.

KRUG, Edmundo. Xiririca, Ivaporundyba e Yporanga. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, XVII, , 1912, p. 259-291.

KRUG, Edmundo. A Ribeira de Iguape. **Boletim de Agricultura**. Secretária da Agricultura e Comercio do Estado de São Paulo, v. 39, São Paulo, 1938, p. 536-596.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas de la vida cotidiana**. Madrid: Cátedra, 1986.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **A Capela de Ivaporunduva, Iporanga**. São Paulo: Publicações do Patrimônio Histórico, 1965.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **A casa bandeirista nos inventários do segundo século**. São Paulo: Acrópole (228), 1972, p. 438-42.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Cozinhas, etc.** 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. O morar no Modernismo paulistano. **O Caderno de São Paulo**. Rhodia, 1979.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Alvenaria burguesa**. São Paulo: Nobel, 1985.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **A História da casa brasileira**. São Paulo. Contexto, 1996.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **A República ensina a morar (melhor)**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1999a.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: EDUSP, 1999b.

LINO, Raul. **Casas portuguesas**. 4ª ed. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1944.

LUZ, Rubens Calazans. **Santo Antonio das Minas de Apiahy**. Apiaí-SP: R. C. Luz, 1996.

MACHADO, José de Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. Introdução de Sérgio Milliet; ilustrações de J. Wasth Rodrigues. São Paulo: Martins/INL, 1972.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa**, v. 2. 3ª ed. Lisboa: Editorial Confluência, 1984.

MAFFEI, Lucy de Abreu; NOGUEIRA, Arlinda Rocha. O ouro na Capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: Museu Paulista-USP, XX, 1966, p. 7-135.

MAYNARD, Alceu Araújo. **Ritos, sabcenca, linguagem, arte e técnicas**. 2ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.



MELLO E SOUZA, Antonio Candido. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

MIDDLETON, D.; BROWN, D. S. Territorising experience: Maurice Halbwachs on memory. *In: \_\_\_\_\_ The social psychology of experience: studies on remembering and forgetting*. London: Sage, 2005.

MIDDLETON, D.; BROWN, S. A psicologia social da experiência — a relevância da memória. *In: MIDDLETON, D.; BROWN, S. Proposições*. [S.l.]: [s.n.], v. 17, 2006, cap. 2.

MOTA, Carlos Guilherme. (org.). **Viagem incompleta**. São Paulo, SENAC, 2000.

MOTA, Carlos Guilherme. São Paulo: exercício de memória. **Estudos Avançados**, 17 (48), 2003.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Ateliê/ Imprensa Oficial/UNESP/SEC, 1999.

MOUTINHO, Mário. **A arquitetura popular portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1979.

MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo**. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

MÜLLER, Nice Lecocq. **Tipos de sítiantes em algumas regiões do Estado de São Paulo**. Tese de doutorado em Geografia, FFLCH-USP, 1946.

MURILO, Edelsvitha Partel. **Estudo toponímico do parque estadual turístico do Alto do Ribeira, PETAR: historicidade e etnicidade nos aspectos conceituais dos nomes de lugar**. Tese, FFLCH USP, 2013.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955. Disponível em: <https://www.docdroid.net/8C7Raqt/dicionario-etimolgico-da-lingua-portuguesa>. Acesso em: 25 de outubro de 2020.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil**. São Paulo: Global, 2013.

NESTLEHNER, Arlete. **Casa urbana em Iporanga**. São Paulo: FAU-USP, 1981.

NESTLEHNER, Arlete. Memórias da paisagem: cotidiano, território e espacialidade, pela recuperação toponímica em documentos de comerciantes de tropas do rio Ribeira de Iguape. **23º SIINCUSP – Simpósio de Iniciação Científica**. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia de Jesus Carvalhinhos. FFLCH-USP, 2015.

NESTLEHNER, Arlete. Córrego Quebra Canga e os caminhos tropeiros da Ribeira de Iguape: um olhar toponímico pelo viés lexicográfico. *In: Beatriz Daruj GIL et al. (orgs.)*

**Pesquisas em Filologia e Língua Portuguesa**, v. I. São Paulo: FFLCH-USP, 2021, p. 96.

NESTLEHNER, Luiz. Registro de memória. Iporanga, diários, mapas e croquis. 1928-1970. Acervo pessoal.

NESTLEHNER, Luiz. Registro de lendas e do imaginário coletivo de Iporanga. Iporanga, 1930-1970. Acervo pessoal.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **Habitações indígenas**. São Paulo: Nobel, 1983.

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA EM ETIMOLOGIA E HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA (NEHiLP). **Manual do NEHiLP**, 2015. Disponível em: <https://www.usp.br/nehilp/infos/manual.pdf>. Acesso em: junho de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Disponível em: <http://www.unesco.org.br>. Acesso em: 10 de agosto 2023.

PEREIRA DA SILVA FILHO, Olavo. **Arquitetura luso-brasileira no Maranhão**. Efecê, 1986.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. O afluxo de gado a Sorocaba e a importância econômica do Caminho do Sul na década da Independência. Comunicação apresentada na **1ª Sessão de Estudos**, dia 5 de julho de 1972, Departamento de História da FFLCH-USP.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O barão de Iguape**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

PETRONE, Pasquale. **A Baixada do Ribeira**: estudo de geografia humana. São Paulo: FFLCH-USP. Boletim n.º 283, Cadeira de Geografia n.º 14, 1966.

PIEL, Joseph-Maria. **Origens e estruturação histórica do léxico português**. Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa, Lisboa: IN-CM, 1976 [1989].

PIEL, Joseph-Maria. **Estudos de linguística histórica galego-portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

PIEL, Joseph-Maria. Origens e estruturação histórica do léxico português. *In*: **Curso de história da língua portuguesa** — leituras complementares. Seleção de Ivo Castro. Lisboa: Universidade Aberta, 1991, p. 233-42.

PINHO, Wanderley. **História de um engenho do Recôncavo**. Rio de Janeiro: Zelio Valverdi, 1946.

PIRES, Cornélio. **Conversas ao pé do fogo**. São Paulo: Edição fac-similar IMESP, 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA, **Posturas Municipais de Iporanga e documentos diversos dos séculos XIX e XX**. Acervo pessoal.

PUNTSCHART, Willian. **Negócios e negociantes paulistas: 1808-1822**. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 1998.

RAMOS, Arthur. **As culturas indígenas**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, s/d.

RAMOS, Arthur. **O negro na civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, s/d.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**. 21ª ed. Madrid: Real Academia Española/UNIGRAF, 1997.

REAL ACADEMIA GALEGA. **Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego**. 15ª ed. Vigo: Real Academia Galega e Instituto da Lingua Galega, 1996.

REAL ACADEMIA GALEGA. **Diccionario**. Disponível em: <http://www.academia.gal/diccionario>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

REIS, Nestor Goulart (curadoria e pesquisa). **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. Fupam (Fundação para a Pesquisa Ambiental). Direção de Ana Maria Xavier.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA (RBMA). Disponível em: <http://www.rbma.org.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

RIBAS, José Taborda; EL KHATIB, Faissal. Formação étnica do Paraná: o elemento castelhano. 3ª ed. In: **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

RIBEIRO, Orlando. **Geografia e civilização**. Lisboa: Instituto da Alta Cultura, 1961.

SAIA, Luiza. **Morada paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

SAMPAIO, Teodoro. **O tupi na geografia nacional**. Introdução e notas do Professor Frederico G. Edelweiss. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem a Província de São Paulo, 1851**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1976.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **Uma comunidade rural do Brasil antigo**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1956.

SANTOS, Gabriel Nascimento da Silva. **Quilombo de Galvão** / Gabriel Nascimento da Silva Santos, Carlos Eduardo Marques. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. (Terras de quilombos) Baseado no relatório técnico de identificação e delimitação sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo Galvão-SP, de Maria Celina Pereira de

Carvalho. Projeto Formulação de uma linguagem pública sobre comunidades quilombolas. Parceria INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SILVA, J. B. D. A. E.; ANDRADA, M. F. R. Viagem minerológica na Província de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico**, Paris, 1885.

SÃO PAULO. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Publicação oficial de documentos interessantes. Vários volumes. São Paulo: Arquivo do Estado, 1895. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web>. Acesso em: 22 de março de 2023,

SÃO PAULO. Repertório de sesmarias concedidas pelos capitães generais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821. Ed. fac-similar. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1994. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web>. Acesso em: 20 de março de 2023.

SAPIR, Edward. **A linguagem**. São Paulo: Perspectiva, [1921] 1980.

SCHMIDLIN, Henrique Paulo; POLINARI, Marcelo; MANFREDINI, Luiz. “Trilhas, caminhos e estradas no Paraná: séculos XVI a XIX.” **Cadernos Paraná da Gente**, n.º 7. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2009. p. 72.

SILVA, Antonio Julio da. Cartas pessoais, anotações, borradores e livros de registro comercial. Barra dos Pilões, Eldorado (Xiririca)/Iporanga. Datados de 1920 a 1968. Acervo pessoal.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza** — recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, v. 1.

SILVA, Ismael Julio da. Cartas pessoais, anotações, diários e livros de registro comercial. Barra dos Pilões/Eldorado (Xiririca)/Iporanga. Datados de 1920 a 1980. Acervo pessoal.

SILVA, José Julio da. Borradores e livros de registro comercial, documentos públicos e pessoais, registros civis, documentos de compra e venda, escrituras públicas, anotações pessoais, inventário, dentre outros. Barra dos Pilões/Eldorado (Xiririca)/Iporanga. Datados de 1860 a 1930. Acervo pessoal.

SILVA, Maria Julia da. Cartas e anotações. Barra dos Pilões/Xiririca, 1919. Acervo pessoal.

SILVA BRUNO, Ernani. **O equipamento da casa bandeirista segundo os antigos inventários e testamentos**. São Paulo: DPH, 1977.

SILVA NETO, Serafim. **Fontes do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

SILVA TELES, Augusto Carlos da. Vassamos, estudo da construção residencial urbana. Rio de Janeiro, **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 16, 1968. (Separata)

SILVEIRA DE SOUZA, Sara Regina. **A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC, 1981.

TEYSSIER, Paul. **Histoire de la langue portugaise**. Coleção *Que sais-je ?*. Paris: Presses Universitaires de France, 1980. [7ª edição portuguesa, 1997, tradução de Celso Cunha.]

TRAPERO, Maximiano. **Para una teoría lingüística de la toponimia**. Colección Monografías, Serie Lingüística y Filología, n.º 3. Canarias, Espanha: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria – Servicio de Publicaciones, 1995. Disponível em: <https://accedacris.ulpgc.es/bitstream/10553/775/1/1212.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

VALENTIN, Agnaldo. **Nem Minas, nem São Paulo**. Economia e demografia na localidade paulista de Apiaí (1732-1835). Dissertação (Mestrado em História) — FFLCH-USP, São Paulo, 2001.

VALENTIN, Agnaldo. Entre o chuço e o remo, agricultores e caiçaras no Vale do Ribeira (1800-1880), Trabalho apresentado no **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambu–MG, de 18 a 22 de setembro de 2006.

VALENTIN, Agnaldo. **Uma civilização de arroz**. Agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1888). Tese (Doutorado) — FFLCH-USP, São Paulo, 2006.

VALENTIN, Agnaldo. **Comércio marítimo de abastecimento: o porto de Iguape (SP), 1798-1880**. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

VALENTIN, Agnaldo; MOTTA, José Flávio. **Nem Minas, nem São Paulo: economia e demografia na localidade paulista de Apiaí (1732-1835)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

VASCONCELLOS, José Leite de. **Antroponímia portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

VASCONCELLOS, José Leite de. **Opúsculos**, v. 3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

VASCONCELOS, Sylvio. **Vila Rica**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956.

VECINA, Cecília Cruz. **As comunidades quilombolas em Eldorado (Vale do Ribeira/SP) e a mobilização do trabalho imposta pelo PRONAF**: a relação entre a expropriação e a autonomização das categorias sociais capitalistas. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2018.

VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando. **Casas esguias do Porto e sobrados do Recife**. Pool Editorial, 1986.

VIARO, Mário. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

VIARO, Mário. **Manual de etimologia do português**. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2013.

VIARO, Mário. **História das palavras**: etimologia. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, 2017. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Historia-das-palavras.pdf>. Acesso em: julho de 2021.

VIARO, Mário. **Manual do NEHiLP** (Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa). Disponível em: <http://www.usp.br/nehilp/infos/manual.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

VIARO, Mário; BIZZOCCHI, Aldo Luiz. Proposta de novos conceitos e uma nova notação na formulação de proposições e discussões etimológicas. **Alfa**: Revista de Linguística (São José do Rio Preto) [online]. 2016, v. 60, n.º 3, p. 579-601. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1612-6>. Acesso em: julho de 2021.

VILHENA, Luís dos Santos. Recopilação de notícias da Capitania de São Paulo, Lisboa, 1802. *In*: **Roteiros e notícias de São Paulo Colonial (1751-1804)**. Introdução e notas de Ernani da Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado, 1977.

VIOTTI, Emilia da Costa. **Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue, a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1994.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 6ª ed. Curitiba: Vicentina, 1988.

WEIMER, Guinter. **Arquitetura da imigração alemã**. Porto Alegre: Nobel, 1983.

YOUNG, Ernest. História de Iguape. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 8, 1903, p. 222-325.